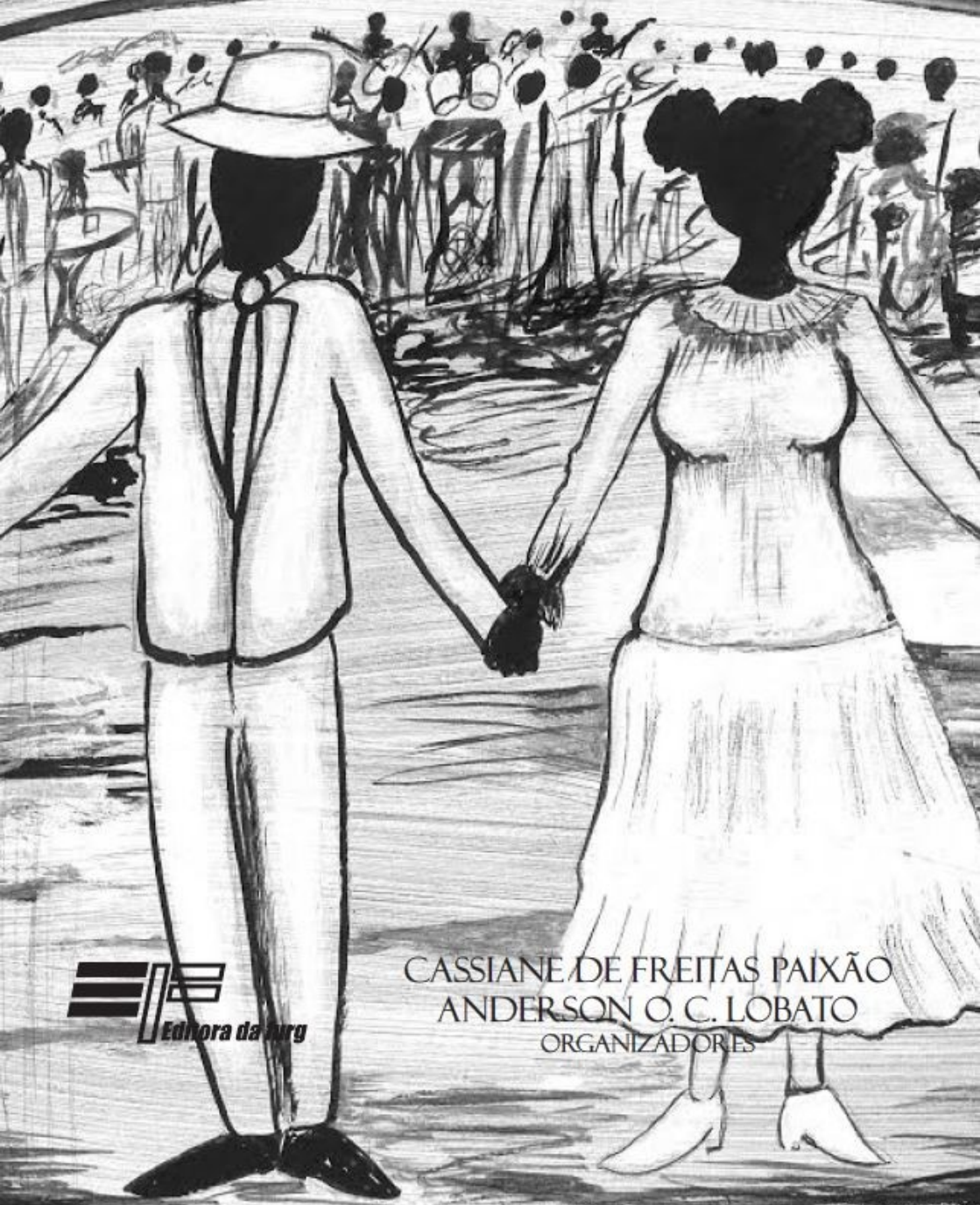


OS CLUBES SOCIAIS NEGROS

NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL




Editora da URG

CASSIANE DE FREITAS PAIXÃO
ANDERSON O. C. LOBATO
ORGANIZADORES

Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Reitora

CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS

Vice-Reitor

DANILO GIROLDO

Chefe do Gabinete do Reitor

DENISE MARIA VARELLA MARTINEZ

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

MOZART TAVARES MARTINS FILHO

Pró-Reitor de Infraestrutura

MARCOS ANTONIO SATTE DE AMARANTE

Pró-Reitora de Graduação

RENATO DURO DIAS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Editora da FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

Comitê Editorial

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANDRE ANDRADE LONGARAY

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

GIONARA TAUCHEN

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCELO GONÇALVES MONTES D'OCA

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

RAUL ANDRES MENDOZA SASSI

Integrante do PIDL

Cassiane de Freitas Paixão
Anderson O. C. Lobato
(Organizadores)

Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul



Rio Grande
2017

© Cassiane de Freitas Paixão; Anderson O. C. Lobato

2017

Ilustração da capa: Cleberson Milao

Criação da capa: Joanna Alves Vaz

Formatação e diagramação:

João Balansin

Gilmar Torchelsen

Revisão: Liliana Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Carvalho Rodrigues,
CRB 10/1411.

C649 Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] / Cassiane de Freitas Paixão, Anderson O. C. Lobato (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

Modo de acesso: <<http://www.ppgd.furg.br>>
ISBN: 978-85-7566-497-1 (eletrônico)

1. Negros - Sociedades e clubes - História. 2. Negros - Rio Grande do Sul - História. 3. Cultura afro-brasileira. I. Paixão, Cassiane de Freitas. II. Lobato, Anderson Orestes Cavalcante.

CDU, 2. ed.: 061.2(=1:81=013)

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|--|---------------------|
| 1. Negros – Sociedades e clubes – História | 061.2(=1:81=013) |
| 2. Negros – Rio Grande do Sul – História | 061.2(=1:816.5=013) |
| 3. Cultura afro-brasileira | 316.722(=1:81=013) |

DEDICATÓRIA

O Negro de Fogo

O negro de fogo
que usava camisa encarnada
incendiou o futebol
incendiou o samba
a rumba
a conga
o espiritual
e o coração das mulheres.

O negro de fogo
enrubesceu maçã do rosto
de encabuladas moças
pintadas de ruge e batom.

O negro de fogo
de carvão e brasa
pixe e sangue.

O negro de fogo
incendiou a União Sul-Africana
e lançou fósforo aceso
sobre os Estados Unidos
(que assim não era possível).

O negro de fogo
pôs labaredas (não era possível)
nos organismos internacionais.

O negro de fogo
(assim não era possível)
atou num poste e jogou na fogueira
o ditador português
e Sua Majestade Britânica.

O negro de fogo
- sempre chamado de sujo –
para ter bem-estar físico
impôs ao mundo uma higiene mental.
E assim – queimadas a gaiola, a grade
purificado o ar e limpo o céu –
entoou com voz azul
seu canto de liberdade.
(Oliveira Silveira)

Para tantos negras e negros de fogo, em especial para o grande lutador e incentivador, Rubinei Machado, que está em outro canto, abençoando as lutas de todos nós.

SUMÁRIO

Prefácio Eloi Ferreira de Araújo	9
Apresentação, Cassiane de Freitas Paixão; Anderson O. C. Lobato ...	13
1. Clubes sociais negros: memória e ações para o reconhecimento como patrimônio cultural afro-brasileiro Giane Vargas Escobar; Ana Luiza Coiro Moraes	21
2. Além da sociabilidade: identidade e racialização nos clubes sociais negros de Pelotas no pós-abolição (primeira metade do século XX) Fernanda Oliveira da Silva	45
3. Carlos da Silva Santos e suas práticas políticas contra a discriminação racial em clubes sociais no Estado do Rio Grande do Sul (1959-1974) Arlson dos Santos Gomes	75
4. Clube Guarani (1920-2006): história da festa e cultura negra em Arroio Grande, RS Beatriz Floôr Quadrado	107
5. “Somos o suco do carnaval” o clube negro 24 de agosto no carnaval jaguareense Juliana dos Santos Nunes	135

6. Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: o Clube Negro Fica Aí Pra ir Dizendo no contexto das Políticas Públicas pró-memória social Tony Willian Boita	165
Clubes sociais negros no município de Rio Grande (RS): um período de “festas” e “liberdade”, Cassiane de Freitas Paixão; Marcus Vinicius Spolle	179

PREFÁCIO

A escravidão dos africanos e dos seus descendentes por quase 400 anos deixou marcas profundas na sociedade brasileira. As lutas por liberdade nos deixaram o legado da capoeira. A vida na senzala, com toda a dor que representou, também nos deixou o legado da gastronomia, da música, das vestimentas, do vocabulário, da cultura de matriz de africana, enfim, são marcas formadoras da identidade nacional.

A história da população negra brasileira tem, com certeza, muito para ser contada. A contribuição da comunidade negra para a construção do Estado, bem como para a formação da nação, por muitas vezes, fica circunscrita a aspectos culturais. O mito da democracia racial e da cordialidade impuseram um olhar que, de certa forma, fez com que a resistência às desigualdades oriundas da escravidão não ganhassem a visibilidade das lutas libertárias.

O século XIX passou à história como os mais longos anos da distensão lenta, gradual e restrita, para por fim à escravidão. Assim, na primeira metade do século XIX se aprovou legislações como a que estabeleceu a proibição do tráfico de escravos e que ficou conhecida como lei para inglês ver. Também destaca-se a Lei de terras, que impossibilitou aos negros terem acesso às terras, ou seja, ao principal meio de produção e de emancipação. A preocupação com os africanos e seus descendentes era tão grande que levou José Bonifácio a dizer que pretendia acabar com o elemento servil, impedindo o ingresso de africanos no Brasil, assim deixariam de existir no país.

Na segunda metade do século XIX, temos mais legislações e, finalmente, após a grande mobilização de toda sociedade, na grande campanha civilista que mobilizou todo o Brasil, consegue-se colocar fim à escravidão. Muito embora a

lei que aboliu a escravidão tivesse somente um artigo e não assegurasse os mesmos direitos que eram garantidos aos imigrantes europeus, aos ex-cativos, ela foi festejada de norte a sul, porque representou a vitória da mobilização social em face daquele regime iníquo.

Quando a abolição foi aprovada, o número de alforriados era expressivo, mas sua inserção na sociedade era um processo difícil e, com certeza, doloroso. Contudo, agora o convívio se daria em novas bases, com novas regras e com novos hábitos. A Casa Grande não aceitava com facilidade esse novo tempo. É preciso que se diga que a comunidade negra já se organizava em Irmandades, em sociedades ganhando destaque a criação dos Clubes Negros criados em todo Brasil, os quais se expandem rapidamente.

Eles correspondem à necessidade humana de vida social para celebrações familiares, bem como para as atividades culturais, de que finalmente poderiam desfrutar.

A Universidade Federal do Rio Grande está registrando a saga dos Clubes Negros do Rio Grande do Sul. Esta obra é uma ponte cultural que vai ao encontro de se conhecer um pouco da vida social dos ex-cativos, nos anos seguintes ao fim da escravidão. Os Clubes Negros Chove Não Molha, Fica Aqui, Braço é Braço, Marcilio Dias, Clube Guarani, Jaguarense, Vinte e Quatro de Agosto e Cordão Carnavalesco União da Classe deram uma contribuição importantíssima para a inclusão da comunidade negra pelotense na vida social. Como se vê, a organização da comunidade negra nos Clubes Sociais Negros assume uma dimensão fantástica. Peço licença para abordar um tema que faz parte da minha vida. Fui criado em Petrópolis, município da região serrana do estado do Rio de Janeiro e, quando jovem, na década de 1970, tentei ingressar como sócio em clube social não negro, mas tive negado meu pedido, com certeza por ser negro. Para ter acesso à vida social que desejava, fui aceito em um Clube Negro. Portanto, entendo que a criação dos Clubes Negros deveu-se, sobretudo, à dificuldade de inclusão dos ex-cativos na vida social da nova sociedade.

Então, a criação dos Clubes Sociais Negros foram locais

em que as famílias dos negros podiam realizar suas celebrações, batizados, festas de debutantes, reuniões gerais, e, sobretudo, para organização dos bailes e desfiles de carnaval. Finalmente, a comunidade negra pode desfrutar de uma vida social. É bem verdade que, devido à boa organização, o bom convívio e alegria levaram não negros a frequentar os Clubes Sociais Negros. Portanto, eles são destaques de participação e de vida social da comunidade negra pelotense.

Essa obra da Universidade Federal do Rio Grande cumpre uma missão fantástica: faz parte de outras iniciativas em andamento no País, que buscam resguardar o patrimônio material e imaterial dos Clubes sociais negros – que resgatam uma parte da história do Brasil e da brasilidade, que ainda precisam ser conhecidas. A leitura deste texto permite ao leitor se transportar à uma época que nos faz sentir a chibata, mas nós faz sonhar e reafirmar que um sorriso negro traz felicidade.

Eloi Ferreira de Araujo
ex-ministro da Igualdade Racial
e ex-presidente da Fundação Cultural Palmares

APRESENTAÇÃO

Talvez seja aos poucos que vamos descobrindo nossos espaços, nossos lugares e não lugares, o porquê de percorrermos determinados caminhos e encontrarmos certas pessoas.

Os clubes sociais negros podem ser pensados como um espaço social construído dentro de um determinado contexto social e histórico no Rio Grande do Sul, onde os grupos negros buscavam sua afirmação; a afirmação de seu próprio referencial político, ideológico, social e cultural. A partir dessa lógica, é essencial estudá-lo para compreender o que é ser negro no Rio Grande Sul e, principalmente, contestar o estereótipo de um Estado que sempre fortaleceu uma imagem de ter uma população eminentemente branca, invisibilizando o negro da sua história e do núcleo de sua sociedade.

Os estudos que reunimos para elaborar esse material são de pessoas com quem deparamos ao longo de nossa pequena jornada pelos congressos, simpósios, movimentos sociais, cafezinhos e redes sociais, que estudam esses espaços negros no Rio Grande do Sul e que, principalmente, fazem parte de uma longa caminhada dos pesquisadores negros no Sul do País. Publicar um livro sobre os clubes negros do Rio Grande do Sul surgiu com o sentimento de pertencimento a esses lugares e não lugares, com o encontro de determinadas pessoas, que se tornaram referências para pensar o espaço social da negritude em uma sociedade com uma ideologia dominante, que se identifica mais no seu processo de europeização e nega a identidade negra.

E nessa caminhada, no embate e afirmação de nossa identidade negra, algumas pessoas nos causam tanta inquietude que é difícil não se sentir “incomodado” com os discursos, com as práticas, com as pesquisas e pensar

realmente na efetividade de nossos pensamentos. Foram as inquietações provocadas pelo ilustre Rubinei Machado, militante do movimento negro, diretor do Clube Fica Ahí, que indicaram que esse livro poderia ser um caminho para pensar esses espaços de negritude, tanto na sociedade do século 20, quanto na conjuntura política, social e histórica atual.

Em longas conversas sobre o movimento clubista no ano de 2013, as inquietudes do amigo Rubinei nos provocaram a organização do evento “Repensar Espaços de Negritude na Região Sul”, ocorrido entre os dias 6 a 20 de julho, na Universidade Federal de Rio Grande. O objetivo principal era discutir a situação dos clubes da região sul. Rubinei tomou a iniciativa de chamar os clubes de São Lourenço, Piratini, Jaguarão, Arroio Grande, Pelotas e Rio Grande, propor as temáticas e discutir pessoalmente com cada diretoria o que representava o atual espaço do movimento clubista no contexto do Rio Grande do Sul. A Universidade Federal de Rio Grande ficou com a tarefa de procurar pesquisadores e colegas que pudessem cooperar para pensar o movimento clubista na região. Ao longo de dois sábados, reuniram-se representantes de diversos clubes negros do sul do Estado, discutindo-se temáticas relacionadas à documentação dos clubes, memória e produção cultural desses espaços negros.

Os resultados daquele debate puderam ser representados pelas diversas “falas” e “contextos” discutidos em 2013, levando a reflexão a cada diretoria dos clubes ali presentes. No entanto, ainda ser tornou necessário criar maior visibilidade a esses espaços.

Em homenagem a esse grande líder do movimento clubista da região, a coletânea de textos aqui apresentada reflete a importância desses espaços de negritude em diferentes municípios da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Rubinei Machado fazia referência aos clubes como espaço de sociabilidade das famílias negras e necessidade de pensá-los na contemporaneidade. Esse vem ser um dos objetivos desse livro, repensar esses espaços, entendendo que os clubes surgiram em um contexto de afirmação e

visibilidade moral, social e política de grupos negros. Hoje eles assumiram uma reinvenção de seus espaços e de sua forma social.

Os municípios da região sul do Estado, apesar de possuírem um dos maiores contingentes da população negra, não apresentam a visibilidade desses grupos. A região sul registrou um grande número de negros utilizado pela indústria do charque; durante a escravidão, estudos como os de Cardoso (1997) e Loner (1999) evidenciam que um grande contingente de trabalhadores permaneceu na região e incorporou-se ao operariado e às categorias de profissionais ligadas ao porto. Nos sindicatos, fundaram os primeiros grupos e associações carnavalescas, resultando nos primeiros clubes sociais negros, nos moldes da classe dominante branca. Desse modo, analisar a constituição histórica e social dos clubes sociais negros é compreender o potencial de constituição de espaços locais para fortalecimento da cultura negra no Estado.

Ao investigar os clubes sociais negros do Município de Rio Grande, Cassiane e Paixão e Marcus Spolle identificaram que nenhum deles está em funcionamento na cidade. Um deles encontra-se fechado por problemas jurídicos; outro, por não possuir estrutura (física). Foram analisadas as atas dos clubes nos anos de 1960 e 1970, bem como entrevistas semi estruturadas com participantes desse período. O Clube Cultural Braço é Braço foi fundado em 1920, diretamente ligado à fundação de um bloco carnavalesco, seu nome deve-se a fundadores, foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante, o que explica, inicialmente, a exclusiva participação de homens. Nas entrevistas com participantes do clube, observamos um sentimento de pertencimento a um grupo, trata-se de considerações referentes à racialidade, ao enaltecimento da raça negra. Em entrevista com participante do clube, ouvimos a frase: “Pra mim foi um período de ouro. Eu era o Rei”.

Essas representações do protagonismo negro nos espaços sociais é também referência no texto das pesquisadoras Giane Escobar e Ana Luiza Moraes. Discutem

no texto “*O Clube Treze de Maio de Santa Maria: representações, identidades e (re) invenção das tradições de matrizes africanas no sul do Brasil*”, as identidades e representações de mulheres negras sob a perspectiva da afrocentricidade e da diáspora africana no sul do Brasil, analisando as formas de comunicação (re) inventadas pelos afro-brasileiros em espaços de sociabilidade negra. Tendo como análise o clube afro-ferroviário Treze de Maio, da cidade de Santa Maria – que se destacou por rainhas e princesas negras, cujas festas demonstravam a organização e o vínculo entre as famílias negras, promovendo o protagonismo da comunidade negra –, as autoras analisam as formas de legitimidade das representações socioculturais, assumidas perante o legado africano e afro-brasileiro.

No texto “*Além da sociabilidade: identidade e racialização nos clubes sociais negros de Pelotas no pós-abolição*”, a pesquisadora Fernanda Oliveira debruça-se sobre o nascimento dos clubes negros da cidade de Pelotas: *Depois da Chuva* (1917), *Chove Não Molha* (1919), *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo* (1921), *Quem Ri de Nós Tem Paixão* (1921) e *Está Tudo Certo* (1931). Esses são analisados como espaços que se consolidaram para além da sociabilidade, como locais de encontro de luta e reivindicação política, alicerçados na análise da organização negra da cidade. Seus laços se estenderam por outras cidades da região e implicaram a discussão e denúncia aberta do racismo enfrentado e da racialização vivenciada no pós-abolição gaúcho, que muito se interliga com o país, com a região do Prata e com o atlântico negro de uma forma mais geral.

Figuras históricas e políticas foram protagonistas desses espaços sociais, sendo referência na construção moral e social dos clubes. O pesquisador Arilson dos Santos Gomes analisa as ações políticas de Carlos da Silva Santos (1904-1989) no capítulo “*O político negro Carlos da Silva Santos e os clubes sociais: Da inserção da identidade negra ao combate ao racismo*”. Esse texto tem como análise a afirmação social da identidade negra no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da figura histórica e política de Carlos Santos. Esse foi o

protagonista negro do sul do Estado, e participou da fundação de associações negras na cidade de Rio Grande, evidenciando seu protagonismo na afirmação da identidade negra e luta contra o racismo em um Estado que se identificava, entre os anos de 1936 e 1974, com as matrizes europeias. Seus relacionamentos estendiam-se com os diretores de clubes negros de Pelotas e Porto Alegre, e suas explanações na tribuna da Assembleia Legislativa destacavam as denúncias devido à não aceitação de negros em clubes sociais.

No texto *“Cultura também é festa” – Patrimônio e Memória: Do Clube Guarani ao Ponto de Cultura Axé Raíces*, Beatriz Floôr Quadrado tem como temática a análise do Clube Negro da cidade de Arroio Grande (RS), um patrimônio que atualmente segue com outros objetivos, mas persiste na afirmação de uma identidade, um movimento negro. Esse espaço é observado e analisado a partir de um contexto nacional, Brasil nos séculos XIX e XX, como parte de um movimento de resistência ao ‘silêncio’, à “rejeição” e à invisibilidade. O município de Arroio Grande proibia a presença de pessoas negras nos Clubes Sociais ou nos Centros de Tradição Gaúcha, apenas era permitido para trabalho, tais como músicos, decoradores, garçons, entre outros serviços. Devido a esta realidade, foi fundado o Clube Guarani em 1920, como resposta à discriminação – uma associação negra de caráter social. Os dados levantados pela autora indicam que o nome foi escolhido para realmente desviar o foco sobre a cor, uma estratégia do grupo para desviar a atenção da discriminação racial, ou até mesmo uma “provocação” para atentar aos grupos marginalizados pela história brasileira. O clube contava com uma “segunda diretoria”, formada por mulheres que organizavam alguns encontros, festas e chás. E dentre as festas realizadas, também os concursos de beleza também se faziam presentes nessa Agremiação, como forma de valorização da beleza negra, entre os quais o “curso Broto” e o “Miss Mulata, que devem ser analisados a partir de questões que envolvem a miscigenação e o conflito sobre este corpo feminino. No ano de 2006, o clube é definitivamente fechado, devido a reclamações e abaixo-assinados feitos pela

comunidade, assinaturas vindas de bairros distantes da localidade do clube, contra o barulho. Destacando que havia outra associação social há exatamente uma quadra do Guarani. Com isso, o clube é fechado e somente poderia ser reaberto com a instalação de um isolamento acústico, o que era inviável para a realidade financeira da associação, no entanto não havia nenhum ambiente na cidade com tal estrutura. Em 2011, o Clube Guarani foi o escolhido como “Ponto de Cultura Axé Raízes”, na própria sede, então reformada. O Projeto tem como objetivo reconstruir culturas e resgatar a cidadania, através de oficinas como as de dança, capoeira, patrimônio, artes, literatura, entre outras. Segundo a presidente, foi uma maneira de não se perder por completo a história do Clube, podendo manter o prédio e, com isso, junto ao projeto, não cair no esquecimento.

Manter concretamente esse espaço de afirmação e sociabilidade negra tornou-se uma necessidade para o movimento dos clubes sociais da Região Sul. Desse modo, o agente jovem de Cultura, Tony Boita, trabalha as potencialidades culturais e a memória do patrimônio cultural afro-brasileiro no sul do Rio Grande do Sul. No texto *“Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro: o Clube Negro Fica Aí Pra ir Dizendo no contexto das Políticas Públicas pró-memória social”*, o autor retrata o espaço do Clube Social Negro Fica Aí, construído coletivamente pelos sócios em 1921, marco importante, uma vez que é um dos últimos ainda em funcionamento no Brasil. Hoje, o clube possui aproximadamente 200 associados titulares, que usufruem das atividades do Clube, bem como seus familiares, o que perfaz um público de aproximadamente 1000 pessoas circulando pelas atividades. É importante frisar que não só associados do Clube participam de suas atividades, mas toda a comunidade pelotense e suas diferentes interfaces, como o movimento organizado através dos estudantes, movimento negro, movimento *hip hop*, universidades e organizações não governamentais.

Segundo Boyta, é necessário destacar as políticas públicas nos campos de educação, cultura e saúde, a

criminalização do racismo na Constituição de 1988, a geração do Estatuto da Igualdade Racial Estadual (Lei nº 13.694) e Federal (Lei nº 12.288), a lei 10.639 (obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana), o Programa Integrado de Ações Afirmativas para negros e o reconhecimento de comunidades Quilombolas (Decreto Lei 4887/2003); o Artigo 215 e 216 da Constituição Federal ,garantindo a proteção do Estado às manifestações afro-brasileiras, a Portaria Nº 58/2012 do IPHAE – RS, que tomba a sede do Clube Social Negro Fica Aí; a Lei nº 12.343/2010 que cria o Plano Nacional de Cultura, bem como a Política Nacional Griô, ainda em debate no congresso, através da PL 1.786/2011, demonstram o universo das políticas nacionais que nos permitem pensar questões importantes para o reconhecimento da cultura afro no Brasil.

Também destaca-se, na área patrimonial, a Convenção sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada, no Brasil, pelo Decreto 485/2006. Desde o ano 2000, um conjunto de práticas da cultura afro-brasileira vem conquistando espaço nos registros dos livros do Patrimônio Imaterial do Brasil, tais como: Festa de Santa Bárbara, ofício de Baiana de Acarajé, do Ofício dos Mestres de Capoeira, da Roda de Capoeira, o Samba de Roda do Recôncavo da Baiano,o Jongo do Sudeste, o Tambor de Crioula do Maranhão, as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba Enredo e Tambor de Sopapo.

O Clube Cultural Fica Ahí, ao final do ano de 2009, passou a acolher dois Projetos de Extensão, por meio do qual vem recebendo assessoria de profissionais e estagiários voluntários das áreas de Antropologia, História, Literatura, Arqueologia, Ciências Sociais, Biblioteconomia, Museologia, dentre outros, da Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Rio Grande. Esses projetos tem por premissa viabilizar a criação de um espaço dedicado à cultura afro-brasileira, nos marcos das recentes legislações e paradigmas, internacional e nacional, de reconhecimento das manifestações expressivas da diáspora africana; de inclusão

social por meio de intercâmbios qualitativos entre centros educacionais e grupos identitários e/ou de sociabilidade; reconstituição e valorização das memórias e experiências de resistência ao preconceito racial e a preservação do patrimônio cultural dos segmentos afro-brasileiros de Pelotas e região.

“Somos o Suco do Carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto é o título da pesquisa apresentada pela professora Juliana Nunes, realizada enquanto parte do seu trabalho de Conclusão de Curso em História (UFPel, 2010). A autora utiliza a etnografia do passado e da História para analisar uma das mais populares festas do Brasil: o carnaval. O foco do estudo recaiu sobre uma prática do início do século XX, denominada “cordas carnavalescas”, que era realizada pelo Cordão União da Classe, pertencente ao Clube 24 de Agosto, fundado em 1918, na cidade de Jaguarão, fronteira sul do Brasil com o Uruguai. O foco são os carnavais realizados no clube social negro 24 de Agosto e demonstram a relevância política e ideológica desse espaço social através de manifestações coletivas e canções, que colocam em evidência os ideais de unidade dentro da classe, com sentido étnico implícito. O texto discute a transitividade entre passado e presente, numa relação diacrônica e sincrônica, tomando-se a “etnografia da duração” como aporte teórico fundamental para pensar a relação entre documentos escritos – que foram levados aos colaboradores de pesquisa – e, por outro lado, a ativação de suas lembranças no relato de seus feitos como integrantes do Cordão União da Classe.

Assim, com esta pequena amostra de pesquisas sobre a história dos clubes negros no Rio Grande do Sul, nossas inquietudes pretendem visibilizar e valorizar os espaços e lugares de encontro e afirmação do nosso povo negro.

Cassiane de Freitas Paixão
Anderson Orestes Cavalcante Lobato

CLUBES SOCIAIS NEGROS: MEMÓRIA E AÇÕES PARA O RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Giane Vargas Escobar*
Ana Luiza Coiro Moraes**

INTRODUÇÃO

Os clubes sociais negros são anteriores à Abolição da Escravatura no Brasil, em 1888. No Rio Grande do Sul, a Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre, pode ser considerada a mais antiga desse Estado, em atividade, fundada em 1872.

Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio. (OLIVEIRA SILVEIRA apud ESCOBAR, 2010, p. 61)¹

* Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2012), Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (2010), Especialista em Museologia pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA (2002), Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição/FIC (1998). Ex-Diretora Técnica do Museu Comunitário Treze de Maio de Santa Maria e Coordenadora Executiva do Portal para os Clubes Sociais negros do Brasil. Email: giane2.vargasescobar@gmail.com

** Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Unilasalle.

¹ ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória*,

Esse conceito de Clube Social Negro foi construído em 29 de fevereiro de 2008, durante um encontro em Brasília, com a presença do escritor e poeta da Consciência Negra, Oliveira Silveira² e os integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros do Brasil³ dos Estados do Rio Grande do Sul – RS, Santa Catarina – SC, São Paulo-SP, Rio de Janeiro – RJ e Minas Gerais – MG e legitimada pela SEPPIR – PR, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal.⁴

Esses redutos de sociabilidade negra surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de visibilidade, empoderamento e lazer para a população negra, que era impedida de frequentar os tradicionais clubes sociais brancos. Além disso, eles objetivavam angariar fundos para o pagamento da liberdade dos trabalhadores negros

resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação de Mestrado PPGPPC UFSM (2010) Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3131 Acesso em 10set2014.

² **Oliveira Ferreira da Silveira**, poeta negro brasileiro, nascido em 1941 na área rural de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Filho de Felisberto Martins Silveira, branco brasileiro de pais uruguaios, e de Anair Ferreira da Silveira, negra brasileira de cor preta, de pai e mãe negros gaúchos. Graduado em Letras – Português e Francês com as respectivas literaturas – pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Docente de português e literatura no ensino médio. Ativista do Movimento Negro, idealizador do “20 de Novembro” como Dia Nacional da Consciência Negra e idealizador do Movimento Clubista. Faleceu no Dia Mundial da Paz, em 1º de janeiro de 2009.

³ Representada por Oliveira Silveira (in memoriam), pois faleceu em janeiro de 2009 (Interlocutor/RS); Giane Vargas Escobar (Diretora Técnica do Museu Treze de Maio/RS); Kelly Cardozo (Historiadora e Gestora do Instituto Mundo Velho/MG); Kelly Cristina da Silva (Presidenta do Clube 28 de Setembro/SP); Armando Farias (representante dos Clubes Sociais Negros Catarinenses-SC); Luis Alberto da Silva (Presidente da Sociedade Cultural Beneficente Floresta Aurora/RS); João Carlos Martins (Diretor Cultural do Renascença Clube/RJ) e Renata Melo Barbosa do Nascimento (Assessora Técnica e Cultural da SEPPIR).

⁴ Publicado em Ata da Reunião da Comissão Nacional de 29 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.clubesnegrosbr.blogspot.com>> Acesso em: 14 dez. 2009.

escravizados, auxiliar nas despesas com funeral, defender os direitos e a educação de seus associados, atuando de forma incisiva na luta contra a escravidão e a discriminação racial.

O ano de 2006 foi um marco para o movimento de clubes sociais negros do Brasil, pois uma nova geração protagonizou um movimento em prol do reconhecimento e da revitalização desses “lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial” (Escobar, 2010), com vistas a preservar inúmeras histórias, memórias e edificações construídas pela própria comunidade negra – espalhadas pelo país e, em sua grande maioria, em estado lamentável de degradação.

O 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras⁵, realizado em Santa Maria – RS, chamou a atenção do Estado brasileiro para esse problema e foi a motivação e a oportunidade de conhecer e tornar conhecido um movimento que se resignificou a partir desse encontro. Conhecer os clubes sociais negros, suas histórias, seus atores, suas dinâmicas, seus rituais de preparação para a festa, seus agentes políticos é uma das formas de superar o preconceito, promover a luta antirracista e valorizar o legado cultural afro-brasileiro, na busca permanente por uma educação que se quer plural, inclusiva e igualitária.

O ano de 2014 também se revestiu de um significado importante, pois, após oito anos de lutas, pesquisas, encontros e reivindicações do movimento de clubes sociais negros do Brasil, o Governo brasileiro assumiu para si a responsabilidade de mapear os clubes sociais negros em âmbito nacional, para que esse legado não seja esquecido e que, a partir dessa ação, possa, de fato, haver uma proteção e políticas públicas de manutenção desse patrimônio tão caro à população afro-brasileira.

Estudos recentes do IPHAN – Instituto do Patrimônio

⁵ Financiado pela SEPPIR, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal e com o apoio e contrapartida da Prefeitura Municipal durante o Governo do PT (Partido dos Trabalhadores).

Histórico e Artístico Nacional⁶ –, em 2014, apontam para organizações ainda mais antigas como a Associação Protetora dos Desvalidos (SPD), com 182 anos de atividade, e fazem parte do mapeamento dos clubes sociais negros no Brasil – que o IPHAN realiza em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

Essa ação governamental visa ao reconhecimento de todos os clubes sociais negros existentes no País como Patrimônio Cultural Brasileiro, sugerindo a sua inscrição no Livro de Registro dos Lugares, em atendimento à solicitação da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros – criada em 2006⁷, no I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras.

E foi justamente pensando em deixar um legado para seus pares como uma estratégia de organização política, social, de ajuda mútua, de solidariedade, de sociabilidade, de resistência negra e de defesa de direitos é que foram criadas essas entidades sociais, em especial no sul do País, no pós-abolição.

O presente texto traz um breve relato sobre alguns aspectos específicos de dois clubes sociais negros, o Clube Treze de Maio de Santa Maria – Rio Grande do Sul (RS) – e a Sociedade Operária 13 de Maio de Curitiba – Paraná (PR) –, regiões colonizadas por descendentes de europeus, onde paira, no imaginário nacional, a inexistência da população negra, reforçada pela invisibilidade histórica e midiática. Entretanto, a população negra existe também no sul do Brasil,

⁶ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IPHAN faz mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Brasil**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18604&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em 10Set2014.

⁷ No dia 13 de maio de 2009, a autora desse artigo Giane Vargas Escobar entregou, em mãos, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Brasília, como membro da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros-RS, o pedido para que esses espaços fossem mapeados e considerados Patrimônio Histórico Nacional, como parte de uma luta histórica do movimento negro no Brasil.

afinal, conforme declarou em seu tema⁸ do Carnaval de 2012, o Ilê Aiyê da Bahia – o mais antigo bloco afro do Brasil – e “Negros do Sul, lá também tem!”, ao contrário da Região Nordeste, onde não há dúvidas de que exista população negra. Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹, o Brasil tem um total de 190.755.799 habitantes, sendo que 50,7% se auto declaram negros – pretos e pardos. Na Região Nordeste, há uma maior concentração de negros, em torno de 70%; já, na Região Sul, esse índice cai para 20%.

Além disso, abordamos os encontros e desencontros entre Estado e Sociedade Civil, ao explicitar as dificuldades de “andar no mesmo compasso”. Finalizando, apresentamos um breve histórico de parte da trajetória do Movimento Clubista Negro em busca de reconhecimento, com vistas ao Registro como Patrimônio Cultural do Brasil.

1. “O Treze de Maio” de Santa Maria, RS e “a 13 de Maio” de Curitiba, PR: sociedades coirmãs em atividade há mais de cem anos no sul do país

A Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio (SCFTM) de Santa Maria foi fundada por “quarenta e sete cidadãos” e idealizada por negros e para negros, mais especificamente no ano de 1903 (Escobar, 2012, p. 288), já que a eles não era permitido o acesso às sociedades de brancos, quer das elites, como no Clube Caixeiral ou no Clube Comercial ou, até mesmo, em clubes mais populares, como o Clube Santamariense, o Clube 21 de Abril e a própria Associação dos Empregados da Viação Férrea. Conforme depoimentos de antigos sócios, na prática, esses clubes,

⁸ Site Oficial do Ilê Aiyê. **Temas dos Carnavais.** Os temas dos carnavais são escolhidos através de reuniões e sugestões dos diretores, artistas, colaboradores e associados do Ilê Aiyê, sempre ligados a questões que envolvem o universo afro de mais variadas formas. Disponível em: <http://www.ileaiyeoficial.com/bio/temas-dos-carnavais/>. Acesso em: 14Out2014.

⁹ Censo Demográfico 2010. Disponível em www.ibge.com.br

dentre outros, não aceitavam em seu quadro social aqueles que traziam na pele a marca daquilo que a sociedade não queria ver perto de si, os negros e negras da cidade de Santa Maria.

“O Treze” foi fundado num período de intensa segregação racial em Santa Maria. Uma motivação também relevante para a sua criação foram as comemorações alusivas à data da abolição da escravatura, promulgada em 13 de maio de 1888¹⁰. Importante ressaltar que essa data não é comemorada hoje pelo Movimento Negro no Brasil, tendo em vista não só a ressignificação da mesma e a crescente “consciência negra”, a partir da década de 1970, bem como a forma como foi feita a “integração” do negro no pós-abolição. Segundo Oliveira Silveira (2008), idealizador do Dia da Consciência Negra no Brasil, celebrado nacionalmente em 20 de Novembro (dia da morte do líder negro Zumbi dos Palmares), *“Nós vimos logo que o 13 de maio teve consequências práticas. Não havia medidas efetivas voltadas à comunidade negra. Foi uma liberdade que apareceu apenas na lei e nada de concreto ocorreu depois”*.¹¹

Costuma-se dizer, grosso modo, que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas esqueceu de assinar a carteira de trabalho de negros e negras, cujas consequências são sentidas até os dias atuais, pois essa parcela da população brasileira ainda ocupa os maiores índices de desigualdade e bolsões de miséria no Brasil. Além disso, ainda existe no Brasil o mito da democracia racial, onde se disseminou a ideia de que neste País não existe racismo pelo fato de ser um povo miscigenado e multicultural, entretanto o que se vê na prática são profundas diferenças raciais, que impedem a mobilidade social dessa parcela da população. E quando se trata das mulheres negras, a situação é mais grave ainda,

¹⁰ ESCOBAR, 2010.

¹¹ RODRIGUES, João Carlos. *Poeta explica por que comemorar Dia da Consciência Negra em 20 de novembro* (entrevista concedida em 20 de novembro de 2008). Disponível em: http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=4686. Acesso em 14Out204.

porquanto elas estão na base da pirâmide social em termos de disparidades de todas as ordens.

Dessa forma, é necessário ressaltar que uma parcela significativa dos clubes sociais negros tem seus nomes ligados à data oficial da Abolição da Escravatura e que, a partir dessa “consciência negra”, é que a comunidade negra retomou o verdadeiro sentido dessa data, surgindo, inclusive, clubes sociais negros resignificados, como o Palmares, da cidade de Volta Redonda no Rio de Janeiro.

O Clube Treze de Maio de Santa Maria, ou simplesmente “O Treze”, completou, no ano de 2014, 111 anos de existência e resiliência e resistência a todas as intempéries. Foi nesse mesmo lugar que uma nova geração deu continuidade ao legado deixado por famílias de ferroviários negros e tantos outros que construíram, em regime de mutirão, com dinheiro do próprio bolso, o prédio da Rua Silva Jardim, no bairro do Rosário. A edificação atual foi construída na década de 1960, pelos associados que ali depositaram um sonho e consideravam o Treze a sua “segunda casa”, como sempre afirmam os antigos sócios e sócias do clube negro, nos depoimentos das Rodas de Lembranças do Museu Comunitário Treze de Maio.

O “Treze” é um símbolo de resistência e poder da comunidade negra, materializado em um lugar privilegiado – que demarca na cidade um espaço político, uma vontade, um lugar de memória e de identidade negra. Segundo relatos de antigos sócios, a primeira edificação foi construída por operários da extinta Viação Férrea, em regime de mutirão, no início do século XX. A pequena casa era de madeira, porém com a parte frontal em alvenaria e o teto de zinco. Com o apoio da Viação Férrea, os operários conseguiram concluir com sucesso aquela obra, receberam tábuas de vagões de trens desmanchados e reaproveitados naquele que se constituiu em símbolo da resiliência da população negra de Santa Maria.

O Clube Treze de Maio, ao longo do século XX, organizou festas, bailes, aulas de etiqueta para moças, atividades educativas como seminários e aulas de reforço

escolar para os filhos dos seus associados. Contava com biblioteca, grupo de teatro, time de futebol masculino e feminino e, ao final da década de 1980, locava um espaço com piscina para lazer do seu quadro de associados. Tudo isso, porém, ao final dos anos de 1990 e início de 2000, desapareceu e o que restou foi um prédio abandonado e depredado no centro da cidade, além de uma dívida imensa de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano –, que culminou com uma tentativa de leilão de sua edificação. No entanto, ainda permanecia viva a memória daquela sociedade, por meio de seus antigos sócios e sócias que guardavam inúmeras lembranças que precisavam ser visibilizadas, valorizadas e registradas.

A Rede Ferroviária em Santa Maria e, em todo País, entrou em decadência, foi sucateada. Mas o Clube Treze de Maio permaneceu impondo-se a todas as dificuldades e, atualmente, revitalizado numa nova “invenção”, um Museu Comunitário que preserva, divulga e ressignifica a história da população negra na cidade de Santa Maria e região.

O Clube Treze de Maio foi um espaço extremamente conservador, tanto quanto os clubes brancos do período. Porém, também detectamos nele uma dimensão profundamente afirmativa da comunidade negra local, onde prevaleciam os laços de amizade e de solidariedade entre seus pares e familiares. Apesar de toda a visibilidade, credibilidade e respeitabilidade social que aquele grupo de famílias negras que construíram o Treze conquistou, o racismo, o preconceito, a intolerância e os estigmas permaneceram e a população negra criou, recriou e reinventou, ao longo das últimas décadas, novas formas de se fazer presente no mundo.

O Clube Treze de Maio entrou em decadência ao final da década de 1980, esse processo durou até o início dos anos 2000, quando, então, aquele projeto original já não dava mais conta das demandas de reconhecimento de igualdade que a nova geração negra almejava. Embora o Clube tenha sido extinto, pode-se afirmar que a memória permaneceu, dando, desde então, lugar a um museu, que veio para

recuperar as lutas do passado, todavia, agora, em um segundo projeto, que busca promover políticas de reconhecimento e de memória, lutando ativamente por igualdade de direitos entre negros e brancos.

Por sua vez, a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, de Curitiba – Paraná, foi fundada em 06 de junho de 1888. Sua denominação se deu “em regozijo ao grande memorável 13 de maio de 1888, em que o Brasil fez ecoar, do Amazonas até o Pará, o grito da Escravidão dos filhos que até ontem se achavam presos na América do Sul”. Sua primeira sede foi na casa do sócio-fundador João Batista Gomes de Sá, na Rua Mato Grosso, atualmente chamada de Comendador Araújo, recebendo, em junho de 1896, a doação, por parte do município, do terreno onde permanece sua sede, na Rua Colombo, hoje Rua Desembargador Clotário Portugal, n. 274¹².

Desde o início, essa sociedade negra funcionou como caixa de assistência aos trabalhadores necessitados, prestando socorro em casos de doença, desemprego e viuvez, direitos que figuram entre as disposições mais sérias de seu Estatuto, vigente desde 1928. Organizava também os funerais e enterros de seus membros e familiares, e mantinha, durante anos, aulas noturnas destinadas à alfabetização de jovens e adultos.

A Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio é um dos cinco clubes sociais negros mapeados pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná (IPHAN – PR) em 2014. Integra o processo de Registro como Patrimônio Imaterial do Brasil, por meio de convênio entre o IPHAN e a UNESCO, a SEPIIR/PR e a Fundação Palmares.

Um levantamento prévio indicou a existência de cinco Clubes Sociais Negros no Paraná: Sociedade Operária Beneficente Treze de Maio, de Curitiba, fundada em 1888; Clube Recreativo e Literário Treze de Maio, de

¹² HOSHINO, 2012.

Ponta Grossa, fundado em 1889; Clube Estrela da Manhã, de Tibagi, fundado em 1934; Clube Rio Branco, de Guarapuava, fundado em 1919; Associação Recreativa Operária de Londrina, fundado em 1930.¹³

O IPHAN – PR (2014), em sua primeira parte do processo de mapeamento, afirmou que os Clubes Sociais Negros “enfrentam dificuldades para sua manutenção, entretanto são os seus representantes que garantem a continuidade”. Este é um dos pontos principais na luta pela preservação desse patrimônio negro: pessoas que os construíram ou seus descendentes que ainda estão com essa memória viva, latente e pulsante. O IPHAN – PR detectou, ainda, que, em Tibagi, Ponta Grossa e Guarapuava, os Clubes Negros vêm resistindo à decadência do movimento clubista, às especulações imobiliárias e às demais adversidades da contemporaneidade. “*O Estado do Paraná, onde muitas vezes predominou a invisibilidade negra, os Clubes Sociais Negros são lugares de resistência, ancestralidade e memórias*”¹⁴.

2. Estado e Sociedade Civil não andam no mesmo compasso: caminhos e descaminhos do Treze de Santa Maria/RS

Estado e sociedade civil não andam no mesmo compasso, já que as demandas são urgentes, ao passo que o Estado, “ao invés de evoluir para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia de direitos sociais”¹⁵, retrocede a uma concepção de que o bem-

¹³ *Mapeamento dos Clubes Sociais Negros do Paraná*. Disponível em: <http://iphanparana.wordpress.com/2014/10/03/mapeamento-dos-clubes-sociais-negros-do-parana/> Acesso em: 10Set2014.

¹⁴ *Mapeamento dos Clubes Sociais Negros do Paraná*. Disponível em: <http://iphanparana.wordpress.com/2014/10/03/mapeamento-dos-clubes-sociais-negros-do-parana/> Acesso em: 10Set2014.

¹⁵ MONTANÓ, 2008.

estar pertence ao âmbito do privado. Ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres.

Os Clubes Sociais Negros surgem no passado exatamente neste ponto, já que o Estado brasileiro delegou esta responsabilidade para a comunidade negra, ou seja, grosso modo “lavou as mãos”, deixou esta parcela da população à margem de políticas públicas de educação, de saúde, de lazer e de sociabilidade, atribuindo ao povo negro a tarefa de se gerir com poucos ou quase nada de recursos e tirar do próprio bolso tudo aquilo que seria dever do próprio Estado – o qual ainda deixa a desejar, visto que os programas, projetos e ações deste setor ainda são morosos e não atendem às expectativas, anseios e caráter emergencial de uma maioria.

Varine (2012) considera que a consciência e o conhecimento do patrimônio são uma responsabilidade fundamentalmente comunitária:

Tenho a impressão de que a consciência e o conhecimento do patrimônio são antes de tudo responsabilidades de educadores (familiares, escolares, sociais), antes de serem responsabilidades dos “poderes públicos” tradicionais, ministérios da Cultura inclusive. Há, aqui, um corolário às leis da “subsidiariedade”: o patrimônio é, fundamentalmente, uma herança comunitária, da comunidade familiar à comunidade de vizinhança, que não deve jamais desaparecer diante das preocupações macroculturais ou macroeconômicas. (VARINE, 2012, p. 34).

Entretanto, a manutenção desse patrimônio edificado nem sempre se consegue na totalidade por meio dos recursos financeiros da própria comunidade, tendo em vista, muitas vezes, essa comunidade não dispor de capital financeiro suficiente para continuar mantendo os custos, por exemplo, de um edifício. Com isso, acreditamos que o poder público poderia e deveria, de alguma maneira, considerar as

demandas de determinadas comunidades que historicamente são consideradas à margem, mesmo tendo contribuído, sobremaneira, para o desenvolvimento do Brasil, como os povos indígenas e a população negra.

O Museu Treze de Maio é uma organização privada de interesse público e tem uma parceria com poder público municipal desde o ano de 2003, com vistas a sua manutenção. Entretanto, o prédio tombado¹⁶ pelo município como Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Santa Maria, através da Lei nº 4809/04 de 28 de dezembro de 2004, não recebe a devida atenção e reparos mínimos por parte do poder público municipal, para que a comunidade que dele se apropriou possa dar continuidade a suas atividades educativas, técnicas, políticas e culturais.

Importante ressaltar que a gestão dos equipamentos culturais de uma cidade envolvem um jogo de interesses, de relações de poder e de luta permanente. Quando se trata do patrimônio afro-brasileiro, é mais difícil ainda um olhar desprendido de preconceitos e intolerância, pois, até pouco tempo, o que se convencionou valorizar, preservar e cuidar no Brasil era o patrimônio das elites e não aquele construído pelas classes populares.

Quando surgem editais, recursos públicos ou privados, estes também ficam nas mãos de poucos organismos do terceiro setor – muitas vezes sem o suporte técnico, administrativo e de infraestrutura para gerenciá-los –, já que a máquina burocrática do Estado é complexa, ortodoxa, engessada. Nesse caso, por muitas vezes estes recursos não chegam de fato a quem precisa deles e não haver aprovação de projetos que requerem conhecimentos especializados para o seu gerenciamento e faltar muita vontade política para a sua aprovação, torna-se lugar comum transferir a “culpa” para a sociedade civil,

Temos consciência de que a cultura é um campo de disputa político, acadêmico e científico. Além disso, grupos

¹⁶ Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/2004/4809.pdf>. Acesso em 14Out2014.

étnicos aparentemente “iguais” não pensam da mesma maneira, como o senso comum pode até pensar. Esses grupos são diferentes e almejam projetos diferentes de acordo com suas vontades e interesses. Entretanto, o ponto que, neste caso, aproxima os grupos negros que fazem parte do Treze é a luta antirracista e a vontade de afirmar suas identidades, além da preservação de suas raízes.

Quando falamos em gestão pública dos equipamentos culturais de um determinado lugar, sabemos que estaremos lidando com relações de poder e, essencialmente, com seleção e escolhas que vão interferir direta e indiretamente na mobilidade social e no desenvolvimento de determinados grupos. Na cidade de Santa Maria, organizações do mesmo perfil do antigo Clube Treze de Maio, legítimas e com valor simbólico inquestionável, como o Clube 21 de Abril¹⁷, também criado por ferroviários, recebem subsídios e recursos públicos internacionais da atual administração municipal do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (2012) –, em que Cesar Schirmer viabiliza e intermedeia, por meio do Banco Mundial (Bird)¹⁸, verbas para reforma de sua edificação e mantém, de acordo com seu gosto e interesses, bens ligados ao patrimônio ferroviário, em detrimento de uma organização centenária que há anos reivindica apoio e vem se mantendo com a força da comunidade negra que dele se apropriou.

No valor de R\$ 1,24 milhão, a obra, que tem prazo de oito meses para ficar pronta, prevê a reforma e adequação dos quase dois mil metros quadrados da

¹⁷ Prefeitura Municipal de Santa Maria. Clube 21 de Abril ressurgiu para os santamarienses. Prefeito discutiu a utilização do espaço com os moradores. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/gabinete/noticias/8332-clube-21-de-abril-ressurgiu-para-os-santamarienses-prefeito-discutiu-a-utilizacao-do-espaco-com-os-moradores>. Acesso em: 15Out2014.

¹⁸ Prefeitura Municipal de Santa Maria. Obra do Clube 21 de abril fecha dois meses dentro do prazo e avança para segunda etapa. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/5738-obra-do-clube-21-de-abril-fecha-dois-meses-dentro-do-prazo-e-avanca-para-segunda-etapa>. Acesso em: 22 Nov 2012.

estrutura existente, de maneira a adaptar os espaços para a realização de atividades pertinentes a um centro de convivência completo e moderno. A obra compreende a construção de uma nova cobertura, paredes externas e banheiros, além de rampas de acesso para cadeirantes e adequação da quadra poliesportiva. A empresa contratada é a Escavasul, de Santa Maria. O recurso para a criação do centro é financiado pelo Banco Mundial (Bird).

Williams (1979), ao falar de “tradições, instituições e formações”, ressalta que, numa cultura particular, certos significados e práticas são escolhidos para ênfase e certos significados e práticas são postos de lado ou negligenciados. Assim, qualquer tradição é um aspecto da organização social e cultural contemporânea, no interior do domínio de uma classe específica, que legitima e ratifica um senso de continuidade predisposta. Segundo Williams, a maioria das versões de “tradição” são radicalmente seletivas.

É o que se observa na prática em relação à preservação do patrimônio afro-brasileiro em geral, especialmente no caso do Treze de Maio de Santa Maria, porque faz parte do que Williams (1979, p. 119) define como “versão contra-hegemônica de uma cultura particular” e que, a exemplo dos centenários clubes sociais negros que se proliferaram no pós-abolição por este País, sempre estiveram na contramão do sistema.

Assim, nenhum clube social negro vai ganhar nada de graça, muito menos do Estado, que ainda tem dificuldades em reconhecer estes patrimônios que são “pontos de recuo” (Williams, p. 119) de uma cultura hegemônica, tradicional e poderosa. Portanto, inúmeras vezes se faz necessário “arrombar a porta”, sem pedir licença, para poder ser incluído e se fazer ouvir.

Nesse sentido, o autor afirma que esses pontos de recuo para grupos na sociedade que foram deixados à margem por algum acontecimento hegemônico particular é um dos elementos constitutivos de grande parte do debate sobre a tradição que se faz entre representantes dessas duas posições. Ou seja, se há uma “cultura hegemônica”, por outro

lado, também temos uma cultura “contra-hegemônica”. Lugares de afirmação das identidades negras como “o Treze” de Santa Maria – RS e “a Treze” de Curitiba – PR – fazem parte deste embate.

O Museu Treze de Maio de Santa Maria não foi reformado na sua totalidade, como figurou em propagandas políticas para prefeitura de Santa Maria, no pleito de 2012. Nos anos de 2007 e 2008, o Treze foi contemplado com recursos de emendas parlamentares do Deputado Federal Paulo Pimenta e do Senador Paulo Paim, ambos do PT – Partido dos Trabalhadores –, para melhorias parciais de sua edificação. Ações essas que resolveram significativamente as angústias de quem frequenta aquele espaço centenário, o qual ainda necessita de permanente manutenção, considerando as contínuas utilizações pela população local, que a cada dia se apropria mais daquele espaço, o que é um fator positivo.

O Museu Treze de Maio é uma organização que realiza inúmeras atividades – que beneficiam diversas pessoas das mais variadas gerações, etnias e classes sociais –, que causa impacto no desenvolvimento e na elevação da autoestima e autoimagem positivas da população negra da cidade e que necessita de manutenção permanente do seu prédio. Seus colaboradores e gestores, todos voluntários, reivindicam inúmeras vezes melhorias para sua edificação aos organismos que, “em tese”, deveriam “cuidar”, junto com a sociedade civil deste espaço. Entretanto, na prática, há uma dificuldade do poder público municipal em ouvir suas demandas, o que se pode traduzir em uma evidente falta de vontade política para resolver questões referentes às demandas da população negra.

Apesar de todas as patologias do espaço físico do Treze, estas não impedem que a comunidade interessada organize inúmeras atividades e ações intra e extramuro, com atividades culturais e de pesquisa sobre a população negra local¹⁹. Importante ressaltar que este espaço se reveste de

¹⁹

Ver: <http://www.facebook.com/museutreze.demaio>

e

“grande importância” quando se aproximam as eleições e é muito bem vindo aos olhos dos políticos quando se fala das “culturas populares”. Nesse caso, ele aparece como pauta somente no discurso e nas promessas de campanha eleitoral²⁰. Porém, na vida efetivamente vivida, não é o que vemos e só sabe disto quem convive diariamente naquele lugar e verifica o quanto o Estado deixa a desejar, embora, por força de lei, o patrimônio já tombado em âmbito municipal devesse ser preservado, reafirmando o que determina também o Estatuto da Igualdade Racial, Art. 17, aprovado em 2010:

“O poder público garantirá o reconhecimento das sociedades negras, clubes e outras formas de manifestação coletiva da população negra, com trajetória histórica comprovada, como patrimônio histórico e cultural, nos termos dos arts. 215 e 216 da Constituição Federal” (www.palmares.gov.br).

O Museu é constituído e organizado por pessoas que se dedicam de forma voluntária, solidária, pautadas pelo sentimento de pertencimento a este local e dele se apropriam pelo seu significado histórico, político, simbólico, afetivo. No passado, um reduto de sociabilidade negra que, na prática, já fazia o que o Estado deixava de fazer: aulas de reforço escolar, biblioteca negra, trabalho com autoestima da juventude negra, organização de jornais que pautavam assuntos de interesse da população negra, como “A Voz do Treze”, dentre outras ações.

Em Clubes Sociais Negros, como o Floresta Aurora (1872), de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, os associados organizavam-se para compra de cartas de alforria de seus

<http://www.museutrezedemaio.com.br>

²⁰ Jornal Diário de Santa Maria, Santa Maria, 21 ago. 2012. Os planos para a área cultural: as promessas. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/impressa/4,43,3859590,20243> e <http://www.clicrbs.com.br/pdf/13862551.pdf>. Acesso em 20 nov 2012.

pares²¹. No Paraná, a Sociedade Operária 13 de Maio²² organizava também os funerais e enterros de seus membros e familiares e mantinha, durante anos, aulas noturnas destinadas à alfabetização de jovens e adultos.

Os Clubes Sociais Negros são detentores de acervos materiais e imateriais, verdadeiros “tesouros” da comunidade negra, como fotografias, documentos, fichas de associados, carteirinhas, quadros de antigos presidentes, estandartes, placas de bronze com homenagens aos primeiros fundadores, dentre outros que ainda podem e devem ser coletados e que fazem parte do imaginário da população negra, quando se trata de relembrar determinadas épocas, festas, vivências e tradições.

O ritual da festa constitui-se em um dos principais patrimônios imateriais dos Clubes Sociais Negros, pois eles detêm uma capacidade criativa de receber bem, organizar com maestria e requinte um evento para agregar o que lhe foi tão caro num passado de escravidão que desagregou as famílias negras e que os homens e mulheres dos clubes sociais negros trataram de reestruturar e reconstruir, em especial, no pós-abolição. Afinal, segundo a educadora Conceição Correa das Chagas (1996), a identidade negra é uma “identidade em construção”.

As Rodas de Lembranças organizadas pelo Museu Treze de Maio, desde o ano de 2009, também são um verdadeiro patrimônio imaterial, pois nelas foi possível perceber o quanto as mulheres negras é que são as detentoras das memórias dos clubes sociais negros. O trabalho realizado com a comunidade negra durante seus primeiros doze anos de criação (2001-2012), a luta e a resistência comunitária renderam ao Museu Treze de Maio, no ano de 2014, o reconhecimento internacional. O prêmio “Museum Prize Winner 2014”²³ foi concedido à ex-diretora Técnica do Museu, Giane Vargas Escobar, durante a Feira do

²¹ ESCOBAR, 2010.

²² HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro et alii, 2012.

²³ Museum Horizon. **Prize ceremony September 25, 2014**. Disponível em: http://www.museumhorizon.se/news_eng.html. Acesso em 14Out2014.

Livro de Gotemburgo, na Suécia, pelas seguintes motivações:

Museum Horizon

The Foundation Hans Manneby Memorial Fund for Museum Development has on June 9, 2014 decided to award the Prize four year 2014 to GIANE VARGAS ESCOBAR for her commitment and contribution to the strengthening of Afro-Brazilian identity and culture in Brazilian society by highlighting its rich cultural diversity, the memory of social struggles before and since the abolition of slavery, and the role of women in the transmission of collective memory, and for creativity and managerial skills in developing “clubes negros”, in promoting such networks and spreading the principles and practices of community museology in Brazil. Gothenburg Book Fair, Sweden. September 25, 2014.²⁴

Esperamos que esse prêmio inspire outras pessoas a continuarem o trabalho que ainda é tão necessário no Museu Comunitário Treze de Maio e que os clubes sociais negros sejam, a partir do mapeamento que está em andamento realizado pelo IPHAN, SEPPIR e Fundação Cultural Palmares, reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, garantindo, dessa forma, uma política pública de preservação desses espaços, em sua maioria centenários, construídos pela comunidade negra.

²⁴ Tradução livre do Inglês. Descrição do diploma concedido à Giane Vargas Escobar, em 25 de setembro de 2014, durante a Feira do Livro de Gotemburgo na Suécia. “The Foundation Hans Manneby Memorial Fund para o Desenvolvimento de Museus decidiu em 09 de junho de 2014 a atribuir o Prêmio do ano de 2014 à *Giane Vargas Escobar* pelo seu compromisso e pela sua contribuição para o fortalecimento da identidade e cultura afro-brasileira na sociedade brasileira, destacando a sua rica diversidade cultural, a memória das lutas sociais antes e depois da abolição da escravatura, o papel das mulheres na transmissão da memória coletiva, a criatividade e as habilidades de gestão no desenvolvimento dos “Clubes negros”, na promoção dessas redes e na disseminação dos princípios e das práticas da comunidade museológica no Brasil. Feira do Livro de Gotemburgo, Suécia. 25 de Setembro de 2014”. Disponível em: http://www.museumhorizon.se/news_eng.html. Acesso em 30Out2014.

3. O pedido de Registro junto ao IPHAN: Clubes Sociais Negros como Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro

Em 2005, por ocasião da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, foi deliberada a necessidade de ações para promover e salvaguardar os espaços dos Clubes e Entidades Sociais Negras, tendo em vista a maior parte desses organismos revelar sintomas de fragilidade, desestruturação, problemas de gestão e perigo de desaparecimento, a exemplo de tantos que sucumbiram.

Diante deste cenário, é que, em 2006, numa iniciativa do Museu Comunitário Treze de Maio e de alguns clubes sociais negros do Estado do Rio Grande do Sul, com o apoio do Governo Federal, através da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) e da Prefeitura Municipal de Santa Maria, ocorreu o I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras.

Neste Encontro, foram construídas e deliberadas as principais demandas para a preservação e salvaguarda dos espaços dos clubes sociais negros, descritas na “Carta de Santa Maria” (2006)²⁵; além da constituição de uma Comissão Nacional dos Clubes Sociais Negros, que, no decorrer desses anos, vem realizando ações para o encaminhamento das necessidades levantadas e descritas nesta Carta.

O Movimento Clubista Negro do Estado do RS realizou, no período de 2006 a 2009, seis encontros estaduais, com recursos dos próprios gestores clubistas, que culminaram com intensas discussões do grupo que se reuniu para tratar de interesses coletivos.

O 7º Encontro de Clubes Sociais Negros do Rio Grande do Sul²⁶ aconteceu na cidade histórica de Jaguarão/RS,

²⁵ Carta de Santa Maria. Disponível em <http://www.clubessociaisnegros.com.br/wp-content/uploads/2011/03/CARTA-DE-SANTA-MARIA-RS-2006.pdf>. Acesso em 30Out2014.

²⁶ 7º Encontro Estadual de Clubes Sociais Negros. Disponível em: <http://clube24.blogspot.com.br/2011/06/7-encontro-estadual-de-clubes-sociais.html>. Acesso em 19 nov 2012.

fronteira com o Uruguai, nos dias 18 e 19 de junho de 2011. Motivados e sensibilizados pelo iminente leilão do único clube negro da cidade, fundado em 1918, às vésperas de completar 93 anos, representantes de entidades do Movimento Negro do Rio Grande do Sul participaram deste encontro que apontou as principais diretrizes e estratégias de atuação do movimento clubista sul-rio-grandense para os próximos anos.

Neste encontro, foi aprovado o Plano Estadual dos clubes sociais negros do RS. E foi graças a essa mobilização dos gestores dos Clubes Negros do RS e de diversos parceiros que, posteriormente, o IPHAE – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS – reconheceu aquele espaço negro, cujo Governo do Estado oficializou o tombamento da sede do Clube 24 de Agosto, através da Portaria Nº 004/2012, de 25 de janeiro de 2012²⁷.

Outro resultado positivo deste 7º Encontro foi o atendimento de uma das demandas dos gestores clubistas pelo Estado do Rio Grande do Sul, que abriu Edital para seleção de entidades, com vistas ao desenvolvimento do Projeto “Rede RS de Ponto de Cultura”, por meio do Edital SEDAC Nº 11, de 22 de junho de 2012, o qual fez uma distribuição por grupos socioculturais, destinando 25% deste edital para

Comunidades do carnaval, do hip hop, da capoeira, comunidade afrodescendente, comunidades de terreiro, **clubes sociais negros**, organizações estudantis, sindicatos, comunidades urbanas, assentamentos urbanos, associações comunitárias, cultura urbana em geral²⁸.

²⁷ Portaria Nº 004/2012. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, quarta-feira, 25 de janeiro de 2012. p.31

²⁸ Edital de chamamento e seleção de entidades para o desenvolvimento do Projeto “Rede RS de Ponto de Cultura”. Disponível em: <http://www.cultura.rs.gov.br/v2/wp-content/uploads/2012/06/Edital-n%C2%BA-11-de-2012-Rede-RS-de-Pontos-de-Cultura-mais-de-10-mil-habitantes-TABELA-I-Distribui%C3%A7%C3%A3o-por-grupos-socioculturais.pdf>. Acesso em 19nov2012.

Todas estas ações visam, de alguma maneira, ao reconhecimento destes espaços como legítimos representantes de parte da história dos afro-brasileiros e não podem correr o risco de desaparecerem como muitos que já se foram.

A memória é um direito, é escolha, é eleição, é poder e é, essencialmente, seletiva, podendo ser utilizada como instrumento de mudança social e desenvolvimento, a favor do direito ao patrimônio individual ou coletivo ou àquilo que a sociedade elege para ser lembrado ou esquecido.

Na atualidade, os Clubes Sociais Negros, muitos centenários, reivindicam o direito à memória e ao reconhecimento de um importante segmento da população afro-brasileira na história deste País, ou seja, os espaços de sociabilidade e solidariedade construídos pelos negros, em especial no período pós-abolição.

Toda memória pressupõe registro, materializado até mesmo no próprio corpo. É necessário guardá-la em diferentes tipos de suporte (livros, áudio, vídeo, fotografias, catálogos, cds, dvs, documentários, internet, etc), deixando, assim, registradas as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos, importantes para uma determinada comunidade, num determinado tempo. Como exemplo, a Sociedade Operária 13 de Maio de Curitiba, ao lançar, no dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2012, o documentário “Sob a Estrela de Salomão: a Sociedade 13 de Maio como lugar de construção da Memória e Identidade negras em Curitiba”²⁹.

O pedido de Registro dos Clubes Sociais Negros como Patrimônio Imaterial Brasileiro e sua inclusão no “Livro de Registro dos Lugares” foram encaminhados ao IPHAN – o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, em 13 de maio de 2009³⁰, em Brasília, pela Comissão Nacional de

²⁹ Documentário. 75min. Brasil. 2012. DVD. Este projeto foi realizado com o apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, Fundo Municipal da Cultura – Programa de Apoio e incentivo à Cultura.

³⁰Ofício-Circular nº 002/09 – GAB/DPI/IPHAN – 05 de novembro de 2009, informa a abertura do processo nº 01450.007019/2009-98, referente ao

Clubes Sociais Negros³¹. Nessa mesma oportunidade, a Comissão Nacional solicitou ao IPHAN autorização para utilizar a Metodologia do INRC – o Inventário Nacional de Referências Culturais³² –, com vistas a ir em busca de recursos para proceder ao inventário nacional. Embora todos os esforços por parte dos membros dessa comissão, tanto de Santa Maria como do Paraná, mesmo com o projeto já incluído em plataformas governamentais e com o recurso na iminência de ser destinado, em 2008 e 2010, não foi possível efetivar o projeto e, finalmente no ano de 2014, graças aos esforços, luta e reivindicações da sociedade civil, por parte do Movimento Clubista, o Governo Brasileiro resolveu assumir esta demanda e efetivar a proposta do movimento clubista, já prevista na Carta de Santa Maria, desde o ano de 2006.

Considerações Parciais

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural brasileiro, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, estabelecendo o registro e o inventário como instrumentos de preservação desses bens. Reconheceu, também, que é preciso incluir, entre o patrimônio dos brasileiros, bens culturais que se referem aos diferentes grupos formadores da nossa sociedade, garantido no Art. 215. §1, que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Um dos maiores avanços que se percebe na legislação brasileira desde a implantação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 – que trata da organização do patrimônio material –, definindo os quatro Livros Tombo e as diretrizes para os processos de tombamento, é o reconhecimento do

pedido de registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil no “Livro de Registro dos Lugares” do IPHAN.

³¹ Neste ato, Giane Vargas Escobar representou a Comissão Nacional e procedeu à entrega do pedido de Registro, em Brasília.

³² ESCOBAR, 2010.

patrimônio imaterial como bem que, a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, pode também ser registrado no Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares.

Assim como o samba, a capoeira e outros bens de natureza imaterial já conquistaram este título. Os Clubes Sociais Negros somam-se a essas iniciativas de valorização e preservação do patrimônio afro-brasileiro, em seus diferentes matizes e identidades negras, agregando esforços para serem reconhecidos e garantir políticas públicas de salvaguarda e manutenção, por parte do Estado brasileiro – ocupando o seu lugar na construção da história do Brasil, não podendo abrir mão de suas origens africanas resignificadas em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Conceição Corrêa das. *Negro uma identidade em construção: dificuldades e possibilidades*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural). Santa Maria: UFSM, 2010.

Jornal Diário de Santa Maria, Santa Maria, 21 ago. 2012. *Os planos para a área cultural: as promessas*. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/imprensa/4.43.3859590.20243> e <http://www.clicrbs.com.br/pdf/13862551.pdf>. Acesso em 20 nov 2012.

HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro et alii. *Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: signo de uma tradição negra. Material integrante do Projeto Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*. Curitiba: Edição do Autor, 2012.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira. *Negro no Sul*. Poemas: Antologia, Edição dos Vinte, 2009.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Hugues de Varine; trad. Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 256 p.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALÉM DA SOCIABILIDADE: IDENTIDADE E RACIALIZAÇÃO NOS CLUBES SOCIAIS NEGROS DE PELOTAS NO PÓS-ABOLIÇÃO (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Fernanda Oliveira da Silva*

O presente texto tem por objetivo apresentar a organização negra da cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, concentrada em torno dos clubes sociais negros, surgidos entre as décadas de 1910 e 1930. Este período viu o nascimento de cinco clubes: *Depois da Chuva* (1917), *Chove Não Molha* (1919), *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* (1921), *Quem Ri de Nós Tem Paixão* (1921) e *Está Tudo Certo* (1931). Esses espaços se consolidaram para além da sociabilidade, como locais de encontro com os seus, de luta e reivindicação política. E viram, no florescer da década de 1930, seus laços se estenderem por outras cidades da região e se somarem aos esforços para a positivação do termo *negro* e denúncia aberta do racismo enfrentado e da racialização vivenciada no pós-abolição gaúcho, que muito se interliga com o País, com a região do Prata e com o atlântico negro de uma forma mais geral.

A experiência negra

“Quando você segue as pegadas dos mais velhos, aprende a caminhar como eles”¹
(provérbio africano)

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, docente da Uniritter.

¹ Esse provérbio é uma dedicatória a um amigo muito especial, que hoje se encontra em outro plano e que muito incentivou minha trajetória e a pesquisa sobre os clubes negros: Rubinei Machado.

Esta análise privilegia a experiência de clubes sociais, aqui considerados como espaços de sociabilidade que contemplam em suas atividades uma complexidade de questões sociais, sejam estas culturais, políticas, educacionais, etc. O fio condutor está nas relações que configuraram significados e interagiram com o processo de racialização – construção social das diferenças pautado por uma ideia de *raça*² que sempre comporta poder e hierarquização – tal como entendida pelos próprios grupos negros. Permite, dessa forma, iluminar os conteúdos a partir da sociabilidade dentro de um processo histórico de racialização dos grupos sociais ainda no pós-abolição, em meados do século XX.

Os clubes sociais são entendidos como parte dos processos de racialização e, dessa forma, um olhar sobre as vivências e significados atribuídos pelos grupos que o compuseram, permitem iluminar o pós-abolição. Escrever sobre os clubes sociais negros da cidade de Pelotas, ao sul do Brasil, em um estado que ficou conhecido como branco, em decorrência da expressiva colonização italiana e germânica do século XIX³, exige que realoquemos os

² A racialização como categorização foi descrita por Michael Banton, identificada no século XIX e no contexto do colonialismo. BANTON, Michael. *A ideia de raça*. Lisboa: Edições 70, 1979. p. 30; a análise de Robert Miles também informa sobre a categorização inerente à racialização. MILES, Robert. *Racism*. London: Routledge, 2002. [1^o ed. 1989]. p. 75. As construções sobre hierarquias de raça em sua face ideológica estão imersas em relações de poder. Aqui, observo o vivido a partir dessas relações, ou seja, os grupos negros não detinham o poder de racializar, foram racializados e operaram dentro desse campo de referências, em relações sempre permeadas por tensões, as quais permitem que observemos os significados gestados por eles, e não exclusivamente sobre eles.

³ É sabido que outros grupos imigrantes se estabeleceram no estado no mesmo período, como os franceses, espanhóis e portugueses, no entanto, para fins de colonização e expressividade numérica, a historiografia aponta os italianos e germânicos, incluindo aqui as diferentes regiões européias, mas fazendo jus à descendência étnica. Essa expressividade de colonos, que ocuparam as terras sulinas, acabou por ser abarcada pela historiografia como uma marca distintiva da população do sul do Brasil, em detrimento da população negra, que até meados da década de 1980, com raras exceções,

espaços, conferindo historicidade à experiência negra, que não surge no século XX, mas que teve início com a chegada dos escravizados e teve sequência com os seus descendentes ao longo do tempo.

Porém, isso não se presta apenas às exigências acadêmicas de contextualização do objeto. Faz jus à perspectiva afrocentrada⁴ de conhecimento, baseada, principalmente, na valorização da oralidade africana e dos significados conferidos por mulheres e homens negros, e que vem a passos largos ocupando os espaços científicos de construção do conhecimento no mundo ocidental, através da escrita.

Infelizmente, ao recuar no tempo cronológico, nem sempre é possível encontrar os registros, e, na falta dos nossos mais velhos, o que chamamos de *grãos*⁵, garimpamos as fontes já consolidadas e, felizmente, muitas vezes encontramos nossas vozes, já não tão silenciadas, embora, por vezes, traduzidas pelos que dominavam os poderes, mas estamos lá. Aqui então se inicia à exposição de alguns *dos*

foi invisibilizada pelos estudos e pela própria identidade gaúcha. Para saber mais, ver: BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Porto Alegre: PPG História/UFRGS, 2011 (Dissertação de Mestrado); OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo. A diversidade cultural no Brasil-nação – Reedição*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Vozes, 2006. v. 1. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense* Rio de Janeiro: Editora FGC, 2015.

⁴ O afrocentrismo combate o etnocentrismo do ocidente e a hegemonia da brancura. Esse combate, no entanto, valoriza o diálogo e as trocas entre as culturas. Para saber mais, ver: FINCH III, Charles S.; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Abordagem afrocentrada, história e evolução. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) *Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2009.

⁵ “Termo do vocabulário franco-africano, criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes para as quais, em geral, está a serviço. Presente, sobretudo na África ocidental, notadamente onde se desenvolveram os faustosos impérios medievais africanos (Gana, Mali, Songai etc.)”. LOPES, Ney. *Enciclopédia da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

passos dos nossos mais velhos, que colocaram a cidade de Pelotas em movimento, já no início do século XIX.

Faltando pouco menos de um mês para as festividades natalinas do ano de 1820, um grupo de homens pretos, pardos, livres e cativos, sob a coordenação do preto forro João Pedro da Motta, recebeu a concessão do Vigário da Freguesia de São Francisco de Paula para organizar uma irmandade, a qual foi denominada *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição*. As irmandades se constituíram como a primeira forma de associativismo negro permitida pelas autoridades do espaço que viria a se constituir como Estado-Nação brasileiro. A *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição* existiu até 1915. Quase uma década depois do seu surgimento, em 1829, houve a fundação da Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte – a qual se manteve em funcionamento até 1918 – e a cidade viu ainda, em 1831, a fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – uma das mais tradicionais devoções dos grupos negros no Brasil, mantida em funcionamento até 1918, na cidade de Pelotas.

Cada uma das irmandades referidas tinha por característica comum os membros fundadores serem *gente de cor livre e cativa*⁶, assim como adotarem o compromisso de *acompanhar o funeral até o cemitério*. Embora os registros não apontem para o número de negros congregados, algumas inferências são possíveis e alertam para a presença e movimentação negra ainda durante a vigência da escravidão. A coletividade figura, já no início do século XIX, como uma forma de conagraçamento, auxílio mútuo e busca organizada pela libertação. É notável que, em 1847, um novo compromisso da Irmandade *de Nossa Senhora da Conceição* proibia a participação de cativos e exigia uma conduta exemplar de seus irmãos. Ora, esse período se notificou no Brasil pelos aquilombamentos e maior repressão por parte das forças imperiais. Pelotas, nos anos 1830, lidou com o assombro causado pelos aquilombamentos, quando se

⁶ Livro Tombo, Catedral São Francisco de Paula. pp. 119-120, 191, 212.

formou o quilombo do Manuel Padeiro, na Serra dos Tapes⁷.

No mesmo ano da medida em relação à irmandade, houve a denúncia de uma revolta de escravos minas na região, a qual manteve autoridades e senhores de escravos de sobreaviso. Destacamos, ainda, que foi uma época de temor geral, em virtude da Revolta dos Malês, na Bahia, Revolta dos escravos de Carrancas, em Minas Gerais e, principalmente, da Revolta do Haiti, que manteve em alerta as autoridades de locais com presença escrava, visando impedir um *haitianismo*. Sendo assim, era de interesse destes senhores evitarem possíveis contatos e possibilidades de que as irmandades configurassem-se em espaços de organização de revoltas. Aos senhores, cabia manter a ordem através de suas medidas repressoras ou paternalistas quando possível, e aos negros, criar um campo de possível negociação. Lembrando que o fato de ser livre em uma sociedade escravocrata não era sinônimo de direitos iguais, mantinha-se uma carga extremamente pejorativa sobre essas mulheres e homens negros.

As primeiras associações caracterizaram-se, então, por estar sob o domínio da Igreja Católica, mas buscando tensionar as regras impostas num sistema bem delimitado quanto à cor da pele das pessoas, e construir uma rede de solidariedade negra. Essa experiência inicial estava vinculada, obviamente, ao contexto histórico de escravidão, sistema esse que começou a entrar em declínio em virtude de razões que fogem à escrita deste artigo, mas que interferiram, diretamente, nas organizações negras. As últimas décadas do referido período viram o surgimento de outras associações negras, diretamente vinculadas à abolição, porém partiam da experiência proporcionada pelas irmandades. A noção de experiência humana e a ideia de sujeito que guia a análise aqui empreendida é laudatória dos estudos de E.P. Thompson⁸.

⁷ Para saber mais, ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; MOREIRA, Paulo. R. S.; PINTO, Natália. G.. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes* (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo – RS: OIKOS, 2013.

⁸ Thompson, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. 2009 [sem copyright], p. 225-226.

Em 1878, escravizados e libertos fundaram a *Associação Lotérica Feliz Esperança*. O nome dessa associação é bem específico, referia à feliz esperança de conseguirem fundos para a libertação de escravos através de apostas em loterias, esperança relativamente comum aos negros no Brasil Imperial. Dois anos depois, a associação adquiriu o nome de Sociedade Beneficente Feliz Esperança, preocupada com as condições de vida de seus associados e familiares; ademais, caracterizou-se por ser a primeira associação a manter aulas para seus membros, num sinal evidente das preocupações que atingiam o grupo, assim como dos espaços que ainda eram vetados ou de difícil acesso para os negros. Esta sociedade existiu pelo menos até 1917, quando possivelmente se transformou no clube Depois da Chuva. Possuía sede própria, onde varias outras associações buscaram guarida, inclusive o dito clube.

Estes são apenas alguns exemplos da movimentação negra em Pelotas no século XIX, os quais, por motivos de espaço de escrita, tiveram de ser restringidos. Foi possível observar em relação às associações negras pelotenses, fundadas durante a escravidão, o objetivo de inserirem-se na sociedade, através da sua demonstração de organização, num primeiro momento; assim como, num segundo momento, na medida do possível, de libertarem os escravos, com dois tipos de associação: as vinculadas à religião católica, através das irmandades, em número de três [1820-1831]; e as associações beneficentes e ou explicitamente em prol da causa abolicionista [1880-1884], como a Sociedade Beneficente Feliz Esperança [1880] e a Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade [1882], totalizando um número de seis⁹.

⁹ Para maiores informações sobre o associativismo negro em Pelotas entre 1820 e 1943 ver SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaço para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2011.

O pós-abolição e seus novos dilemas: a experiência dos Clubes Sociais Negros

A abolição chegou, seguida de muito perto pelo estabelecimento de uma nova ordem política – a República –, mas então novos dilemas se colocaram para o grupo negro. Os clubes, no pós-abolição, não são tomados como isolados, mas como parte de uma experiência associativa anterior e permitem acessar uma forma de diálogo com as demandas sociais que seus associados e associadas enfrentavam. As experiências do grupo negro adquiriram uma nova roupagem, que não era tão somente uma herança da escravidão, mas um legado do pós-abolição em prol da luta por uma cidadania efetiva.

A última década do século XIX e o início do século XX viram o florescer de uma consciência social e racial, pautada pela euforia da nova ordem, seguida de muito perto pela percepção dos novos problemas que se impunham. Se a cor da pele e os valores a ela associados eram fruto do racismo gestado no século XIX, no âmbito da escravidão e do colonialismo, os problemas vinculados à cidadania política e social efetiva não se configuravam como simples herança da escravidão. Esses problemas também não eram fruto de uma suposta anomia dos negros, mas de uma nova ordem que se impôs. Pelotas viu o surgimento de inúmeras organizações de negros com objetivos variados, mas tendo como fio condutor a busca pela cidadania plena. Levantamento referente a 1891 indicou o número de 7.035 negros e mestiços no espaço urbano, sendo que os imigrantes estrangeiros alcançaram a cifra de 4.160¹⁰. Três associações beneficentes que possuíam negros em seus quadros, fundadas ainda antes da abolição, sendo elas a Feliz Esperança, a Harmonia dos Artistas e a Fraternidade Artística, mantiveram suas atividades até respectivamente 1917, 1916 e 1911. Sendo que a Feliz

¹⁰ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária-UFpel/Rede Unitrabalho, 2001, p. 57.

Esperança, localizada nos limites do centro da cidade, na então Rua 16 de Julho, hoje Cassiano do Nascimento, figura como uma entidade que serviu de pólo aglutinador das demais. Abrigou, em sua sede, associações com interesses comuns, como, por exemplo, associações pelos direitos dos operários, como a União Operária Internacional, a qual esteve diretamente vinculada à luta dos trabalhadores pelotenses como com a mobilização pelas 8 horas diárias de trabalho, e a então denominada Sociedade Recreativa Carnavalesca Depois da Chuva.

É necessário destacar, ainda, o papel protagonista desempenhado pela mulher negra, e pelo menos duas organizações destacam isso: a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908-1918); e o Asilo de Órfãos São Benedito (1901 – ainda em funcionamento), com destaque nesta sociedade à presença de Luciana Lealdina de Araújo, uma mulher negra que idealizou o Asilo em prol das crianças, independente de cor, mas que abrigava principalmente meninas negras. Dois negros foram identificados dentre os membros diretivos do Asilo, os quais circulavam também em outras associações negras: Antonio Baobab (secretário) e Durval Penny. A presença de negros em suas diretorias se manteve pelo menos até meados do século XX, assim como entre a grande parte das crianças atendidas. Esta característica foi evidenciada no discurso do cinquentenário desta instituição, feito pelo deputado classista e originário de Rio Grande: Dr. Carlos Santos. O deputado foi uma grande liderança da comunidade negra gaúcha e, no momento do cinquentenário, era o orador oficial do Asilo¹¹. Em relação à fundadora, foi interessante perceber o destaque conferido à sua iniciativa, como podemos apreender em artigo veiculado no jornal negro A Alvorada, em uma coluna que destacava à comunidade pelotense, alguns fatos acontecidos no passado, com o evidente intuito de servir de exemplo à coletividade negra:

¹¹ Biblioteca Pública Pelotense. Fundo: Entidades beneficentes e benemerentes, sub-série: Asilo de Órfãos São Benedito de Pelotas.

A brilhante escritora d. Julia Lopes de Almeida, quando aqui esteve, disse, ao contemplar o Asilo S. Benedito:
– “É a primeira vez que vejo no Brasil realizada uma obra de benemerência por uma mulher da mais humilde condição, pobre e de cor... Luciana, essa preta pobre, só pelo influxo da sua energia conseguiu inspirar a criação e a manutenção em cidades do Rio Grande, de verdadeiros templos de instrução e caridade, como o Asilo S. Benedito, fundado em fevereiro de 1901”¹²

Essas características auxiliam na percepção de uma rede social negra que já vinha desenvolvendo-se na cidade desde o século XIX, com trânsito entre seus membros e a partir de famílias. Porém, com a persistente manutenção de uma discriminação racial, ou seja, de um espaço racializado, encaminhava-se para a efetiva constituição de um *movimento social negro* na cidade de Pelotas. Esta afirmativa foi corroborada pela observação de que havia uma colaboração entre as associações, o que foi percebido ao atentarmos para a natureza das relações entre as associações. Esta colaboração que, num primeiro momento, visava a abolição e a busca por medidas conjuntas cedeu espaço para a luta por melhores condições de vida e para o combate ao preconceito através das associações criadas no pós-abolição. Dentre estas associações merecem destaque aquelas que vieram a ficar conhecidas como clubes sociais negros, por sua longevidade e por aglutinar reivindicação política, civil e social a partir de espaços lidos como de sociabilidade. Quando estas surgiram adotaram diferentes “definições”, todas vinculadas aos festejos de momo, como, por exemplo, grupos, cordões, ranchos e clubes. Os Cordões da cidade informavam suas atividades a seus co-irmãos e sócios, principalmente com o auxílio da imprensa. E nesse sentido, destaca-se a dita imprensa negra, representada, na cidade, pelo jornal *A Alvorada*. Esses cordões apresentaram grande inter-relacionamento social, não somente entre eles próprios, mas

¹² Biblioteca Pública Pelotense. Jornal *A Alvorada*. Dia 21 de janeiro de 1952, p. 1.

também entre as associações classistas ou esportivas, com destaque para a *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio*, fundada em 10 de junho de 1919, e para as políticas, como a *Frente Negra Pelotense*, fundada em 10 de maio de 1933¹³.

A manutenção desses cordões durante todo o ano fez com que, antes mesmo de adotarem a denominação oficial de *clube*, os jornais assim o denominassem. Essa percepção é corroborada pelo conceito de *Clubes Sociais Negros*, elaborado em 2008 pela Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros dos Estados do RS, SC, SP, RJ e MG:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afrobrasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (SILVEIRA apud ESCOBAR, 2010, p. 61)

O Depois da Chuva, fundado em 19 de fevereiro de 1916, foi o primeiro cordão carnavalesco negro da cidade, procedido pelo *Chove Não Molha*, fundado em 26 de fevereiro de 1919; *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, fundado em 27 de janeiro de 1921; *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, fundado no ano de 1921 e o *Está Tudo Certo*, fundado no ano de 1931. A *Sociedade Recreativa Depois da Chuva* foi fundada aos dezenove dias do mês de fevereiro, no ano de 1917, por

¹³ A Frente Negra Pelotense, fundada em 10 de maio de 1933, por José Aduino Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Miguel Barros e Humberto de Freitas. Essa organização divulgava suas ideias através do jornal *A Alvorada* se autodenominava uma associação cultural e educacional. Provavelmente, existiu até 1937, quando pode ter parado de funcionar em virtude das medidas adotadas pelo Estado Novo. A Frente desenvolvia atividade intensa nas sedes dos clubes sociais, nos quais realizava “A Hora da Raça”, com palestras e conversas, levando aos coirmãos discussões raciais, evocando os antepassados, e de interesse dos trabalhadores nacionais. Pelotas, em conjunto com a cidade de Rio Claro, localizada no interior paulista, foram as únicas cidades do interior que mantiveram organizações vinculadas à Frente Negra Brasileira.

jovens negros com o intuito de aproveitar o carnaval daquele ano. O *Depois da Chuva* ocupou, inicialmente, as dependências da *Associação Beneficente Feliz Esperança*, a qual deixou de existir no primeiro ano de existência do referido clube. Porém, acredita-se que o mesmo se manteve junto ao prédio da extinta associação, localizado na Rua 16 de julho, sob a forma de aluguel, mudando-se para uma sede própria no ano de 1929, localizada na mesma rua¹⁴. Infelizmente, não foi possível encontrar subsídios até o momento, a fim de indicar se este clube comprou uma sede própria, se a construiu sob a forma de mutirão – fato comum na época – ou se, até mesmo, comprou a sede ocupada até então, visto localizar-se na mesma rua. No entanto, o jornal *Correio Mercantil*, na edição do dia 4 de setembro de 1929, convoca para a inauguração da sede própria desse clube, a ser realizada no dia 7 de setembro daquele ano. Esta sede se localizava na atual Rua Cassiano do Nascimento, próxima a um local destinado ao depósito do lixo da cidade, o que, provavelmente, foi o responsável pela alcunha de cisqueiros (lixeiros) aos sócios desse clube – os quais, provavelmente, ocupavam as camadas econômicas mais baixas. Neste clube, ainda, as festas apresentavam um caráter mais popular. Esse, tal como os demais clubes negros, buscava prestigiar os clubes denominados *co-irmãos*, formando um circuito de sociabilidade negra na cidade.

A organização dos clubes surgidos entre 1916 e 1931 – *Depois da Chuva*, *Chove Não Molha*, *Fica Ahi P'ra Ir Dizendo*, *Quem Ri de Nós Tem Paixão* e *Está Tudo Certo* – era semelhante. Foi possível traçar um padrão organizativo, o qual apresentava certa peculiaridade de acordo com cada um dos clubes. Nesse sentido, destacamos as atividades que envolviam o lazer, como, por exemplo, bailes, festivais e pequenas reuniões dançantes, seguidos pelos torneios esportivos. Essas atividades passavam por um planejamento prévio e consequente

¹⁴ LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero- Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n.º. 1, p. 145-162, jan/jun. 2009.

aprovação da direção dos referidos clubes.

Desenvolviam ainda funções assistenciais para com seus sócios, quando estes se encontravam enfermos ou passando por graves dificuldades financeiras. Esta preocupação já estava presente nas associações criadas antes da Abolição, como, por exemplo, as Irmandades leigas negras e se manteve nas associações negras criadas no pós-abolição. Característica essa que vem se colocando como comum às associações negras, independente do período histórico de funcionamento ou do caráter da associação.

Destacamos, ainda, que ambos possuíam uma diretoria, composta por cargos que aumentavam à medida que os clubes passaram a desenvolver novas atividades. Porém, em seu início, apresentavam, em seus quadros, com poucas diferenças, os cargos de presidente, tesoureiro, secretário, orador e porta-estandarte. Esta diretoria versava sobre as diretrizes dos clubes, visto que não era um hábito de início constituir um estatuto já registrado em cartório, o que indica o caráter recreativo e provisório com que eram criados. Todavia, em 1932, com exceção do *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, os clubes negros adotaram uma espécie de regimento interno comum, intitulado *Regulamento Interno das Sociedades Recreativas*, o qual versava sobre o comportamento interno dos associados e deveres do mesmo com o clube. Comportamento este que, em caso de má conduta, deveria ser informado aos demais clubes. O clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, por exemplo, no ano de 1938, ainda não possuía estatuto, nem mesmo de caráter interno, sendo sugerido, pelo presidente Rubens Lima em ata de 23 de março de 1938, a construção de um, o que ficou a cargo dos membros do conselho diretivo: Dario Nunes, Joaquim Dias, Joaquim Rollo, Francisco Abreu, Lupicínio Ribeiro e Carlos Torres (relator).

As atividades dos clubes desenvolviam-se nas sedes; no tocante aos clubes *Depois da Chuva*, *Chove Não Molha*, *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, estas eram alugadas e localizavam-se nos limites do centro da cidade, já o *Quem Ri de Nós Tem Paixão* possuía sede localizada num bairro afastado do centro, o que talvez justifique a maior interlocução que acabou

travando com o *24 de Junho*, o qual deveria localizar-se no centro da cidade. Já a sede do *Está Tudo Certo*, idealizado pelo dono do jornal *A Alvorada*, Juvenal Penny, se localizava no centro da cidade, na Rua General Argolo. Encontramos destaque para a inauguração de sua sede em ofício encaminhado ao clube *Chove Não Molha* no ano de 1931.

Em fins da década de 1910, fundou-se o clube *Chove Não Molha*. Este clube foi fundado aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 1919, em uma alfaiataria local, dentre os fundadores estava o dono da loja, Otacílio Borges Pereira, do qual partiu a ideia, somando-se a este os também alfaiates, Antonio Silveira Falcão, Henrique Cândia de Paula, Pedro Vargas e Antenor Vieira. Inicialmente, o objetivo era aproveitar o carnaval de 1919, se intitularam *Grupo Carnavalesco Chove Não Molha*, a iniciativa foi bem recepcionada pela comunidade local e começou a se delinear uma estrutura a qual se mantinha em funcionamento anual.

A primeira sede do clube *Chove Não Molha* localizou-se na Rua Andrade Neves, 676, em caráter provisório. A partir de 1924, as festas desse clube se realizavam em sua sede social, alugada, também localizada no centro da cidade, na Rua General Osório esquina com a Rua Senador Mendonça. Dentre as atividades promovidas por este clube, destacaram-se os bailes em homenagem ao 13 de Maio; o Baile da Primavera – realizado entre os meses de agosto e setembro, a partir de meados da década de 1930 – despertava muito entusiasmo entre os sócios, elegia-se uma rainha para tal evento; o Baile de São Pedro – realizado em fins do mês de julho, em alusão à data presente no calendário católico, assim como o Baile de Aleluia –, o qual se realizava no sábado de Aleluia, entre os meses de março e abril. Participavam, ainda, quase que anualmente, dos festejos do momo local, apresentando grande organização em relação ao seu cordão. Os bailes eram regidos pela orquestra do clube, a qual estava presente também no desfile de carnaval. A orquestra era composta por instrumentos de sopro e corda e executava as marchas compostas para o carnaval. Estes, somados ao som extraído do piano, eram os responsáveis pela execução de

musicas de salão, a serem dançadas em par, nos bailes sociais do clube.

Em meados da década de 1920, os associados do *Chove Não Molha* começaram a articular uma forma de arrecadar fundos para a aquisição de uma sede própria, o que em muito contribuiria com os cofres da associação, visto que, em princípios de 1930, quando ocupavam uma sede localizada na Rua Cassiano do Nascimento, 203, o principal problema enfrentado era de ordem financeira. Foi comum encontrar nesse período tratativas entre os membros da diretoria no sentido de unirem-se, a fim de arcar com os gastos de aluguel, assim como de luz, o que demonstrou o baixo poder aquisitivo dos associados, tendo em vista o não pagamento das mensalidades com a regularidade necessária. Contudo, este desejo por sede própria acompanhou todo o período desta pesquisa, o qual não conseguiu ser realizado.

Os interessados em fazer parte do clube tinham de ser indicados por um associado e, ao associarem-se, adquiriam o direito de participar das eleições, norma que se estendia às mulheres. No entanto, estas só puderam ocupar cargos na diretoria depois de 1938. Antes dessa data, as mulheres podiam apenas administrar os blocos que se formavam dentro do clube e, nessa posição, participavam das reuniões deliberativas do *Chove Não Molha* e eram presença marcante dentro do clube, chegando-se a formar uma *liga feminina pró-Chove* em 1930.

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 1921, os amigos Osvaldo Guimarães da Silva, Renato Monteiro de Souza e João Francisco Ferreira, reunidos na praça central da cidade, Coronel Pedro Osório, visando aproveitar os festejos do carnaval local, criaram um cordão carnavalesco, o qual denominaram *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, por iniciativa de Osvaldo, o qual indicou também as cores que identificariam o grupo – azul e branco. Logo se somaram à iniciativa outros homens, os quais levaram para o desfile daquele ano o referido cordão. A partir desta primeira demonstração pública, outras pessoas se interessaram pelo grupo, os quais seguiram mantendo atividades que visavam ao encontro de

pessoas negras da cidade. No momento, vigorava a prática de impedirem os negros de frequentar alguns locais, como, por exemplo, os dedicados à sociabilidade.

É possível que o clube *Fica Ahí* tenha surgido de uma dissidência do clube *Chove Não Molha*. Ao atentarmos para os membros que estiveram atuantes nos anos iniciais de ambas as associações, encontramos dois nomes em comum – Antenor Vieira e Joaquim Rolo. Antenor esteve entre os fundadores de ambos os clubes, enquanto Joaquim foi membro do *Chove Não Molha* e esteve na primeira diretoria do *Fica Ahí*. Esta possibilidade de dissidência auxilia na compreensão do surgimento de dois clubes, os quais, em princípio, nasceram com o mesmo ideal: construir um local em que os negros locais pudessem encontrar-se com os seus, sem o temor de passarem por uma série de constrangimentos de ordem racial. O *Fica Ahí*, no entanto, diferenciou-se dos demais clubes negros locais ao colocar em prática um controle sistemático quanto aos seus sócios. Atentava, principalmente, para a cor destes, apresentava em suas atas de diretoria inúmeras discussões quanto à cor dos pretendentes a sócios – os quais deveriam ser reconhecidamente membros da comunidade negra local –, somadas à preocupação com a moralidade, não apenas na sede, mas nos diferentes aspectos da vida destes. No período abrangido por esta pesquisa, o clube ocupou três sedes, as quais eram alugadas, todas localizadas nos limites do centro da cidade. A primeira situava-se na Rua Félix da Cunha, 815; na década de 1920, o clube transferiu-se para uma rua próxima, Cassiano do Nascimento, próxima à Rua Gonçalves Chaves; na década de 1930, mais precisamente em 1935, o clube voltou a se localizar na Rua Félix da Cunha, 774.

A organização do clube era rígida e definida através de eleições anuais, realizadas em assembleia geral. Apenas homens podiam almejar os cargos. Os cargos presentes na primeira diretoria foram acrescentados na década de 1930, para quando se encontraram as funções de tesoureiro, secretário, comissão de contas, conselho consultivo, procurador, zelador e diretores do mês. Estes eram em

número de 12, respectivamente responsáveis pelas atividades de cada mês. Alguns membros apenas revezavam nas funções exercidas, enquanto outros se mantinham nas mesmas funções, como, por exemplo, Joaquim Rollo Sobrinho – o qual esteve na primeira diretoria e, em 1938, foi encontrado exercendo a mesma função: orador. O acréscimo nas funções diretivas da associação foi significativo da organização que o mesmo alcançou na década de 1930. Porém, se mantinha uma diretoria com recorte de gênero, visto que, para todas as funções, os nomes correspondentes eram de homens.

Na década de 1930, a estrutura organizativa do clube pouco se alterou. Destacamos que as mulheres, embora não exercendo funções diretivas, encontravam-se presentes na organização e fiscalização das festas, através da *Comissão de senhoras*. O clube conferia assim um papel de inferioridade às mulheres, as quais estavam excluídas dos cargos diretivos. O clube negro, nesse sentido, reproduzia a percepção de gênero da sociedade, aferindo um papel periférico à mulher. Contudo, esta percepção se configura uma prática comum entre as associações negras, como destacou Domingues (2008) ao analisar as associações negras paulistas.

Estas organizações possuíam estrutura interna composta por cargos fixos: presidente, orador, tesoureiro e organizador, etc. Os assuntos eram levados ao conhecimento das direções dos clubes, as quais tinham o poder de decisão quando em casos de organizações formadas dentro dos clubes por seus sócios ou nas deliberações relacionadas ao aceite ou não de alugarem suas sedes. As mulheres, além de poder compor a *Comissão de senhoras*, era reservada a participação como membros de blocos dos referidos clubes, como o Bloco das Borboletas, Filhas do Chove e Bloco das Sevilhanas, do Clube Chove Não Molha, que existiram entre as décadas de 1930 e 1940. As Sevilhanas acabaram tornando-se independentes embora continuassem a realizar festas nas dependências do clube em benefício próprio. E, o Bloco das Levadinhas, do Depois da Chuva.

Os clubes *Quem Ri de Nós têm Paixão*, fundado em

1921, e o *Está Tudo Certo*, de 1931, foram os clubes com menor duração, mas não menos importantes. Existiram cerca de duas décadas. O *Está Tudo Certo* teve como principal mantenedor um dos donos do jornal *A Alvorada*, Juvenal Penny. Na memória local, ficou presente a sugestão de que ele criou esse cordão para os jovens aproveitarem o carnaval e que tivesse grande vinculação com o cordão do *Fica Ahí*. Os clubes mantinham contato entre si, com associações operárias e beneficentes da cidade, mas também com clubes negros e associações das cidades vizinhas, com ênfase para Rio Grande, Pinheiro Machado, Bagé, Porto Alegre e Uruguaiana, inclusive mantendo representantes de seus clubes nessas cidades, como se pode perceber, principalmente, no que tange ao *Fica Ahí*.

Afirmando-se: os clubes e os padrões de comportamento

O comportamento pleiteado pela direção do cordão *Fica Ahí* apresentava vínculos estreitos com os ditames sociais da sociedade branca. Valorizava-se a família patriarcal, idealizada nos moldes da família cristã, composta pelo casal reconhecido aos olhos do Estado e da Igreja Católica e os frutos dessa união. O clube aparece como um espaço de evidente procura pelo matrimônio. O tripé estado, família e religião católica estava amplamente divulgado nas ideologias que se propuseram pensar a identidade nacional. As mulheres separadas eram tratadas com maior rigidez pela diretoria. As mesmas deveriam ser tuteladas pela figura masculina, quando se separavam, seus ex-maridos podiam ser acionados, a fim de manifestarem sua concordância ou não com a manutenção da associação da ex-esposa; quando de sua discordância, as mesmas eram convidadas a se retirarem do clube¹⁵. Assim, percebe-se um duplo padrão, visto que o aceitável para os homens podia não ser para as mulheres.

Os valores exteriorizados pelas teorias raciais,

¹⁵ LADCFA, nº. 162, 08/05/1940.

vinculados à degenerescência negra¹⁶, destacavam a propensão dos negros a costumes tidos como bárbaros, como, por exemplo, os vícios e jogos, ideias estas que ainda estavam presentes na sociedade local. A ideia de *vícios* era tratada de maneira diferente de acordo com cada clube negro, o que permite ter acesso à ideia do que vigorava entre eles e a suas percepções sobre hábitos que deveriam ser mantidos, negados ou contrapostos. A diretoria do *Chove Não Molha* permitia a comercialização de bebidas em suas festas, dentre estas, cerveja, chopp e aguardente. Porém, estas deveriam ser consumidas de maneira *social*, evitando que os frequentadores viessem a ficar alcoolizados. No entanto, no ano de 1940, consta, em ata, uma reclamação sobre três associados que costumeiramente ficavam bêbados nas festas. Estes foram expulsos da sede, somou-se à reclamação, o fato de estarem com as mensalidades atrasadas (LADCCNM, n.º. 112, 18 de junho de 1940).

O consumo de álcool era censurado no clube *Fica Ahí*. Era proibido o consumo de qualquer bebida alcoólica nas dependências do clube. No entanto, essa não foi uma regra facilmente respeitada pelos associados. O clube recebia inúmeras denúncias de jogos a dinheiro e de consumo de bebidas. Este era um problema enfrentado não apenas pela diretoria em relação aos associados; em julho de 1943, consta uma reclamação envolvendo um sócio fundador, que participava das reuniões de diretoria, e fora articulista do jornal *A Alvorada*, Ivo Porto – o qual, em conjunto com outros dois associados, Waldemar Borba e Juvenal Amorim, foi flagrado dentro da sala de chapéus a consumir aguardente¹⁷.

A recusa às características tidas pela classe dominante enquanto inerentes aos negros era uma constante no clube *Fica Ahí*, principalmente em referência à moral. Como

¹⁶ Um dos principais teóricos nesse sentido foi o conde Arthur de Gobineau (1816-1882) o qual, de acordo com HOFBAUER (2006, p. 126) vinculava a degeneração humana à mistura sanguínea e conseqüentemente a impureza racial. HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

¹⁷ LADCFA, n.º 278, 5/07/1943.

pontuado no exemplo anterior, embora fosse um ideal pretendido pela direção, até mesmo entre estes por vezes não era cumprido, o que evidencia uma não homogeneização entre associados. A particularidade marcante de recomendação de puritanismo aos sócios pelos membros diretivos foi tida por Domingues (2004), em estudo centrado em São Paulo, no período do pós-abolição, como a marca dos clubes de classe média branca.

A preocupação com a moral dos associados do clube *Fica Ahí* estava refletida na seleção exigente dos candidatos a sócios. Para que o candidato pudesse ter seu pedido analisado pelo Conselho era necessário ter sido indicado por um sócio do clube e ser identificado como membro da comunidade negra pelotense. Passando por estas exigências, dava-se início a análise do pedido por parte da comissão de sindicância, a qual deveria investigar a conduta do pretendente. Para que o pedido fosse deferido, a conduta do pretendente deveria ser ilibada, já a identificação de ser pertencente à *raça etiópica* era discutida nas reuniões de diretoria, na qual era levada em conta não apenas a cor da pele, mas também a origem dos mesmos. A manutenção do *Fica Ahí* aparece então como um ideal de constituir um local de engrandecimento, de elevação social, onde seus sócios não pudessem ser chamados de *negro* de forma pejorativa. Encontra-se, nessa busca, a pretensão de mostrarem-se, não apenas à comunidade negra, mas à comunidade pelotense em geral, como local de “homens de cor” elevados.

Era sobre as mulheres que, com maior freqüência, recaía o puritanismo. Destaca-se, no entanto, que a diretoria do clube *Fica Ahí* era masculina, o que se colocou como significativo para pensarmos as atitudes relacionadas às associadas. As mulheres deveriam ter o comportamento totalmente correto, de acordo com os ditames da sociedade; quando o assunto estava relacionado ao homem, a norma era colocar em discussão na reunião de diretoria e resolver a forma de condução no mesmo momento, recaindo, no máximo, medidas informativas de desvio de conduta, em que se encaminhavam avisos solicitando que o procedimento não

mais se repetisse. Enquanto as mulheres, imediatamente, passavam por sindicância.

O clube *Fica Ahí* recriminava mulheres que eram vistas em companhia de homens brancos, visando impedir que as associadas fossem seduzidas por estes. O controle por parte do clube era aceito pelas famílias associadas. Nesse sentido, destacamos um caso presente nas atas do referido clube, em que uma associada foi vista em más companhias. Ao ser sua família oficiada em função do fato, o irmão da moça informa que a *má companhia* era a mulher com a qual convivia maritalmente (embora não casado oficialmente). Porém, o mesmo afirmou que iria mudar-se de casa o mais rápido possível a fim de que a irmã e os demais membros de sua família não fossem desligados dos quadros do clube. Em nenhum momento, a ata que relata este fato, apresenta questionamento sobre a atitude do rapaz em conviver maritalmente com uma mulher sem ser casado, e nos faltam subsídios para afirmar se o mesmo era associado à entidade ou não. Porém, como o caso não mais foi mencionado nas demais atas, acreditamos que se evidencia um duplo padrão relacionado ao gênero, visto que o clube, ao saber da atitude do rapaz, poderia ter questionado seus pais, o que não aconteceu; enquanto, em relação à moça, o caso foi notificado e a família aceitou e corroborou com as atitudes pleiteadas pelo clube.

Existia uma valorização dos associados em fazer parte da associação, o que, por sua vez, sugere a manutenção de uma identidade negra positiva. Evidencia-se, ainda, uma preocupação com as famílias negras já constituídas, assim como as que estavam por surgir. Nesse sentido, destacamos a preocupação em manter as moças negras afastadas dos rapazes brancos que porventura aspirassem seduzi-las, mantendo, assim, um espaço onde os negros podiam conviver com os seus e proceder aos arranjos matrimoniais dentro da comunidade negra que esposava dos valores evocados pelo clube. O controle mais rígido emerge justamente em função dos estereótipos negativos com os quais estavam em embate cotidianamente, e buscavam contrapor através de suas

atitudes. As atas que relatam estes acontecimentos evidenciam que a ideia vigorante correspondia à manutenção de uma família negra, envolvendo, preferencialmente, membros do clube. Quando contraíam compromissos de casamentos futuros com não membros do clube, era comum solicitar associação. Nesses casos, quem se colocava como responsável pela associação, majoritariamente feminina, eram os noivos e suas famílias, o que não impedia que estas moças passassem também pela comissão de sindicância, a fim de averiguar sua boa conduta.

O clube *Fica Ahí* realizava ainda uma distinção material, evidenciada através das vestimentas exigidas nas festas, visando possibilitar uma diferenciação social dos demais clubes de negros da cidade. Essas medidas auxiliaram na constituição de uma identidade positiva do grupo. Identidade essa que, embora refletisse algumas prédicas pertencentes às ideologias, constituídas pela elite intelectual do País, foram adaptadas pelos membros do clube. Esses estavam em busca de colocarem-se enquanto negros capazes de organizarem-se tanto quanto os demais grupos sociais constituintes da sociedade brasileira e, também, terem um local de sociabilidade para os seus, o que evidencia a vontade de manterem seus laços de identidade.

Os cuidados com o comportamento, principalmente, no tocante à moral, não eram uma exigência apenas dos clubes negros. Os clubes étnicos, assim como clubes de classe média branca, dirigiam um controle aos seus associados. No entanto, isso não quer dizer que os negros buscavam serem *iguais* aos demais, existia, sim, uma necessidade de integração, em que o padrão era o branco. Integração esta que, ao ser negada, originou os clubes negros. Essa foi uma característica destacada por Fernandes (1978) em relação aos primeiros movimentos sociais no meio negro, após a abolição.

As atas aqui abordadas são utilizadas enquanto fontes de acesso a pontos específicos da história de dois clubes negros pelotenses. Permitiram, somadas às outras fontes dessa pesquisa, que identificássemos os operadores da

questão identitária no tocante à nomenclatura, a datas comemorativas, à relação com a cultura de origem e à identificação política em referência aos membros diretivos destes clubes. Dentre os termos acionados, encontramos *homens de cor*, *raça*, *etiópicos* e *negros*, porém fazem-se necessárias três ressalvas: primeiro, não encontramos referência a outros termos além de *negro* e *raça* nos documentos do clube *Clube Chove Não Molha*; segundo, os termos referem-se em gênero masculino e, terceiro, a *raça* aparece enquanto sinônimo de raça negra, sendo comum a expressão *pertence à raça* quando em questionamento de ser a pessoa branca ou negra.

A data de comemoração dos associados que evidenciava uma identidade racializada era o 13 de maio. Há um afastamento sistemático de características identificadas como da cultura de origem, no caso, africana, como, por exemplo, a não aceitação da religião e ritmos de origem africana, valorizando-se a religião cristã e a música de salão, executada pelas orquestras dos clubes. O que permite observar uma identidade racializada, não essencializada.

A diretoria do *Fica Ahí* apresentou medidas bem incisivas no tocante à manutenção de um espaço de sociabilidade estritamente negro. Porém, a diretoria não era homogênea em suas diretrizes e, por vezes, apresentou algumas divergências. As diferenças de opinião, quando relatadas em atas, permitem-nos ter acesso aos pormenores do clube, visto que a passagem a seguir deixa transparecer uma cisão entre sócios que almejavam dirigir o clube:

[...] O presidente abriu a sessão, censurando arduamente os organizadores da chapa de oposição que a compuseram a revelia de vários membros eleitos, com o que eles demissionaram-se e isso ocasionou vários problemas, tendo que suspender-se a posse a última hora, com prejuízo para o clube. Para conduzir os trabalhos, chamou-se Ivo Porto. Também ele criticou asperamente os organizadores da chapa de oposição, pela forma como procederam, dizendo que eles só queriam contrapor-se a uma diretoria que tanto fez pelo

clube, que **o elevou a níveis jamais alcançados entre a raça etiópica neste estado**. [...] decidiu-se fazer nova eleição, com uma chapa de conciliação. Rubens Lima disse que definitivamente a diretoria desinteressava-se da organização da chapa, e Ivo Porto respondeu que não deviam abandonar os destinos do Fica Ai por mero capricho. (grifos nossos, LAAGCFA nº. 174, de 16/09/1940).

A questão da identidade negra emergiu ao atentarmos para a fala de Ivo Porto acionando a Etiópia. Manifestava-se, então, uma das características elencadas pelo jornal *A Alvorada* e, também, pela *Frente Negra Pelotense*. Nesse sentido, relembramos que o sócio em questão era membro da referida *Frente*.

Outra característica da identidade, plausível de ser alcançada nas atas de diretoria dos clubes em questão, faz referência ao nacionalismo. O nacionalismo exteriorizado através de ações patrióticas está presente nas atas, e transparece a noção de ser algo comum à sociedade como um todo, independente das divisões sociais. Encontrou-se, então, para o referido período, principalmente, convites para a inauguração de retratos do presidente da República. Essas atividades eram tidas como atos solenes, algumas associações negras e de cunho operário informavam e convidavam os clubes negros em questão para as respectivas solenidades.

Em relação ao *Chove Não Molha*, podemos identificar uma manifestação de apoio ao governo pós-revolução de 1930, levada a efeito por Getúlio Vargas; os diretores do referido Clube apoiaram ainda a Constituinte, porém foram encontrados com maior assiduidade entre os apoiadores da *Frente Negra Pelotense*. Embora o *Fica Ahí* tivesse membros diretivos também na Frente, as fontes não nos permitem afirmar que sua relação foi tão intensa quanto o *Chove Não Molha*. A partir de 1937, com o decreto do Estado Novo, encontramos os dois clubes em ações de apoio ao governo, expressando medidas nacionalistas. Porém, o regime político do país, no período de 1937-1943, apresentou características ditatoriais e fechou uma série de associações étnicas e políticas, o que pode justificar

essa manifestação de apoio e não nos permite afirmar se o apoio era espontâneo ou em função de temerem represálias, que pudessem vir a fechar suas associações.

O *Chove Não Molha* e o *Fica Ahí* estiveram auxiliando nas atividades desenvolvidas pela Liga de Defesa Nacional quando da manifestação de apoio do Brasil na II Guerra Mundial. Em setembro de 1942, começou-se uma campanha em que a cidade manifestaria seu apoio ao país, realizando uma festa a ocorrer na tarde do dia 20 de setembro, cujo lucro seria revertido à “Campanha dos mil contos”. O *Fica Ahí* contribuiu com a referida festa. Além dessa medida, os clubes buscaram, ainda, de acordo com suas condições financeiras, hastear a bandeira – determinação imposta pelo presidente Getúlio Vargas. O *Chove Não Molha* já havia feito esforços para comprar uma bandeira nacional no ano de 1939, e o *Fica Ahí*, em 1940. Quando da determinação do presidente da República, conseguiram um mastro “e outras coisas para tanto, o escudo também e vão dispô-los com o V da vitória pintado em verde e amarelo no mastro” (LADCFA¹⁸, n.º. 246, 16/09/1942).

No entanto, é outra atividade proposta para apoiar o país em guerra, que nos permite acessar a ideia de identidade nacional e democracia racial presente entre os membros diretivos do clube *Fica Ahí*:

No início do espetáculo será feita uma apoteose com todos os cordões locais, que ostentarão seu estandarte. Quem promove o espetáculo é Balduino de Oliveira, que veio falar com o presidente junto com Carlos Torres. Na discussão, **o secretário diz que Balduino, em seus espetáculos, “põe, com suas representações africanas, as pessoas que tem a mesma cor de sua pele, em uma fragrant demonstração de inferioridade perante as pessoas imbuídas na confraternização racial brasileira, que desconhecem preconceito de cor, que reconhecem somente o nível intelectual e moral dos homens”.**

¹⁸ Livro de Atas de Diretoria do Clube Fica Ahí.

Por isso **acha inconveniente que o Fica Ai coopere nessa demonstração de solidariedade, ou melhor, de inferioridade, ao sr. Presidente da República.** Se implica isso em demonstração de solidariedade, já a fizemos cooperando com a campanha dos 10 contos. Essa proposta venceu, por 3 votos contra 2 (grifos nossos, LADCFA, nº. 248, 30/09/1942).

O fragmento supracitado permite perceber o clube *Fica Ahí* como um local de engrandecimento da raça negra pelotense. Porém, estava voltado para a parcela desse grupo – a qual comungava dos preceitos tidos pelos membros diretivos enquanto fundamentais para diferenciá-los dos demais negros. Buscavam, assim, incutir valores, contudo é nessa imposição que seria possível vinculá-los a medidas branqueadoras. No entanto, faz-se necessário termos em evidência a carga pejorativa do termo “africano” e sua estreita relação com um passado que ainda estava muito presente no cotidiano dos grupos negros do pós-abolição. Fica evidente, porém, a reprodução do discurso do mito da democracia racial. Os negros desse clube sabiam que existia o preconceito racial e isso justifica a configuração das normas e a própria existência do clube nos moldes raciais em questão, mas eles estavam almejando a integração, e sentiam-se membros do nacional. Destacamos, ainda, que o estado nacional estava estimulando algumas manifestações étnicas de grupos nacionais, provavelmente, a fim de captar características a serem incorporadas na cultura nacional¹⁹.

Essa perspectiva de diferenciação adotada pela direção do *Fica Ahí* evidencia a necessidade de afastamento dos negros que não adotavam os valores tidos por estes enquanto necessários para a integração nacional, visando fazerem parte de um todo nacional, ou seja, do povo brasileiro. Estas ideias não iam ao encontro do branqueamento, mas a uma identidade negra própria de um determinado grupo, tomando

¹⁹ Sobre a cultura gestada pelo estado nacional ver mais em ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

como base os valores modernos, o que demonstra a heterogeneidade do grupo negro, validando a visualização da pluralidade da identidade negra.

A diferenciação entre negros e brancos é uma constante nas discussões dos clubes e reflete a sociedade pelotense local. Os negros envolvidos nas direções dos clubes aqui citados estavam imersos nesta sociedade e tinham de, frequentemente, lidar com medidas preconceituosas. Essas medidas estavam ainda presentes até mesmo no momento em que havia, desde tempos remotos, a inversão de valores no *Carnaval*. Em 1939, um acontecimento envolvendo o clube *Chove Não Molha* permite termos acesso à forma como os negros, por vezes, eram ainda tratados. Observemos a matéria de jornal que noticiou tal acontecimento: esta recebeu um título bem significativo: *Carnaval de sangue*, e foi sintetizada da seguinte maneira: “A desordem de ontem – A falta de respeito às senhorinhas do préstito – O revide justo do Cordão – A agressão armada ao desfile – O espancamento em massa – Muitas pessoas feridas – Pelotas está de luto, porém, confiada na punição dos culpados da inominável cena” (*Folha do Povo*, 22/02/1939, p. 2).

Como a síntese permite perceber, o desfile do denominado “*ordeiro e tradicional cordão carnavalesco Chove Não Molha*” foi surpreendido por golpes de sabre, atacando, principalmente, suas associadas, visando assediá-las. Os membros do clube, a fim de defender seu *patrimônio moral* revidaram e expulsaram os rapazes infratores, porém a sequência da matéria apresenta uma visão importante, a qual, embora longa, é de fundamental importância, a fim de melhor visualizarmos a situação vivenciada pelos associados do *Chove Não Molha*:

Pondo-se em marcha [...], o simpático conjunto entrou, sempre sob aplausos, na nossa Rua XV, a principal artéria, onde um povo inteiro – principalmente senhoras e crianças assistiam ao desfile.

Quando já em frente à Confeitaria Gaspar perante uma multidão confiante, desenrolou-se, então a tragédia.

Surge, de inópio, um grupo de soldados (não se sabe ainda por ordem de quem) e dissolve a golpes de sabre o cordão em marcha.

Imagine-se uma batalha em plena rua 15, onde estavam talvez trinta mil pessoas, e ter-se-á, a ideia do que foi a hecatombe.

Mulheres feridas, crianças aos gritos, casas invadidas, cadeiras quebradas, a confusão, a dor, o sangue, enfim. Diversas pessoas, inclusive senhoras, receberam curativos na Santa Casa.

Há uma sombra de tristeza envolvendo a cidade em luto.

A imprensa, que é uma auxiliar da ordem não pode silenciar diante desse fato inominável, que constitui uma diminuição lamentável do carnaval antigo, que foi sempre uma gloriosa tradição do povo Pelotense.

O nosso silêncio, atendendo a pedidos, seria a convivência com os perturbadores.

[...] O primeiro cordão a levar a sua solidariedade integral ao conjunto agredido foi o querido "Fica Ai", o campeão de Pelotas.

– sabemos que todas as sociedades locais, num gesto de fraternização, vão levar ao ilustre Presidente Getúlio Vargas, em memorial telégrafo, o seu protesto contra a selvageria de ontem (*Folha do Povo*, 22/02/1939, p. 2)

A conjuntura histórica da matéria oferece indícios para podermos interpretar os fatos ocorridos. Como alertamos, o País passava pelo regime do Estado Novo. Embora ao final da passagem anterior existisse a possibilidade de comunicar o presidente do fato ocorrido, a imprensa local passou por uma censura, na qual tiveram que *atender aos pedidos e silenciar o fato*, o qual envolvia soldados do destacamento local. Não foi possível encontrar referência a este fato em nenhum outro jornal local disponível à pesquisa, sendo que o *Folha do Povo* teve seu próximo número impedido de ganhar as ruas. Fato semelhante ocorreu nas associações locais, visto que, no tocante ao clube em questão, assim como em relação ao *Fica Ahí*, o qual se solidarizou com o co-irmão, não há menção ao acontecido nas atas de reunião, provavelmente em função da

possibilidade de maiores medidas repressivas. Loner e Gill (2009, p. 158) afirmam que as medidas ditatoriais impediram até mesmo uma campanha de solidariedade financeira ao clube *Chove Não Molha*. Estas autoras alertam ainda que este possa ter sido um ponto decisivo para o afastamento das ruas, dos cordões destes clubes negros, durante o Carnaval.

Explicitemos, aqui, o fato ocorrido não necessariamente traduz uma norma vigente, mas uma demonstração das atitudes e valores racializadas que, por vezes, os negros ainda tinham de lidar e que justificava a manutenção de clubes, cuja associação estava pautada pela identificação racial. O clube em questão, em julho do mesmo ano, possibilitou a participação de brancos que fossem aprovados pelo conselho diretivo. Esta medida não foi tomada por unanimidade, cujos membros contrários justificaram visar evitar constrangimentos pelos quais poderiam passar em seus bailes. Mediante desacordo com a decisão da maioria, Joaquim Cardoso, membro da diretoria, solicitou que sua posição fosse registrada em ata. (LADCCNM, nº 97, 31/07/1939).

A diferenciação entre negros e brancos é encontrada com mais veemência nos documentos produzidos pelo clube *Fica Ahí*, o que interpretamos como uma não aceitação do branqueamento por parte destes. Os membros diretivos do clube eram contra a presença de brancos e até mesmo de membros com a pele pouco pigmentada, sendo necessário comprovar pertença à *raça*. Por exemplo, em reunião de diretoria em 28 de dezembro, solicitaram-se explicações sobre um membro “que parece branco, sendo-lhe respondido que pertence a *raça*” (LADCFA, nº. 111, 07/05/1941). Em 10 de dezembro de 1941, aconteceu episódio semelhante quando da solicitação de Edy Rota para aceitação no quadro do clube, o mesmo só foi aceito, porque pessoas interessadas em sua aceitação reafirmaram que ele era “filho de pessoas de cor”. Então o aceitaram (LADCFA, nº. 217, 26/12/1941). Observa-se aqui um significado da *raça* negra que passa primeiro pela leitura da cor da pele, e, frente a uma dificuldade de interpretação, aciona a ascendência de caráter biológico. Embora o *Chove Não Molha* se propusesse a averiguar a

solicitação de sócios brancos, este ainda se colocava como um clube de negros e mantinha essa diferenciação racial, identificando-se assim. A possibilidade de brancos adentrarem em suas festas não era esposada por todos os membros da diretoria, evidenciando, portanto, a busca pela manutenção de um espaço de sociabilidade próprio aos negros locais, em que estes estariam livres de constrangimentos raciais.

A importância das fronteiras é mais uma vez levantada e interpretada como sendo importante para a construção de uma identidade positiva e manutenção desta, visto que os negros locais sabiam onde deveriam encontrar os *seus* e então se sentiram acolhidos. Os clubes negros apresentavam, o que, em muitos momentos, aproximava-se de uma extensão da família de seus membros, numa sociedade extremamente preconceituosa em relação à cor das pessoas. Apresentavam-se, dessa forma, como os locais onde os negros se conheciam e reconheciam.

Foi possível interpretar que os clubes exteriorizaram e significaram diferentes elementos da pluralidade que permeia as identidades negras. Estas são captadas em vários momentos da organização destes espaços de sociabilidade negra, em diálogo com a comunidade local e com o momento histórico vivenciado no País. É lícito afirmar que buscaram uma identidade racializada, diferenciada, e positivada de acordo com as visões de cada corpo de membros diretivos – os quais buscavam se opor aos brancos, visto que se preocupavam com os constrangimentos pelos quais os negros tinham de passar em espaços frequentados por brancos.

Nesse sentido, o *Fica Ahí* colocou-se mais intransigente e fechado, permitindo tão somente membros negros; já o *Chove Não Molha*, colocava-se enquanto um clube de negros para negros, mas cogitava a aceitação de alguns membros brancos, desde que medidas discriminatórias não fossem observadas. Objetivavam espaços livres de preconceito, e que seguissem as normas tidas enquanto importantes para a integração.

Ao rejeitar estilos tidos como inadequados, conferiam uma característica evidente da identidade relacional – esta não é fixa e depende da relação com o *outro*, o qual pode ser não negro, mas também com os negros que não estão comungando do mesmo ideal. Este *outro*, a priori, não estava no interior do clube, mas era perante ele que formavam sua identidade, destacando-se a ideia inicial de que a identidade é antes de tudo contrastiva.

A ideia principal que pudemos captar ao longo da análise desses clubes, no tocante às ideologias com as quais estavam dialogando, foi a necessidade de diferenciação com vistas à aceitação. Para tal, era necessário mostrar sua capacidade de organização, mantendo os signos das fronteiras da alteridade exteriorizados pelo orgulho de pertencer a determinado clube negro. Em suma, o que dá conta de explicar estas experiências negras é a percepção pelos associados dos clubes negros sobre a racialização que se impôs no pós-abolição.

Os clubes estão envoltos não em uma cultura específica sob o rótulo negro, mas em uma construção social que buscou valorizar o ser negro - negritudes em construção – e que se insere nas formações sociais racialmente estruturadas abordadas por Stuart Hall²⁰. Os clubes aqui aparecem como expressão dessas formações enquanto uma estratégia objetiva que visa participação – mesmo que à parte – em um repertório comum da modernidade: ato de associarem-se e criarem clubes de acordo com diferenciações as mais diversas possíveis. A cultura aqui se delineia em seu rótulo político, ora de cultura política, ora de papel político da cultura e mesclando ambos. A experiência de luta através de associações já existia e foi mantida, no entanto, o período histórico impôs novos questionamentos, dentre os quais seguimos enfrentando alguns ainda na atualidade.

²⁰ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CARLOS DA SILVA SANTOS E SUAS PRÁTICAS POLÍTICAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL EM CLUBES SOCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1959-1974)

Arilson dos Santos Gomes^{*}

INTRODUÇÃO

Carlos da Silva Santos nasceu em 1904, na cidade litorânea de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Em sua infância, conviveu com as necessidades de afirmação de uma família negra em um contexto pós-abolicionista. Na função de caldeireiro, trabalhou em estaleiros navais e, em virtude de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical. Entre 1935 e 1937, assumiu como deputado classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.

Com o decreto do Estado Novo (1937), retornou a sua terra natal para trabalhar na função de delegado escolar na escola Lemos Júnior. Com o final da ditadura, concorreu ao parlamento sul-rio-grandense pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1947, ficando na suplência do deputado Tarso de Moraes Dutra (1914-1983), assumindo a vaga em três ocasiões.

Contudo, foi no trabalhismo que o deputado encontrou campo às suas reivindicações, já que o programa político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contemplava aspectos alusivos às questões raciais e à harmonização das classes.

^{*} Professor de História da Faculdade Porto-Alegrense (FAPA). Mestre e Doutorando em História pelo PPGH-PUCRS. Membro do GT Negros/ANPUH-RS.

Carlos da Silva Santos foi deputado estadual em outras quatro ocasiões. Primeiro, junto aos quadros do PTB, por duas vezes, na 40ª e 41ª legislaturas (1959-62 e 1963-66) e, após o Golpe Civil-Militar, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), novamente, por duas vezes (1966-70 e 1971-74), na 42ª e 43ª legislaturas, respectivamente. Foi governador interino em 1967, em duas ocasiões. De 1975 até 1982, Santos exerceu o cargo de deputado federal, perfazendo 50 anos de carreira pública. Faleceu em Porto Alegre no ano de 1989.

Este trabalho visa analisar a agenda política do deputado entre os anos de 1959 e 1974, período em que por quatro vezes consecutivas elegeu-se deputado estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, problematizar suas ações a favor da comunidade negra por meio das denúncias de discriminações raciais em clubes sociais do interior sul-riograndense é, também, o objetivo do trabalho.

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A perspectiva teórico-metodológica deste artigo aponta para a renovação da história política (RÉMOND, 2003) visto que o estudo será desenvolvido a partir da análise de discurso do parlamentar e das tensões sociais do contexto. Para Orlandi (2001, p. 10), no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação são identificados. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso.

Nos últimos anos, pesquisadores da história política têm se debruçado nos acervos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, abordando temáticas referentes às dinâmicas e às conjunturas político-sociais a partir dos discursos dos deputados gaúchos. Luiz Henrique Torres (2004), Claudio Pereira Elmir (2005) e Flavio M. Heinz (2005)

abordaram questões relevantes da política sul-rio-grandense em meio às fontes investigadas na Assembleia. Suas problemáticas, formuladas por meio de temas como democracia, autoritarismo e abertura política durante a trajetória republicana do Estado, foram importantes para a elaboração desta proposta.

Das 318 (trezentos e dezoito) intervenções realizadas por Carlos Santos, (40) quarenta foram em torno das demandas da identidade negra.¹ Perfazendo uma considerável mediação política em torno desta causa.

Enfatiza-se que a ação e o discurso são as formas que os seres humanos aparecem uns para os outros. Uma vida sem discurso e sem ação é literalmente morta para o mundo, deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. O agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*) (ARENDDT, 2011, p. 220-221).

¹ A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, desafio enfrentado pelos negros brasileiros (GOMES, 2005, p. 43).

Carlos Santos proferindo discurso.



"Sinto-me estreitamente vinculado ao infra-mundo de onde venho, e quando
"mas não, mas ligado às minhas origens".

Revista do Globo, Porto Alegre, 1962, p. 26.

O deputado foi um tradutor político das demandas políticas citadas anteriormente (BERSTEIN, 2003). Mas que motivos levaram Carlos da Silva Santos a agir e a defender, entre outros assuntos, os interesses da comunidade negra na democracia racial brasileira?

Produzindo ideologias (GRAMSCI, 1980), representando essas questões sociais e, conseqüentemente, reafirmando a diferença na elaboração sistemática de projetos para essa demanda nos espaços de poder, Carlos Santos mediou, significativamente, as reivindicações dos grupos negros no parlamento.

Salienta-se que o *corpus documental* deste artigo é composto pelos discursos de Carlos Santos, publicados nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado. Por meio de levantamento dos dados, observação e respectiva análise, verificamos que, das (318) trezentos e dezoito intervenções efetuadas pelo político na Assembleia, (40) quarenta, ou 12,57%, se coadunaram à identidade negra.

Todavia, salientamos que sua agenda política era extensa e contemplava, além destes, outros assuntos, com as

seguintes quantidades levantadas: homenagens (66), aspectos da Região Sul do Estado (45), o menor deficiente (17), catolicismo (17), situação política do país (15,5), trabalhadores e sindicatos (14,5), educação (12), previdência social (05), habitação (02) e idoso (02). Apenas dez (10) intervenções efetuadas pelo político, perfazendo menos de quatro (4%) por cento do total, ficaram sem definições temáticas, por isso acabamos identificando-as como “outros”.

Ademais, não foi a identidade negra o tema de maior destaque na vida pública de Carlos Santos entre 1959 e 1974, e, sim, os temas referentes à atividade da pesca, totalizando 73 intervenções do deputado na Assembleia, ou seja: 22,95% de seus discursos. Entretanto, em seu último mandato, sua principal reivindicação foi em torno das práticas políticas a favor da comunidade negra, o que evidencia uma transformação em suas práticas parlamentares.

O foco central deste artigo consiste em problematizar os discursos proferidos por Carlos Santos na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1959 e 1974, destacando suas posições sobre as questões da identidade negra e os clubes negros, relacionando essa reivindicação como constituinte da identidade do próprio sujeito Carlos Santos.

Mais adiante, pretendeu-se problematizar, por meio da análise discursiva, se suas ações e se seus projetos apresentados podem ser relacionados com as demandas sociais, culturais e, principalmente, políticas das necessidades da afirmação da identidade negra.

As consultas das ações do parlamentar foram efetuadas diretamente nos Anais da Assembleia, localizados nos acervos do Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Utilizou-se de dispositivo tecnológico digital para coletar as trezentas e dezoito (318) intervenções do político registradas nos documentos da Assembleia, correspondentes aos seus dezesseis (16) anos de atividade

parlamentar em quatro legislaturas estaduais.²

Os impressos, correspondências e imagens são oriundos das pesquisas efetuadas no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, na Biblioteca Borges de Medeiros da Assembleia, na Biblioteca de Pelotas, Biblioteca de Rio Grande, no Acervo Particular de José Domingos Alves da Silveira e de Dona Sema e no Acervo particular da família de Santos. Serão cotejados os discursos com as demais fontes a fim de atingir os objetivos da pesquisa histórica.

Pesquisar trajetórias individuais na história é um desafio para o historiador, independentemente da implicação desse estudioso com a personalidade em questão.³ Como controlar os entusiasmos ou as repulsas ao investigar os acontecimentos ou as situações cotidianas, vivenciadas por alguém que nos desperta tanto interesse? Como delinear possíveis encontros e desencontros nos discursos de alguém que ascendeu, representando os anseios das transformações até então imaginadas, porém irrealizadas diante de uma história tradicional que inviabilizou o protagonismo da identidade negra e de seus representantes?⁴

² Os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do RS localizam-se em sala específica, climatizada. Contudo, nenhum material está digitalizado, sendo que este serviço encontra-se em estágio de concretização, segundo os funcionários da instituição, Memorial da Assembleia Legislativa, o que coloca o pesquisador a desvendar cada edição do material na busca de seus objetivos. Em nossa pesquisa, por meio de uma câmara digital, fotografamos os dados selecionados, para posterior leitura e interpretação.

³ O objeto é interessante e instigante para mim, em virtude dos anos em que venho desenvolvendo pesquisas sobre o protagonismo negro no Rio Grande do Sul. No entanto, essa relevância somente foi possível por meio das pesquisas, a partir das nuances, dissensões, embates e resistências deste grupo em sociedade, desenvolvendo estratégias de negociações.

⁴ Desde o ano de 2003, visando atenuar os problemas sobre a invisibilidade da História Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino, o Estado Brasileiro promulgou a Lei nº 10.639/03. Esse decreto, oriundo das pressões dos grupos sociais negros organizados, obrigou a inserção – nos currículos de história, literatura, artes e demais disciplinas oferecidas em todos os estabelecimentos privados e públicos do Brasil – do ensino da história e da cultura afro-brasileira e sua contribuição nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais de nosso país.

Não obstante, a história, sob outras concepções metodológicas primadas pelos historiadores dos *Analles*, transformou-se.⁵ Neste artigo, por meio do *corpus documental* selecionado, tem-se a possibilidade de visibilizar os paradigmas atuais da agência política negra, referenciada em Carlos da Silva Santos (1904-1989).

Segundo Petrônio Domingues (2010, p. 1), “Várias pesquisas vêm se ocupando do protagonismo negro depois da abolição da escravatura, a partir de biografias, vida associativa, conexões políticas, agenciamentos sociais e trânsitos culturais”. Reforça-se, neste trabalho, o viés político dessa história, com vistas a compreender melhor a participação desses homens e mulheres, seus caminhos em consonância com as relações sociais e as suas agências históricas.

Nossa perspectiva teórico-metodológica aponta para a renovação da história política, visto que desenvolveremos os estudos a partir da análise de discurso, bem como de suas intervenções e das questões colocadas pelas fontes,

⁵ Diferentemente da escola tradicional, metódica, baseada no postulado do teórico do alemão Leopoldo von Ranke (1795-1886), da “verdade histórica” por meio dos documentos e fatos representadas por Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), os *Annales* passou a criticar essas antigas escolas. Entre as críticas, estava a de que a história metódica privilegiava a história política, diplomática e militar e, a tempo de curta duração, privilegiando o fato singular, sem as suas relações com a sociedade. L. Febvre concebia a história como além dos documentos escritos, primando pela utilização dos vestígios arqueológicos e pelo auxílio da linguística ou da etnologia. M. Bloch afirmou que a história deveria utilizar outros materiais como arqueológicos, artísticos, numismáticos, crenças, sensibilidades etc. Os *Annales* primaram pela estrutura econômica ante o político, esse, associado às elites. Ver BOURDÉ Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Editora Europa-América, 1983, p. 104-123. Ver RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-36. Entretanto, segundo Rémond (1918-2007), a partir dos últimos anos, a história política se renovou. A relação entre economia e política não é uma mão única, já que uma decisão política pode mudar o curso da economia para melhor ou pior. Outra questão é a ascensão das massas, o que transformou a concepção da história política como sendo somente das elites. Para Rémond (2003), o político é uma modalidade da prática social cotidiana.

dialogando em diferentes disciplinas: antropologia, ciência política e sociologia. Uma abordagem interdisciplinar, motivada pelas estatísticas, economia, demográficos e regularidades dos discursos, além de números eleitorais obtidos pelo sujeito Carlos Santos e demais políticas do período.

A história política, durante muito tempo, primou pela reflexão sobre as elites, as estadistas, o Estado e as nações, como se esse conjunto fosse superior. A partir da ampliação e aprofundamentos da democracia, pela participação popular e dos movimentos sociais, essa história se renovou.

Buscamos, a partir das leituras de Rémond (2003), conhecimentos acerca das interações entre os fenômenos sociais e as formulações das legislações, políticas públicas, regulamentações, controles, assistência social, organizações socioprofissionais, etc.

Carlos da Silva Santos (1904-1989), por meio de suas intervenções, é um objeto de pesquisa que nos oferece riscos. Ora por suas participações candentes na política sul-riograndense, através de sua liderança sindical, sua oratória e sua conduta exemplar (citada aos quatro ventos por políticos nostálgicos), ora pelos espaços que ele ocupou sendo negro assumido, em um estado representado, hegemonicamente, pelas matrizes de ascendências europeias.⁶

O recorte temporal do trabalho (1959 a 1974) incide nas legislaturas estaduais em que Carlos Santos ocupou os cargos de deputado estadual. Salienta-se o contexto histórico deste período, pós-Estado Novo, em que a fragilidade do período conhecido como redemocratização possibilitou a ascensão do político em questão, vinculado ao Partido

⁶ Na apresentação do livro de Elvo Clemente, escreveu José Luiz Pereira da Costa, secretário e amigo de Carlos Santos “instigante, sem dúvida, o nosso Rio Grande do Sul, é, dentre os estados brasileiros, o de maior presença europeia em sua formação populacional. Amigos africanos, visitando o Brasil, definiam, nitidamente, dois países: o africano no Nordeste e o europeu no Sul. Ver CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1995, p. 05-06.

Trabalhista Brasileiro (PTB).⁷

A presente proposta analisará as intervenções políticas (discursos, requerimentos, proposições) de Carlos Santos, em consonância com a sua trajetória pública e com as forças sociais que o cerceavam.

PELOTAS, RIO GRANDE, FAMÍLIA E SOCIABILIDADES

Paul Gilroy (1993) problematizou a intensa rede de trocas culturais existentes entre os africanos a bordo dessas embarcações, em seus deslocamentos da África para a América e Europa, situação que o autor chamou de *middle passage*. Para Gilroy, existiram sofrimentos, mas interações para a construção de uma identidade diaspórica, reforçada por uma infinidade de trocas de conhecimentos em pleno Atlântico, rumo aos continentes em que possivelmente esses negros seriam negociados.

A origem familiar de Carlos Santos, no entanto, foi em Pelotas, cidade vizinha de Rio Grande, espaço em que surgiu, segundo Beatriz Loner (2013), a primeira geração da família Silva Santos, constituída por dois africanos, José e Rosa, os quais, quando livres, assumiram os nomes de José da Silva Santos e Rosa da Costa Feijó. Loner (2013) constatou esses indícios por meio de investigações e cotejamento de escassas fontes auxiliadas pelos relatos de membros antigos, ainda vivos, da família.

Contudo, a pesquisadora citou as dificuldades de definição da origem de José e Rosa, se eram africanos desembarcados na cidade ou alforriados nascidos no Brasil. Manoel Conceição da Silva, filho do casal, nascido por volta

⁷ Antes de filiar-se ao PTB, Carlos Santos, de 1935 a 1937, assumiu como deputado classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado. Com a ditadura estadonovista, Carlos Santos retornou a Rio Grande. Com o final do Estado Novo, em 1947, concorreu à Assembleia Legislativa pelo PSD – Partido Social Democrático –, ficando na suplência e assumindo no lugar de Tarso Dutra (1914-1983) na 39ª legislatura até o ano de 1951. No período de nossa tese, o parlamentar foi do PTB (1959-1965) e MDB (1966-1974).

de 1831, foi carpinteiro. Em 1860, morando na cidade de São Francisco de Paula, atual Pelotas, casou-se com Maria José dos Santos, filha de Manoel Antonio de Abreu e Balbina Maria da Conceição. Manoel Conceição da Silva, avô de Carlos Santos, foi abolicionista, proprietário do Jornal “A Voz do Escravo”, fundado em 16 de janeiro de 1881. Ressalte-se que era respeitado e considerado pela sociedade local, inclusive por suas posses.

Manoel Conceição, por volta de 1884, serviu de elemento de ligação entre o grupo negro e os abolicionistas brancos, incentivando os trabalhadores ainda escravizados a procurarem as brechas legais do sistema para tratarem de suas alforrias, tal como recorrer ao fundo de emancipação do município, buscando a intermediação de clubes com a igreja Católica e, assim, lutando, pela abolição de indivíduos negros (LONER, 2013, p. 6-13).

Manoel e Maria José tiveram dez filhos, a maioria deles sujeitos influentes no meio negro de Pelotas e no meio operário de Rio Grande, sendo as mulheres professoras de música e os homens líderes abolicionistas. José da Silva Santos, um dos filhos, mudou-se para Rio Grande, onde foi professor em sociedades operárias e líder em associações étnicas do município. Outro que mudou para Rio Grande foi Manoel Ramão Conceição dos Santos (1865-1905), pai de Carlos Santos.

Manoel Ramão era carpinteiro e Saturnina Bibiana da Silva Santos, a mãe, era professora de música e organista da Igreja Matriz de São Pedro (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p. 12). A aproximação com a igreja, tanto para professar a fé quanto para a negociação política, foram características constantes na família de Santos. Seria essa relação uma estratégia de sobrevivência?

As informações quanto à profissão do seu pai e de sua mãe demonstram que Carlos Santos era oriundo de um núcleo familiar estruturado e protagonista na mediação política a favor das comunidades negras durante e após a escravidão, ocorrida em Pelotas, no ano de 1884. Essa condição, próxima à igreja, somada às técnicas laborais e à

participação associativa, diferentemente da maioria da população negra que após a liberdade permaneceu sem a assistência social, fez a diferença para a manutenção material da família, evidenciando o resultado positivo de sua estratégia de reprodução.

Em Rio Grande, em 1888, havia 3.710 estrangeiros na população total do município, sendo quase a metade composto de portugueses, depois aparecendo italianos, alemães, franceses e ingleses. Esses estrangeiros corresponderiam a 18,3% da população total, enquanto 5.573 eram negros ou pardos (27,48%) (LONER, 1999, p. 67), correspondendo a expressiva demografia afrodescendente.

De maneira abrangente, no pós-abolição brasileiro, o negro libertado recebeu poucos incentivos de inserção por parte do estado brasileiro (COSTA, 1998, p. 271). Contudo, no caso do Rio Grande do Sul, Loner (1999) destacou que, nos municípios de Rio Grande e Pelotas, a integração dos libertos negros ocorreu nas indústrias, sendo estes integrados ao operariado, diferente do centro do país, que optou pela mão de obra imigrante.

Mesmo marginalizados, é importante ressaltar a participação ativa da comunidade negra como agente de sua história e sua ascensão social. Desde os quilombos, ataques a engenhos e as fugas, passando pelas sociedades abolicionistas, confirmam-se a capacidade de organização do negro (BAKOS, 1988, p. 118). Para Couto (2011), que examinou a demografia dos trabalhadores escravizados de Herval e Pelotas, fosse no mundo rural, fosse nos centros urbanos, o cativo procurou se adaptar à dura realidade de labuta e buscou os meios para sobreviver. Na fazenda pastoril ou de plantação, nas cidades como alugados, expressavam sua resistência consciente, semiconsciente e inconsciente diante da realidade que viviam, mesmo quando procuravam se acomodar a ela (COUTO, 2011, p. 234).

Morando na cidade de Rio Grande, Manoel Ramão Conceição dos Santos e Saturnina Bibiana da Silva Santos, pai e mãe de Carlos Santos, de certa maneira, foram privilegiados diante da maioria da população negra local.

Desse núcleo, nasceram cinco filhos; Carlos Santos foi caçula (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p. 12).

Em 1915, aos onze anos de idade, começa a trabalhar como aprendiz na Oficina Dias, estaleiro naval. Após anos de serviço ascende na firma, atuando como caldeireiro (1931-1934). Entre trabalho e a música, surge o orador. Elvo Clemente e Eni Barbosa explicam que “Trabalho e oratória seriam binômio operante de sua vida. O estudo ficara para as horas de descanso, em que tomava o livro, lia poemas e os declamava (...) a sua vida o levava ao trabalho e à sua função social em defesa da classe trabalhadora (...)” (CLEMENTE; BARBOSA, 1994, p. 13).

Em 1928, aos 24 anos, Carlos Santos casou-se com Julieta Finnes Bolleto, com quem teve cinco filhos: Carlos Marcelino (falecido), Ibá Maria de Lourdes,⁸ Carmen Margot, Ney e Neiva Maria, os quais se teve a oportunidade de entrevistar.

Santos trabalhou no Estaleiro Plano Inclinado Rio-grandense e, depois, na Oficina Dias, onde iniciou sua participação oratória nas tribunas, representando os anseios de seus colegas. Santos se tornou líder sindical e, após as agitações dos anos 30, fundou em Rio Grande o “Sindicato dos Operários Metalúrgicos” e a “Frente Sindicalista Rio-grandense”, ambos em 1932. No final de 1932, em companhia do Presidente do “Sindicato dos Estivadores”, João Batista de Paula Ramos se deslocou à Capital Federal para “levar aos altos poderes da nação os anseios e esperanças de melhores dias aos companheiros e pedir a consolidação do Direito Novo” (SANTOS, 1937, p. 6).

Nesse momento, surgia o Carlos Santos, líder de seu grupo social, a exemplo do intelectual orgânico *gramsciano* (GRAMSCI, 1995, p. 3). “Nessa época ele viveu intensamente por sua família e pelo sindicato, que se tornou sua família ampliada” (CLEMENTE, 1994, p. 15).

⁸ *Ibá*, nome de sua filha, é o nome de uma árvore africana. Porém, *Igba ori*, ou *ibá ori* o é o nome do assentamento sagrado da cabeça de um indivíduo em culturas africanas, como vodu, entre outras representações.

Assim, além de defender a sua classe, Carlos Santos também defendia sua identidade negra, como se algo o aproximasse de seus antepassados, era a defesa da construção social e simbólica de sua identidade. Participava ativamente da vida social na cidade de Rio Grande, inclusive fazendo parte de clubes e associações negras.²²

No Rio Grande do Sul, na época final do século XIX e início do século XX, existiam inúmeras organizações negras, algumas existentes até os dias de hoje, como a Sociedade Floresta Aurora, fundada em Porto Alegre, no ano de 1872 (MULLER, 1999, p. 116-133). Em Pelotas, também houve inúmeras sociedades negras (LONER, 2007, p. 78), assim como em Rio Grande. Sendo notada a circulação e a agência de Carlos Santos nas associações negras desses três municípios.

Na realidade, suas funções nas sociedades negras iniciaram antes das lides sindicais. Em pesquisas no jornal “O Exemplo”, José Antônio dos Santos (2011) localizou a “Liga de Futebol José do Patrocínio”, formada por negros do Estado que circulavam diversas regiões para a prática esportiva e a disputa do certame. O “S. C. Rio Negro”, que representava a comunidade negra da cidade de Rio Grande, tinha sido fundado em 16 de janeiro de 1919, estando localizado entre os seus dirigentes Carlos da Silva Santos, com apenas 15 anos de idade (SANTOS, 2011, p. 189-180).

Em Pelotas, Carlos Santos manteve contatos com a Frente Negra Pelotense e, por meio desta, com a Frente Negra Brasileira. Em correspondência transcrita no Jornal A Alvorada, datada de agosto de 1934, confirmam-se as relações políticas. Inclusive o tribuno transpareceu ter sido um simpatizante da organização, recebendo convite para participar de seus quadros e da criação de um núcleo da

²² As *organizações negras* são núcleos de reencontro para a comunidade negra reivindicar a sua inserção social, afastando-a de vez da marginalização, de certa forma, imposta após o dia 13 de maio de 1888. Ver SINGER, Paul; BRANT, V. C. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 143.

associação em Rio Grande,⁹ o que não ocorreu.

Porém, a outra *frente*, a de Pelotas, participou do congresso organizado por Gilberto Freyre (1900-1987) no Recife-PE, no ano de 1934, tendo como representante Barros, “O Mulato”, que denunciou, em sua comunicação, o descaso social para com as mulheres negras. Nos outros encontros citados, embora o movimento frentenegrino tenha encerrado as suas atuações no decreto do Estado Novo de 1937, seus participantes apresentaram estudos e teses, denunciando o preconceito e a discriminação racial existentes na sociedade brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.¹⁰

Carlos Santos, no intuito de continuar colaborando com sua comunidade, fundou, no dia 11 de junho de 1936, o Centro Cultural Marcílio Dias. A instalação oficial do centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Conforme Neiva Santos da Silva (1930), filha de Carlos Santos:

Lá em Rio Grande o clube de coração dele era o “Braço é Braço”, clube carnavalesco. Quando moço, ele saía no clube no carnaval, já o clube Marcílio Dias era a menina dos olhos dele lá, ele falava sobre a raça e sobre a cultura, funcionava lá um grupo escolar (...) ²³

Sobre o “Centro Cultural Marcílio Dias”, provavelmente respondendo a algumas inquietações de pessoas preocupadas com as divisões raciais no Brasil, já que o clube foi fundado basicamente para alfabetizar negros, Carlos Santos, em

⁹ Jornal A “ALVORADA” de Pelotas, 10 de agosto de 1934, p. 1.

¹⁰ A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferenciar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se nas doutrinas e nos julgamentos, nas concepções de mundo e nas crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005, p. 55.

²³ Entrevista realizada no dia 26 de outubro de 2007.

discurso na Rádio Farroupilha, no dia 21 de abril de 1936:

Não é demais repetir: nós não somos como muitos julgam, promotores de um movimento antipático de racialidade que o Brasil não comportaria, antes ao contrário, queremos à luz divina do facho inflamante da alfabetização e da instrução, ministradas a todos os brasileiros sem distinção de cor, classe ou credo (...) Bandeirantes da Alfabetização dos Brasileiros de Cor, principalmente, porque do meio destes pela errônea concepção de inferioridade, produto em grande parte pela falta de instrução (...) (SANTOS, 1937, p. 61) (GRIFO NOSSO).

Portanto, mesmo defendendo a comunidade negra, Carlos Santos jamais pensou em fomentar uma sociedade dividida racialmente, mas projetar o seu grupo a uma condição igual de oportunidades, a partir da instrução da busca de méritos e de ideias motivadas pela democracia racial brasileira, que serão discutidas nesta tese mais adiante, especificamente, em outro capítulo.

Quanto às sociedades carnavalescas, por dez anos, Santos participou do Clube Carnavalesco “Braço é Braço”; como apontado também por Loner (1999). Era o orador oficial do cordão, já que antes das festas e bailes ele tinha como intenção a ascensão de sua comunidade, segundo suas próprias palavras: “não era o carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça” (SANTOS, 1937, p. 2).

Nesse sentido, ele ensinava no seio de sua família e aprendia e ensinava, nas associações negras, o que o negro deveria fazer para vencer e conquistar os seus sonhos e os seus ideais.

Em família, ele incentivou constantemente os seus, de acordo com Neiva Santos: “Ele sempre aconselhava a estudar e a lutar, sempre aconselhava que o negro devia vencer pelo estudo, ele sempre incentivava a lutar para se igualar, condições todos

temos, não estudou por que não quis, porque condições a pessoa vai a luta e consegue (...)"²⁴

A instrução e o estudo foram ingredientes que delinearão a vida familiar e social de Carlos Santos. Com dificuldades para estudar, já que estava trabalhando desde os 11 anos de idade, aos 46 anos, formou-se em Direito, na época, pela Faculdade de Pelotas da Universidade do RS.²⁵

Carlos Santos era referência na década de 1950 para a imprensa negra pelotense. Principalmente para os organizadores do Jornal "A Alvorada" – que motivava seus leitores, a comunidade negra, a estudar para melhorar as suas condições econômicas e sociais (SANTOS, 2000, p. 93).

Mesmo com sua mudança para Porto Alegre, Carlos Santos continuou a participar das associações negras e a defender os ideais relacionados à comunidade negra.

AS PRÁTICAS POLÍTICAS DE CARLOS SANTOS EM PLENÁRIO

Demonstrar-se-ão três casos de discriminações ocorridos no Estado, em clubes sociais que mereceram destaque nas intervenções do deputado no parlamento sul-rio-grandense. No intuito de interpretar as práticas políticas de Carlos Santos, antes serão analisadas algumas nuances de suas ações, por meio de gráficos, no plenário.

Abaixo, o gráfico aponta para as oscilações das intervenções do tribuno no parlamento, notadamente tendo, no ano de 1965, o seu pico, por ocasião de suas ações de valorização da pesca. No intuito de enfrentar a crise financeira do Estado, Carlos Santos propôs a Campanha Estadual de Valorização do Pescado, instituída pela Assembleia.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Carlos Santos foi o orador do discurso de colação de grau de sua turma, realizado no Teatro 7 de Abril, na cidade de Pelotas, no dia 22 de dezembro daquele ano. Ver SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Tipografia Leão XIII: Rio Grande, 1951, p. 1-22.

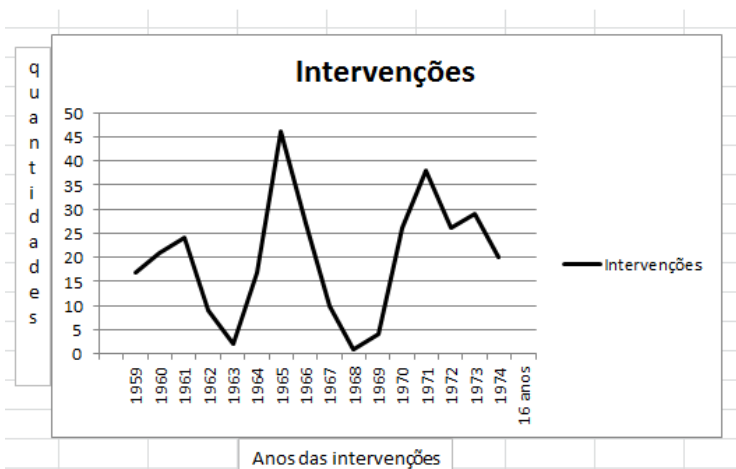


GRÁFICO I – Oscilações das intervenções de Carlos Santos (1959-1974)
 FONTES: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Contudo, suas ações eram estimuladas, principalmente, para sanar os problemas dos pescadores, através do desenvolvimento da atividade da pesca como um todo, desde a estrutura, porto, indústria, estudos técnicos, consumo, habitação dos pescadores e frigoríficos. Suas ações eram vistas, por ele, como possibilidade de melhora econômica do Brasil, do Rio Grande do Sul, mas, principalmente, do município de Rio Grande, sua terra natal, localizada no Extremo Sul do Estado.

Ou seja, para ele a Campanha de Valorização do pescador deveria reunir ganhos para todos, em equilíbrio constante entre o capital, do lado dos empresários; e o trabalho, vinculado aos pescadores, em harmonia. Por isso, além dos pescadores, suas práticas estiveram vinculadas aos incentivos dos setores industriais de Rio Grande, identificado em seu relacionamento com Fernando Martins Bastos (1907-1987)¹¹, a quem, inclusive,

¹¹ Em meados de 1960, a tendência, motivada pelos militares, era diversificar os negócios empresariais. Por isso, o empresário Fernando Martins Bastos, de Rio Grande, decidiu investir em hotéis, indústria alimentícia, pecuária, fertilizantes e outros setores. O empresário, do ramo de combustíveis, negociou com o governo militar, conquistando prestígio e poder econômico (CEZAR, 2011).

Carlos Santos prestou homenagem da tribuna.

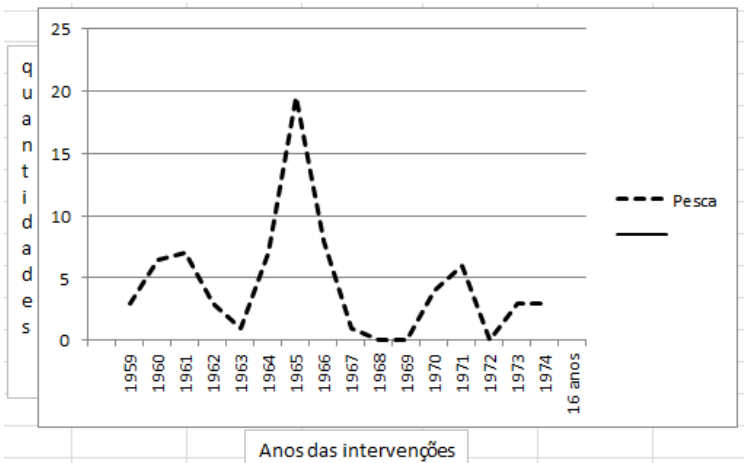


GRÁFICO II – Intervenções do parlamentar sobre a atividade da pesca (1959-1974)

FONTES: Do autor com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Porém, as intervenções de Carlos Santos se alteraram com o tempo, já que, segundo os seus discursos, os setores empresariais foram os mais beneficiados pelas políticas econômicas no contexto do regime militar, o que não ocorreu da mesma forma para o lado dos pescadores artesanais.

Já, em seu último mandato como deputado estadual (1971-1974), as questões étnicas superaram as demais atividades do deputado no parlamento. Conforme o observado no gráfico, nota-se o aumento dos temas da identidade negra, em comparação com a pesca:

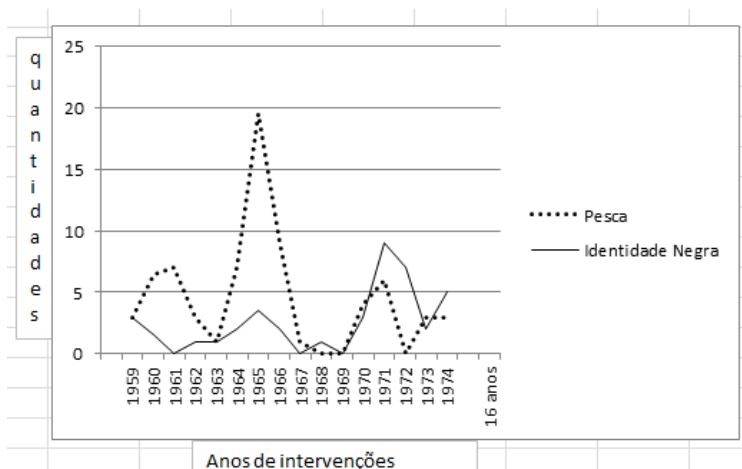


GRÁFICO III – Comparações sobre intervenções da pesca e da identidade negra (1959-1974)

FONTES: Do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

O contexto da década de 1970 possibilitou o uso da tribuna por Carlos Santos para referenciar a comunidade negra sul-rio-grandense, brasileira e africana. Personalidades simbólicas e efemérides históricas, como um enterro digno aos restos mortais da princesa Isabel, o centenário de morte do poeta Castro Alves, o dia internacional de luta contra o racismo, a alusão a Zumbi dos Palmares, as independências dos países africanos de língua portuguesa, o Biênio da Colonização e Imigração no Estado do Rio Grande do Sul, além das inúmeras personalidades negras citadas em suas intervenções no contexto do civismo, possibilitado pela Assessoria das Relações Públicas dos Militares, bem como pela crise do petróleo, em que os mercados africanos tornaram-se necessários à economia nacional, possibilitaram o aumento de suas intervenções a favor da identidade negra e das nações africanas.

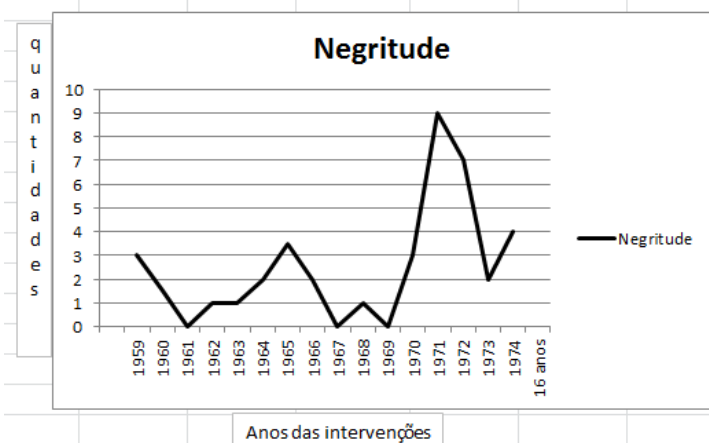


GRÁFICO IV – Intervenções de Carlos Santos sobre a identidade negra (1959-1974)

FONTES: Do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Todavia, desde o seu primeiro mandato como deputado estadual, Carlos Santos levantou a bandeira da negritude. Não sendo, segundo ele, a negritude ideológica desenvolvida no período, mas a de afirmação da identidade negra, que, em nosso entender, fortalecia a ideologia política da negritude nas práticas políticas de Carlos Santos.¹²

Na tabela, pode-se verificar, quantitativamente, como foram as temáticas de suas intervenções sobre a causa negra, evidenciando que o combate ao racismo motivou suas práticas. Para quem se dizia contra a ideologia da negritude, ter realizado intervenções contra a discriminação racial, torna a figura de Carlos Santos interessante, já que a luta da negritude era também motivada pela luta contra o racismo.

¹² Negritude é um conceito polissêmico, como observou Zilé Bernd. A referência, nesta tese, é a interpretação da negritude em sentido amplo, que remete à vontade de ser, à afirmação da validade universal do negro e não à ideológica, que especificou a raça e a sua supremacia sobre o universal (BERND, 1987, p. 31). Embora as tensões em torno do conceito sejam identificadas nos discursos do deputado.

TABELA 2 – De ordem discursiva sobre temas da negritude (1959-1974)

Ordem	Temática	Quantidade
1º	Homenagens a negros e negras	12
2º	Discriminação Racial	11
3º	Abolição da Escravidão	03
4º	Lei do Ventre Livre	03
5º	Intelectuais Negros	03
6º	Problemas Africanos	03
7º	Projetos de Lei	02
8º	Democracia Racial	01
9º	Importância do Catolicismo na África	01
10º	Os Quilombos do Palmares e Grupo Palmares de Porto Alegre	01
Total		40

FONTES: Do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

As homenagens tornam-se interessantes em nossos exames, pois era a forma mais segura de visibilizar os membros de sua comunidade, já que grande parte dessas alusões eram *in memoriam*, a exemplo das homenagens a Lupicínio Rodrigues – músico –, Marcílio Dias – marinheiro líder na Guerra do Paraguai –, Edson Carneiro – antropólogo –, Zumbi – líder dos Quilombos dos Palmares –, José Maria Rodrigues e Dario de Bittencourt, intelectuais negros, etc. Em uma homenagem realizada ao negro vivo, a João Cândido, Carlos Santos, foi duramente criticado, pois, como se observaram nas discussões dos parlamentares, as tensões raciais existentes na da década de 1950, em que pesa a difusão do mito da democracia racial (GOMES, 2010).

Quanto à luta do parlamentar contra o preconceito, entende-se que foram os casos de discriminação racial, como o sofrido pela professora negra¹³, que não conseguia emprego

¹³ Carlos Santos recebeu, na véspera de Natal de 1972, correspondência de uma professora negra denunciando que, mesmo com nível superior ela continuava desempregada. A professora reclamou ao deputado que, mesmo com estudos, os empregadores eram resistentes a sua contratação.

e os negros impedidos de entrar em clubes que o motivaram a encarar esta luta em plenário. Geralmente, os membros da comunidade negra o pressionavam enviando cartas para que ele tomasse atitudes de denúncia na Assembleia do Estado, o que o convenceu que a democracia racial era um mito.

Nesse contexto de autoritarismo, pressões e problemas enfrentados quanto aos debates referentes à discriminação racial eram complicados. Pois como afirmou José Correia Leite, fundador da *Frente Negra*, em entrevista referente às homenagens dos oitenta anos da abolição: “falar de racismo era tabu” (CADERNOS BRASILEIROS, 1968). Devido a isso, acredita-se que para enfrentar o preconceito, bem como as dificuldades da época, o parlamentar utilizou de sua fé como forma de fortalecimento. Nota-se que os discursos católicos, sua crença, aumentaram consideravelmente, do meio para o final, de sua última legislatura.

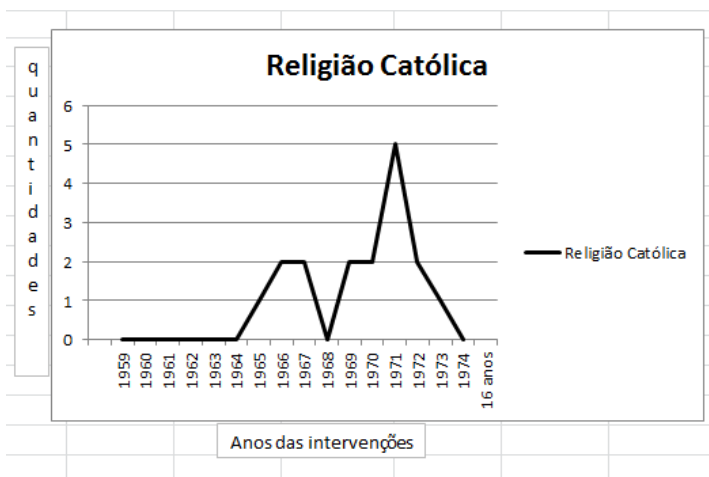


GRÁFICO V – Intervenções católicas (1959-1974)

FONTES: Do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Carlos Santos, sobre este caso, evocou no plenário a execução da Lei Afonso Arinos. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dezembro de 1972 e Fevereiro de 1973. Vol. 254. p. 72-73.

Essa relação entre as demandas da identidade negra e a sua fé católica ficam mais evidentes no próximo gráfico em que as duas linhas aumentam conjuntamente na sua última legislatura (1971-1974). Pois, se analisar, no início de sua trajetória como deputado estadual, somente após seis anos de mandato, o parlamentar citou o catolicismo. E não por coincidência no Golpe Civil-Militar, em que a Igreja, como outros setores civis, conseguiram estabelecer, não sem tensões, diálogo com os militares.

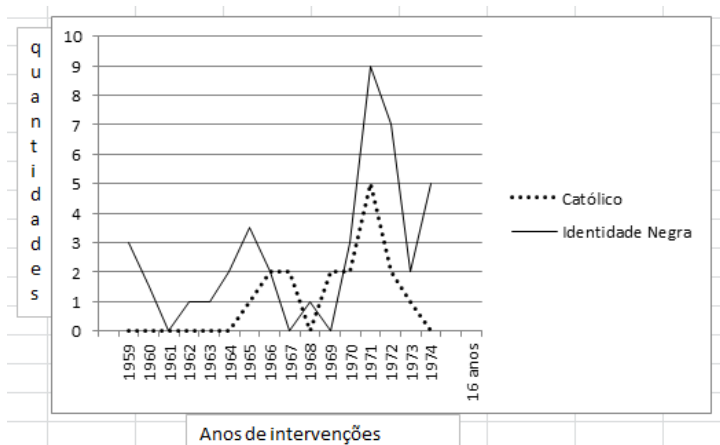


GRÁFICO VI – Comparações sobre intervenções Católicas e da Identidade Negra (1959-1974)

FONTES: Do autor, com base nos Anais da Assembleia Legislativa do RS.

Denúncias contra o racismo nos clubes sociais do Rio Grande do Sul

Carlos Santos acreditava na democracia racial brasileira. Porém, com o tempo, devido a situações de discriminação racial em clubes negros, o parlamentar passou a questionar as relações raciais cotidianas existentes. Santos denominava as práticas discriminatórias de “pruridos

racistóides”.¹⁴

Santos, com tristeza e revolta, subiu à tribuna, no dia 4 de fevereiro de 1965, para – como primeiro orador inscrito – denunciar os “estúpidos inimigos da nação” da cidade de Pelotas – RS, por não terem permitido a entrada de Francisco de Paula Soares, vereador da cidade, e de mais dois amigos negros no Clube Oásis Praia Club, pois, como disse:

Venho hoje a minha tribuna sob impulso de um sentimento de um misto de tristeza e revolta para verberar a estupidez dos ‘pruridos racistóides’ dos proprietários dos “Oásis Praia Club” situado no Balneário Valverde, na fidalguia, democrática e hospitaleira terra pelotense. Noticiou a Zero-Hora, de ontem que o Vereador Francisco de Paula Soares, figura destacada na Câmara Municipal e dos meios comerciários de Pelotas, teve, com mais dois amigos sua entrada proibida naquele clube pura e simplesmente pela coloração pouco clara de sua epiderme¹⁵ (GRIFO NOSSO).

Nota-se que Francisco Soares era vereador, portanto com condições econômicas para frequentar o Clube. Carlos Santos acreditava muito que, com as questões econômicas estabelecidas, poucas possibilidades restariam aos problemas raciais. Mas acredita-se que, depois desse episódio, ele notaria mais uma vez que os “pruridos racistoides” eram para além das questões econômicas. Seguindo sua intervenção:

¹⁴ Carlos Santos era um intelectual, homem esclarecido. Devido a isso, utilizava com inteligência a palavra “prurido” em seus discursos com consciência, pois ele sentia esta situação como algo desagradável, permeando as relações entre brancos e negros brasileiros no que tangia à cor da pele. Pois, prurido (do latim “*pruritu*”), designado também por coceira ou comichão, corresponde a uma sensação desagradável causada por doenças ou agentes irritantes, que levam o indivíduo a coçar-se em procura de alívio, e constitui uma das queixas mais comuns dentro das patologias dermatológicas.

¹⁵ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p. 273-274.

Ocorre que o referido edil e seus companheiros adquiriram os ingressos que lhes foram vendidos por outro vereador, para um churrasco no domingo último, naquele clube praiano. Ao se apresentarem, porém, no local de reunião, o porteiro e vice-presidente da entidade, num gesto revoltante de requintado racismo, alegaram que a entrada ali era vedada a pessoas de cor, embora portadoras de ingresso, cujo valor, entretanto, não lhes foi devolvido (...) o vereador e seus amigos levaram o caso aos tribunais a fim de que os donos do clube arianófolo respondam perante a justiça (...).¹⁶

Na realidade, o que deixava o tribuno abatido eram as pessoas que insistiam com a “baba peçonhenta do seu racismo atávingir o brasilianismo, a unidade espiritual da pátria comum”. No plenário, seguiu:

Tristeza e revolta, disse de início, porque realmente, é de se lastimar que justamente Pelotas, a heráldica Princesa do Sul, cujos foro do progresso e civilização, cultura e brasilidade, oferecem ressonância sem par no elenco das aspirações nacionais, aspirações que em seu conjunto sócio-histórico-político ergueram dentro do novo mundo, nas terras abençoadas de Santa Cruz, as pilastras da mais soberba democracia racional (sic) de todo mundo: que justamente Pelotas tenha sido escolhida pelos novos senhores do engenho do Clube Balverde, para se poluir com a baba peçonhenta de seu racismo atávico, antibrasileiro e sobremodo nocivo à unidade espiritual da pátria comum¹⁷ (GRIFO NOSSO).

Em setembro de 1965, ele denunciou outro caso de “prurido racistoide” ocorrido no Estado. Da tribuna, prestou solidariedade e denunciou “o racismo, estúpido, antibrasileiro e retrógrado entre nós. o qual se afigura a um cancro

¹⁶ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p. 273-274.

¹⁷ Ibidem.

corrosivo da própria unidade nacional”.¹⁸ Também citou o caso da filha do Capitão e ex-pracinha Sr. Osvaldo Marques de Souza: “Que lutou contra a tirania de Adolf Hitler, mas que em sua cidade, Taquari, sua filha foi proibida de entrar no baile de formatura realizado no Clube Alvi-Negro. Narra outra situação constrangedora: O CTG Pelego branco, tinha uma placa escrita: proibida a entrada de morenos”.¹⁹

O terceiro caso verificado neste artigo ocorreu no dia no dia 18 de maio de 1973, portanto, três dias depois das comemorações dos 84 anos da abolição da escravidão, o tribuno ocupou o púlpito para versar sobre um caso de discriminação racial ocorrido no interior do Estado. Não foi a primeira vez que o parlamentar fez denúncias desse gênero.²⁰

Conforme o deputado, foi “lamentável caso de racismo ocorrido na cidade de Santa Vitória do Palmar. Décio Draitto Correa e Claito Rodrigues, ambos negros, foram vítimas, na sede social do tradicional Esporte Clube Rio Grande, por ocasião da “Festa do Chopp”.²¹

O parlamentar mencionou suas impressões sobre o caso, considerado por ele como algo esporádico, já que elogiou a cidade de Santa Vitória do Palmar, “rincão histórico do Extremo Sul Brasileiro”. Apesar do ocorrido, denominou-a, em virtude de sua posição geográfica, como “uma sentinela da bravura cívica, pátrio pundonor e de vocação democrática da gente brasileira, por isso mesma avesso aos ‘pruridos racistoides’”.

¹⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Março de 1965, Vol. 183. p. 74.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Outros discursos contendo casos de discriminação racial sofrida por negros em clubes localizados no interior do estado ocorreram em 1965. Nas ocasiões, ele versou sobre caso de racismo sofrido no Oásis Praia Club de Pelotas, em 04 de fevereiro de 1965. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, dez. 1964 a Fevereiro de 1965, Vol. 182. p. 273-274. E outro em que ele denunciou o caso de racismo ocorrido no Clube Alvi-Negro de Taquari, em 22 de setembro de 1965. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1965, Vol. 188.p. 230-232.

²¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1972. Vol. 249. p. 284-285.

E sobre a Lei Afonso Arinos, o deputado destacou da tribuna:

Ainda ressoam no ar as manifestações memorativas da passagem da data do dia 13 de maio, marco histórico da integração do negro na comunhão nacional. Quase um século, porém, já transcorrido da empolgante e cívica jornada, e ainda persistem as atávicas que inspiraram a “Lei Afonso Arinos”, mas que o diploma legal que situa o preconceito de cor entre as contraversões penais nem tomam conhecimento²² (GRIFO NOSSO).

O parlamentar, nessa intervenção, pareceu considerar útil a existência da Lei Afonso Arinos contra casos como esse, precisando também de conscientização social. Pois, como ele mesmo citou anteriormente, “ainda persistem as atávicas que inspiraram a Lei Afonso Arinos”.²³

Porém, em discurso realizado por ocasião da abolição, em 1963, portanto nove anos antes dessa intervenção, Carlos Santos ainda acreditava na manutenção da “maior democracia racial do mundo”, pois, como ele disse na época: “a Lei Afonso Arinos era um platonismo”,²⁴ uma vez que sem

²² ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Maio de 1972. Vol. 249. p. 284.

²³ A Lei Afonso Arinos surgiu no contexto dos congressos organizados pelo Teatro Experimental do Negro, do Rio de Janeiro. Foi a partir de ações geradas por preconceitos raciais sofridos por estrangeiras no Brasil, que os políticos passaram a perceber e a valorizar a importante proposta efetuada pelos intelectuais do grupo, como uma forma de combater o preconceito racial na sociedade brasileira, pois, conforme Abdias do Nascimento: “A discriminação diária contra o negro, banido de teatros, boates, barbearias, clubes, empregos, o processo político, não era o suficiente, inclusive porque, sendo tão formal e comum merecia pouco conteúdo na imprensa (...) a antropóloga negra Irene Diggs foi barrada no Hotel Serrador, no Rio; esse exemplo já mereceu alguma atenção (...) e em 1950 a coreógrafa negra norte-americana Katherine Dunham e a cantora Marian Anderson foram discriminadas no Hotel Esplanada, em São Paulo, a “liderança nacional” começou a perceber a existência de ‘exemplos concretos’”. (NASCIMENTO, 2000, p. 212).

²⁴O Projeto Nº 562 – 1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por oito artigos. Em linhas gerais, a Lei instituiu como

a resolução dos problemas econômicos, “o problema cultural e social do negro” iriam intensificar. Portanto, naqueles anos, o problema do racismo era econômico, cultural e social, podendo ser superado se esses itens melhorassem.

Todavia, mesmo com o laureado “milagre econômico brasileiro” da década de 1970, os casos de discriminação continuavam se acentuando. Devido a isso, Carlos Santos passou a perceber que a discriminação não era um mal praticado somente nos Estados Unidos ou na África do Sul, ou tão somente um problema motivado pela economia, mas uma prática pontual que, constantemente, vinha ocorrendo em solo sul-rio-grandense e brasileiro.

Conclusão

Do final dos anos de 1950 até meados dos anos de 1960, o deputado, além de elogiar a democracia racial, remetia os problemas brutais do racismo aos países estrangeiros, como Estados Unidos e África do Sul. Inclusive, sendo contra a ideologia atávica da negritude, pensada, por ele, como separatista. Entende-se esse posicionamento a favor da democracia racial como uma resposta a um mundo que, mesmo com a derrocada do nazismo após a II Guerra Mundial, caracterizado fortemente pela supremacia das raças, mesmo passada uma década, continuava a assombrar. Como disse José Correia Leite, em 1968, um dos fundadores da Frente Negra, por ocasião dos 80 anos da abolição: “era um perigo falar de racismo no Brasil”.

Porém, países que deveriam ser baluartes da liberdade, representado pelos Estados Unidos, que lutou contra o nazismo, e a África do Sul, um país majoritariamente afrodescendente, mas governados por europeus, ingleses e holandeses, tinham sérios problemas raciais, sendo os negros

contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. Lei na íntegra no O Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº 10, p. 09.

segregados em seu próprio território.

Devido a essas situações, um país como o Brasil, onde negros e brancos conviviam, de certa maneira, sem guerras e sem separações jurídicas, era considerado um exemplo internacional de igualdade. Porém, não era o que ocorria cotidianamente.

Denúncias de segregação racial em clubes e associações do Rio Grande do Sul eram problemas constantes que chegavam ao gabinete do deputado. Se o problema era econômico e o país estava prosperando, quais os motivos das frequentes discriminações raciais? Certamente, o problema não era econômico e Carlos Santos passou a perceber o quanto era limitada a harmonia das relações raciais brasileiras. E do parlamento, por meio de suas intervenções, passou a desconstruir o mito da harmonia racial brasileira.

Diante disso, o deputado percebeu e passou a defender o quanto os grupos negros, independentemente de suas origens e de seus territórios, eram marcados pelos estigmas e preconceitos advindos com a escravidão e atualizados com os estereótipos.

Ou seja, ao longo de sua ação parlamentar, suas práticas aumentaram a favor da comunidade negra, já que, de tanto insistir na democracia racial, o Deputado parece ter cansado diante das discriminações sofridas cotidianamente pelos negros, motivado pelas reclamações dessas pessoas que cobravam uma atitude sua no parlamento. As cobranças do Deputado exigiam respostas e punição dos governantes contra os racistas e deveriam ser intensificadas, assim como a aplicação da Lei antidiscriminatória Afonso Arinos.

Aliás, esta lei é simbólica no que tange às transformações das práticas políticas de Carlos Santos contra o racismo. Pois, logo no início de seu mandato, em 1959, ele era contra a Lei Afonso Arinos, pois não acreditava na existência da discriminação racial no Brasil. Com o tempo, em seu último mandato, em 1974, ele passou a acusar a lei de insuficiente para a punição dos “racistoides” que maculavam a nação. Todavia, sem falar em Ações Afirmativas, o

parlamentar chegou a citar, no cargo de deputado federal, em 1975, que o Estado do Rio Grande do Sul deveria reparar os negros em virtude dos problemas raciais. Era o fim do mito da democracia racial nos pensamentos de Carlos Santos.

REFERÊNCIAS

ANAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DE SUL. Porto Alegre, 1947-1974.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ARENDT, Hannah. *O que é política? Fragmentos das obras Póstumas Compilados por Ursula Ludz*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BERSTEIN, Os partidos. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

BOURDÉ Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Editora Europa-América, 1983.

CADERNOS BRASILEIROS, *80 Anos da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968.

CEZAR, Willy. *Chico Bastos o pescador*. Rio de Janeiro: Univercidade Editora, 2011

CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1995.

DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. *Anos 90 UFRGS*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18932/11021>>. Acesso 17 dez. 2010.

ELMIR, Cláudio Pereira. *Os 170 Anos do Parlamento Gaúcho. A Democracia Reconquistada (1983-2004)*. Vol.5. Porto Alegre: CORAG, 2005.

GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, 1980.

HEINZ, Flavio M. (Org). O Parlamento em Tempos Interessantes - Breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre, CORAG, 2005.

JORNAL QUILOMBO, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10.

JORNAL A “ALVORADA” de Pelotas, 10 de agosto de 1934.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. UFSC. <<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Beatriz%20Loner%20completo.pdf>>. Acesso 21 de junho de 2008.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Tese de Doutorado, UFRGS, 1999.

LONER, Beatriz Ana. *Gerações e conjunturas: a família Silva Santos*. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoeseconjunturas.pdf. Acesso em 21 de julho 2013.

MÜLLER, Liane Suzan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – *Irmadade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. 253 f. Dissertação de Mestrado, PUCRS. Porto Alegre, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ORLANDI, Eni. Orlandi. *As formas do silêncio – nos movimentos dos sentidos*. Campinas. Editora Unicamp, 1995.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Ed. Pontes, 2001.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

Revista do Globo, Porto Alegre, 1962.

SANTOS, Carlos. *A predestinação do Direito*. Tipografia Leão XIII: Rio Grande, 1951.

SANTOS, Carlos. *O problema da pesca no RS*. Porto Alegre: CORAG, 1967.

SANTOS, Carlos. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou “A Alvorada”: Intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. 195 f. Dissertação, 2000, UFF.

SANTOS, José Antônio. *Prisioneiros da História. Trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional*. PPGH PUCRS, Porto Alegre, 2011. Doutorado em História.< http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-08-

29T161019Z-3414/Publico/433237.pdf. Acesso mar.2012.

SANTOS, Neiva. Entrevista, 2007.

SINGER, Paul.; BRANT, V.C. (org) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

TORRES, Luiz Henrique. *Parlamentares Gaúchos – Carlos Santos, trajetória Biográfica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

CLUBE GUARANI (1920-2006): HISTÓRIA DA FESTA E CULTURA NEGRA EM ARROIO GRANDE, RS.

Beatriz Floôr Quadrado^{*}

*... o clube era uma beleza,
o clube era Lindo, tinha tudo, tudo*
(Eva Nair)¹

*... a História do Guarani é a festa...
todas as pessoas têm uma História!*
(Gizelaine Conceição)²

As frases acima citadas são parte de entrevistas concedidas por uma sócia e presidenta do Clube Guarani, respectivamente Elas remetem à importância da associação em suas vidas, por meio de uma valorização da mesma, junto à principal identidade do Clube: as festas.

Este capítulo abordará a história do Clube Guarani da cidade de Arroio Grande, uma associação negra com fundação em 1920. O trabalho se propõe a discutir sobre a identidade construída por um coletivo negro do município através da associação e a entender a persistência profunda desta identificação apesar do fechamento e constituição como

^{*} Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFpel); Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa); e, atualmente, Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da UFpel, bolsista CAPES. (biafloor@yahoo.com.br)

¹ Entrevista realizada com Eva Nair, em 24 de setembro de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes.

² Entrevista coletiva realizada também com Gizelaine Diogo Conceição, em 02 de julho de 2013, na sede do Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado e Marília Kosby, através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes.

Ponto de Cultura.

O principal objetivo é compreender a ligação do patrimônio com a memória e identidade da população negra arroio-grandense, mesmo com uma distância temporal longa, através de novos meios para se colocar contra a discriminação persistente. Com isso, será necessário, inicialmente, analisar o contexto de criação do Clube Guarani, entender sua origem e suas perspectivas quanto ao racismo brasileiro e perceber os meios de inserção do negro na vida social, através das festas. E, também, observar as especificidades femininas na constituição desta associação, com atenção às questões envolventes, tais como o ideal do branqueamento na sociedade e as relações raciais.

Para a pesquisa, foi essencial o método da História Oral, não só pela falta de documentação sobre a Associação - visto que não foram encontradas atas ou qualquer outro documento particular do Clube, a não ser o seu Estatuto. Mas também pelo fato de as informações pessoais de quem frequentou e administrou a instituição serem imprescindíveis para o trabalho, pois proporcionam uma preservação dessas histórias contadas e a construção de uma identidade coletiva. Ou seja, os entrevistados se percebem comuns e pertencentes ao mesmo espaço e cultura e, ao mesmo tempo, se diferenciam de outros grupos, mas sem descaracterizar suas vivências particulares e seu modo de ver os mesmos acontecimentos, formando, então, juntos, uma memória coletiva.

Ressaltando que nem sempre o silêncio significa o esquecimento, mas uma escolha do próprio entrevistado de não falar ou não poder falar. A entrevista é carregada de valores, em que uma pessoa, ao contar sua história, poderá escolher a imagem que quer fazer representar, conforme sua intenção e necessidade. A narração é uma construção do passado, não só dependente do historiador, mas também das pessoas entrevistadas, conforme o pensamento de Portelli (1996).

A história oral fornece, muitas vezes, relatos bastante subjetivos, os quais podem ser essenciais para uma pesquisa. Thompson (1992) coloca sobre as “verdades simbólicas”, ou

seja, por vezes o subjetivo ou o imaginário podem oferecer informações tão relevantes quanto os fatos descritos e concretos. Por isso, não há mentiras na história oral, assumindo todas as narrações um significado, uma intencionalidade e uma relevância, o que será essencial para entender a história de mudanças do Clube Guarani.

Questão Nacional do Racismo: Relações Raciais e Teorias para o branqueamento

Para falar do preconceito racial no Brasil, devemos ter em mente o período escravagista, para entender a situação de preconceito que perdurou nos séculos posteriores, mas não vamos nos ater a este assunto no trabalho. Será preciso, de forma sucinta, analisar a formação do pensamento brasileiro sobre questões raciais, mais especificamente, pós-abolição, para melhor discutir a discriminação e exclusão sobre a população negra no país.

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, para o fim da escravidão. Esta abolição não se deu por generosidade da princesa, mas no interesse próprio de manter sua popularidade diante do reino, tendo em vista que a campanha abolicionista, as rebeliões de escravos e os ideais republicanos estavam se intensificando. A princesa pretendia seguir no poder após decretar o fim da escravidão, que se fazia pulsante nos interesses da sociedade brasileira. As lutas de escravos pela liberdade, que resistiram por todo Brasil, por meio dos quilombos, fugas e negociações, foram fatos determinantes para o fim da escravidão. Com a abolição, os ex-escravos negros viviam em extrema pobreza; esses e seus descendentes sofreram com estereótipos ligados principalmente à cor da pele e outras características de fenótipos, como o corpo, nariz, cabelo – estes ligados a uma suposta inferioridade biológica natural.

Havia diversas teorias raciais para preservar a discriminação, como a de Nina Rodrigues, no século XIX, que faz uma diferenciação, em termos de superioridade, de brancos sobre afrodescendentes. Tem-se, também, João

Batista Lacerda, no mesmo século, com a teoria de branqueamento, em que se via a possibilidade, através da mestiçagem, de hegemonizar a raça branca. Silvio Romero acreditava em um tipo único de raça brasileira, através da mestiçagem, enquanto Euclides da Cunha alegava a diversidade racial no Brasil como característico de uma identidade, mas reconhecendo a inferioridade de negros e mestiços. Francisco José de Oliveira Viana também acreditava em um tipo brasileiro e na mestiçagem como apenas uma fase da sociedade; ele estava mais preocupado na questão de uma pureza de fenótipos do que genotípica, ou seja, buscava-se uma aparência social do Brasil.

Nos anos 30 do século passado, teve-se a glorificação da mestiçagem para a construção do que era ser brasileiro, no chamado “Mito da Democracia Racial”, justificado pelas obras de Gilberto Freyre, como em *Casa Grande e Senzala*. Este autor caracterizava a escravidão existente no Brasil como algo mais “amigável”, além de “menosprezar as diferenças diante de um cruzamento racial. [...] o mestiço transformou-se em ícone nacional, em um símbolo de nossa identidade cruzada no sangue, sincrética na cultura, isto é, no samba, na capoeira, no candomblé e no futebol.” (SCHWARCZ, 1998, p. 178).

E também surgem teorias na área da criminologia, ligadas à Escola Positiva, como Lombroso. Esse adotava a ideia do “Criminoso Nato” (ideia de Enrico Ferri), semelhante à teoria do darwinismo social, em que a criminalidade era biologicamente determinada e também considerada como um problema patológico. No Brasil, estas teorias serão adotadas no século XX, por Cândido Mota e Tobias Barreto, entre outros. Estas ideias encontraram um terreno apropriado no Brasil, marcado pela exclusão, além de ser o pensamento moderno, apesar de estar perdendo força na Europa.

É também neste momento que estava em voga nos Estados Unidos a tese da catástrofe, em que se acreditava na anulação da possibilidade de reprodução de formas culturais africanas no Novo Mundo, entre seus principais teóricos estão Donald Pierson, Ruth Landes, e Franklin Frazier. Estes ideais influenciaram o pensamento brasileiro nas décadas de 30 e

40 do século XX, principalmente dos culturalistas, em uma negação do racismo e afirmação de uma harmonia racial.

Neste período, no Brasil, durante o governo do Estado Novo, se estava buscando a construção de uma identidade nacional sobre a miscigenação, que se utilizou da diversidade cultural do país. Teve-se, por exemplo, a criação do Dia da Raça, em 30 de maio de 1939. O objetivo era mostrar a harmonia de raças no país. Além disso, a questão da criação do “mulato” ou “moreno”, segundo Mariza Corrêa (1996), para uma negação do preto.

Estes símbolos e representações sobre a miscigenação são exaltados na tentativa de aproximar-se das grandes potências e excluir os aspectos inferiores – a população negra –, segundo as teorias já analisadas. Esta incorporação das raízes e identidades culturais negras na identidade nacional é uma forma de poder exercido para controle em uma falsa integração. Um domínio sobre a religião, cultura e corpo negro que gera conflitos para a população afrodescendente sobre si mesma, que resultou em um complexo de inferioridade que, por muitos anos, se justificou pelas teorias racialistas e que se faz presente neste período inicial do século XX, pelo branqueamento.

Para Munanga, o termo raça é histórico e já superado:

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. (MUNANGA, 2003, p. 5)

Ressaltando que a utilização da nomenclatura raça, neste trabalho, consiste na ligação de fatores sociais, históricos e político-ideológicos, não mais em um conceito com base no biológico, como se percebe no senso comum ainda presente.

O preconceito no Brasil se concretiza basicamente na cor da pele, mas é importante destacar que, no caso da população negra, este corpo tem marcas históricas, de um passado já marcado pela escravidão e reforçado por estigmas, levando ao racismo. “‘Cor’ é, no Brasil, primitivamente, uma construção racialista, que se estrutura em torno de uma ideologia bastante peculiar”. (GUIMARÃES, 1999, p. 101)

A cor também se faz relacionada diretamente com o *status* e classe social. Como expressado por Sansone (1996), na condição da fala, o chamar “negrinho” ou “escurinho”, de forma pejorativa e no diminutivo, enfatiza o baixo *status*.

[...] os mestiços ‘ricos’ tendem a se declarar ‘brancos’, e a diferença de *status* entre os que se definem ‘pardos’ e ‘pretos’ tendem a diminuir, pois nenhuma das duas é uma denominação valorizada. (GUIMARÃES, 1999, p. 128)

E então se faz relevante esclarecer que, quando se fala de classe social, é diferente, por exemplo, a elite negra da elite branca, pelo seu próprio histórico. A elite negra foi constituída de empregos fixos, um salário garantido, mas não de altos valores como a elite branca. Mas, seguindo Guimarães (1999), o negro está normalmente ligado à pobreza, e o branco à elite. E a busca por *status* vai se refletir também na estética, características de fenótipos, como o cabelo, que passa a ser alisado em busca de uma maior aceitação na sociedade.

Devido às teorias como a do branqueamento, em que relações inter-raciais eram valorizadas para extinguir a “raça inferior”, houve uma intensificação da imigração. E é neste momento, em especial, que, enquanto o País construía uma

identidade nacional ligada à mestiçagem, no Rio Grande do Sul, se minimizava a presença negra, pois, na região, predominou a identificação com lusos e platinos. Isso fez com que a realidade social dos negros se tornasse cada vez mais difícil, e, por isso, constituíram meios para se opor ao preconceito e à discriminação. E esses foram diversos, sendo o mais representativo a criação das associações de recreação e de esportes, muito em vista no Rio Grande do Sul como, por exemplo, em Caxias, Pelotas, Arroio Grande e em outros lugares. Segundo Loner e Gill (2009):

Trazido como escravo para esta região, o grupo negro tendeu, para o final do período imperial, a congregar-se em entidades mutualistas, profissionais ou étnicas, que ainda não buscavam a construção de uma identidade racial, mas sim auxiliar na inclusão social e amparar seus sócios. Com a República, suas entidades evoluíram para a formação de uma rede associativa praticamente completa, surgindo propostas identitárias entre este grupo, embora sofresse com a influência desagregadora de ideologias, como a do branqueamento, com forte apelo na sociedade brasileira (2009, p. 146).

Então, é nesse momento que a exclusão e o preconceito se intensificam, assim como a necessidade de identificação como grupo na sociedade. Um exemplo expressivo disso são os clubes sociais, conhecidos como Clubes Negros, em todo Brasil.

Clube Guarani: A festa negra em Arroio Grande

A cidade de Arroio Grande, antigamente freguesia Nossa Senhora da Graça, tem origem em 1812, através de terras doadas por Manuel de Souza Gusmão, avô do Barão

de Mauá³, para sua esposa. A cidade, que foi emancipada de Jaguarão apenas em 1872, teve como base de sustentabilidade as charqueadas, baseadas na pecuária e na escravidão. Os escravos negros eram utilizados para trabalhos domésticos nas fazendas e nas olarias. Tem-se um número significativo da presença escrava e negra na região. Por isso, nesta localidade há uma forte manifestação da cultura e religião africana.

A população negra em Arroio Grande não teve uma realidade diferente da nacional no pós-abolição, sendo constantemente ameaçada e excluída pelo racismo vigente na sociedade. O professor Antônio Carlos da Conceição confirma, “era muito difícil ser negro em Arroio Grande”⁴, assim como o radialista Jorge Américo Borges, que diz ser “difícil, muita luta para ser reconhecido”⁵. Segundo as narrativas dos entrevistados, os espaços públicos da cidade foram, por um período do século XX, separados na questão de cor. Como exemplo, a praça central do município:

Que coisa engraçada, parecia que negro não era gente, eu achava a coisa mais engraçada. A minha mãe contava que na praça ali, uma coisa que vou dizer pra vocês é que a minha mãe era uma negra muito bem vestida. Sabes que naquela época, vocês nem sabem... a missa... a missa.. tinha missa das dez que era só pra gente, pras dondocas. E tinha um lado da praça... negro sentava do lado de cá aqui na Dom Pedro II e os brancos na frente da prefeitura. Os negros não sentavam ali na prefeitura, ali na Dr. Monteiro. Os

³ Arroio Grande, atualmente, tem, em média, 20 mil habitantes, e é reconhecida como “Cidade Simpatia” e “Terra de Mauá”, local em que nasceu o grande empreendedor Barão de Mauá.

⁴ Entrevista realizada com o professor Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Laboratório de História Oral, UFpel.

⁵ Entrevista coletiva realizada também com Jorge Américo Borges, em 02 de julho de 2013, na sede do Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado e Marília Kosby, através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes.

negros iam lá pro outro lado. Pra vocês verem como são as coisas antigas, a ignorância.⁶

Lugares de festa como clubes sociais da cidade e Centros de Tradições Gaúchas (CTG's) proibiam a entrada de pessoas negras, e estas, então, se reuniam em suas próprias casas para confraternizar, devido à falta de um ambiente específico para festas e a qualquer tipo de integração de que pudessem participar. O entrevistado lembrou também que o Carnaval era realizado na Praça Central, em frente à Prefeitura e era chamado de o “Baile do Redondo”, cujo nome se deve ao fato de os foliões pularem e brincarem em volta da Santa – monumento a Nossa Senhora das Graças, localizado no interior da praça.

Luis Gustavo Carduz Lúcio é pertencente à família Lúcio de Arroio Grande, conhecida pelos seus dons musicais e pela banda “Nova Farroupilha” (antiga banda Farroupilha). Esta antiga banda tocou em diversos carnavais e clubes da Cidade. Segundo ele, sobre a presença específica de negros nestes clubes: “[...] no meu tempo ainda não podia entrar. É, a gente só podia tocar [...] depois tinha que sair de lá né? É, não podia ficar, na época não.”⁷

É sob esta realidade que é fundado, por um grupo de amigos, o Clube Guarani, em 1920, como resposta à discriminação. O grupo era composto pelos senhores João Lúcio, Alvião Lúcio, Idílio Freitas, Carlos Ferreira e Evaristo Cardoso, tendo como presidente João Medeiros. Para os frequentadores, o Clube era uma grande família; notou-se que realmente algumas famílias negras se destacaram na direção e organização no Clube, sendo muitas uniões feitas entre elas.

⁶ Entrevista realizada com Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Beatriz Floôr Quadrado e Marília Kosby através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Laboratório de História Oral, UFPel.

⁷ Entrevista realizada com Luis Gustavo Carduz Lúcio, em 8 de outubro de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Laboratório de História Oral, UFPel.

O nome dado à associação, Clube Guarani, segundo frequentadores mais recentes, foi para desviar o foco da cor da pele. Segundo antigos presidentes, o nome da associação está diretamente ligado ao grupo indígena guarani, também excluído da sociedade. Uma representação para o grupo negro, um meio de identificação, mas sem explicitarem ser um clube negro, e, ao mesmo tempo, uma estratégia para falar de discriminação indiretamente. Além de ser uma negociação para manter-se em um período em estavam em voga justificativas para o preconceito racial, o nome era uma forma de manter-se em funcionamento sem total repúdio do restante da sociedade.



Sede do Clube Guarani (Acervo pessoal)

Inicialmente, o Guarani apresentava um caráter social, pois em outras duas associações da Cidade, atualmente Clube Caixeiral e Clube do Comércio, e também no C.T.G., não era permitida a entrada de negros. O segundo Clube citado era bem mais rígido na questão da proibição da entrada de negros na sede do que a primeira instituição. Conforme o Estatuto do Clube Guarani, renovado no ano de 1957, este

tinha por objetivo “Proporcionar aos seus associados festas de qualquer natureza, especialmente bailes, não sendo estes menos de seis por ano; obras de arte, quermesses, etc.”⁸. Então, percebe-se a necessidade de um lugar para fazerem suas próprias festas. No início, havia, além da direção, os “presidentes de honra”, entre esses alguns homens brancos, os quais colaboravam financeiramente para manter o Clube, ou seja, para manter a distinção, por exemplo: o jornalista Aimone Soares Carricone; o funcionário público Issa Costa e o senhor Osmar Machado.

A presidência do Clube era renovada por convite feito pela antiga diretoria. Em 1956, são realizadas as primeiras eleições em que a gestão era por um ano. A partir de 1978, passa a ser de dois anos. Até 2005, a presidência só havia sido desempenhada por homens no comando da Associação. As mulheres participavam do chamado “Clube da Casa da Amizade”, em que organizavam alguns encontros, festas e chás. Esta era uma espécie de segunda diretoria e de grande relevância, enquanto os homens cuidavam da parte financeira e administrativa da Associação, elas participavam da construção da “alma” do clube, ou seja, das festas, do social.

[...] parte ‘daquelas funções femininas’. A expressiva participação feminina na Diretoria não instaura qualquer descontinuidade com as relações vigentes na casa e na família; ao contrário, reproduz-se no Clube a centralidade da mulher no âmbito doméstico (GIACOMINI, 2006, p. 84).

Nas festas eram permitidas apenas mulheres maiores de 18 anos, menores deveriam ser acompanhados pelos responsáveis. A mulher, em especial, a mulher negra era cobrada, pelo próprio Clube, a ser exemplo de comportamento, uma vez que a figura da mulher negra era associada a estereótipos relacionados ao erotismo e à

⁸ Anexo do projeto “Reconstruindo a História do Clube Guarani”, feito especialmente por Gizelaine Diogo da Conceição, atual Vice-presidente do Clube Guarani, no ano de 1999.

sexualidade. Então, se fazia necessário desmitificar esses conceitos através da apresentação de uma conduta ideal, adotada pela associação, porque se a mulher branca sabia se portar e demonstrar elegância, as mulheres negras também poderiam.

Havia também uma atenção para manter sempre, além do bom comportamento, a boa aparência, com a finalidade de afastar os estereótipos de inferioridade atribuídos à cor. Quando se perguntou a uma antiga frequentadora sobre as exigências relativas ao visual e às vestimentas, ela claramente colocou a relevância e a evidência do “se vestir bem”:

Tu não vai vir com uma sainha, mas em outros lugares assim ó, têm lugares que tu entra e te olham dos pés à cabeça, parece que tu tá praticamente sem roupa né? E assim, olha e já vê que a roupa é mais usada, entendesse⁹

O mesmo pensamento pode ser levado às questões de família. O grupo valorizava as famílias, percebe-se isso pelas falas dos entrevistados, assim como as fundadoras da associação percebiam o próprio clube como uma grande família. Esta autoafirmação se dava como um meio de afastar os estigmas sobre as famílias negras como desestruturadas.

[...] o pensamento social brasileiro, de modo geral, tem insistido na caracterização da família dos negros como essencialmente desorganizada, incompleta, instável. Esse modelo analítico está assentado numa concepção que supõe a relativa incapacidade – de base econômica, cultural e/ou histórica – do homem e da mulher negros para desempenharem, em suas relações recíprocas, os papéis que presidem a sociedade conjugal modelar branca[...]. (GIACOMINI, 2006, p. 56)

⁹Entrevista realizada com a professora Carla Figueiredo, em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby. Acervo do Laboratório de História Oral, UFpel.

Percebe-se, pelas entrevistas, que, no início, o propósito era de diferenciação, pois nesse período era restrita a entrada de brancos no Clube a apenas aqueles que, de alguma forma, ajudavam financeiramente. Era uma forma de se colocarem perante a sociedade como grupo. Mas com o tempo, foi possível a entrada de brancos. Segundo frequentadores, passou a não haver distinção de raça nem financeira, ou seja, o Clube era aberto a toda a comunidade arroio-grandense. Segundo as entrevistadas:

Acho que as pessoas se sentiam bem à vontade. [...] chegavam aqui e podiam ser elas, não precisava representar uma coisa que ela não era, entende? Podiam ser elas mesmas.¹⁰

Vinha tanto pobre quanto o que tinha a situação financeira melhor.¹¹

Não, e se sentiam meio [...] as vezes tu ia... eu me lembro assim ó, de ir nos outros clubes e tu ficava em grupo, certo? Aqui não, aqui todo mundo se misturava, não interessa se tu era vermelho, verde, amarelo né? preto.¹²

O Clube Guarani proporcionava a seus associados diversas festas, tais como o Baile de Primavera, Bailes de Carnaval, o Baile das Rosas – em que se comemorava o início da primavera –, Bailes de posse – realizados nas renovações da direção do Clube –, Baile de Debutantes, Festa Kizomba – na qual havia bingos e atos religiosos e

¹⁰ Entrevista realizada com a professora Carla Figueiredo, em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby. Acervo do Laboratório de História Oral, UFpel.

¹¹ Entrevista realizada com a funcionária pública Maria Geni Lemos (Ziza), em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby. Acervo do Laboratório de História Oral, UFpel.

¹² Entrevista realizada com a professora Carla Figueiredo, em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby. Acervo do Laboratório de História Oral, UFpel.

também as “Quermesses” – que contribuíam para a arrecadação de dinheiro à Associação –; concursos de beleza, como forma de valorização da beleza negra, entre os quais o “concurso Broto” e “Miss Mulata”.



Rainha do Carnaval de 1996, Gizelaine Diogo Conceição (Anexo do projeto “Reconstruindo a História do Clube Guarani” feito especialmente por Gizelaine Diogo da Conceição, atual Vice-presidente do Clube Guarani, no ano de 1999.)



Rainha da Primavera de 1955, Estella Garcia Pires (Anexo do projeto “Reconstruindo a História do Clube Guarani” feito especialmente por Gizelaine Diogo da Conceição, atual Vice-presidente do Clube Guarani, no ano de 1999.)



Baile de Debutantes de 1983 (Anexo do projeto “Reconstruindo a História do Clube Guarani”, feito especialmente por Gizelaine Diogo da Conceição, atual Vice-presidente do Clube Guarani, no ano de 1999.)

O idealizador do concurso Miss Mulata foi o professor Antônio Carlos da Conceição, que, inclusive, antes de ser presidente do Clube Guarani, nos anos 90, foi decorador de várias festas no Clube do Comércio e no Clube Caixaerial. Sobre o concurso, ele responde que era um espetáculo, e fala mais:

[...] sabe que eu digo às vezes que tudo isso é agindo procurando valorizar a raça né?! porque era uma festa respeitada, pra tu ver que o povo todo, lotava. Pra ti ver que começamos ali na AABB e terminamos ali no GITA¹³ né?! Era uma festa que as pessoas esperavam o ano todo pra que isso acontecesse.¹⁴

O Concurso Miss Mulata foi organizado por ele durante 30 anos, tendo sido o último realizado em 1999. Este não era um concurso do Clube, mas além de utilizar suas dependências, tinha uma forte identificação pela população negra de Arroio Grande. Segundo o professor Dé, como é conhecido pela população, o concurso tinha esse nome, pois acreditava que não havia mais um “negro puro”, mas uma mistura, por isso se referir à mulata e não à negra. A partir de 1989, o Concurso passa a ser “Miss Mulata Rio Grande do Sul”, com participantes não mais apenas regionais, mas de todo o Estado.

Pode-se analisar, desde o início, uma possível ambiguidade pelo fato da utilização do termo “mulata” para uma provável valorização da mulher negra. Também se pode pensar em uma apropriação, por parte do grupo, desta representação da mulata, para uma aceitabilidade na sociedade majoritariamente branca, mesmo que para isso se siga uma ideia de branqueamento, que, segundo Giacomini (2006), é uma espécie de “integração subordinada”. Mas

¹³ Ginásio de Esportes do município de Arroio Grande.

¹⁴ Entrevista realizada com o professor Antônio Carlos da Conceição, em 5 de agosto de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes. Acervo do Laboratório de História Oral, UFPel.

neste concurso em específico não se percebe, nitidamente, uma rigidez sobre este branqueamento na estética, mas no uso da terminologia.

O concurso era com base e avaliações de beleza e comportamento, muito provavelmente para descaracterizar os estigmas sobre a mulher negra. Ideais estes que têm suas origens no período escravocrata, em que esta ocupava, predominantemente, o papel de escrava, sobre a qual estereótipos foram negativamente construídos pela “[...] exploração sexual do seu corpo, que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão.” (GIACOMINI, 2013, p. 69). Um corpo concebido como meio de trabalho e objeto sexual.

É junto a esta busca de visibilidade que se constrói o concurso, esse instituía importância dos desfiles para a autoestima. Ao perguntar às concorrentes e vencedoras do Miss Mulata, elas respondem:

Porque eu sempre gostei muito de desfilar [...] eu fui “Garota Swing”, [...], “Senhorita Guarani”, fui “Garota da Banda”, fui “Mais Bela Estudante” [...] eu sempre gostei.¹⁵

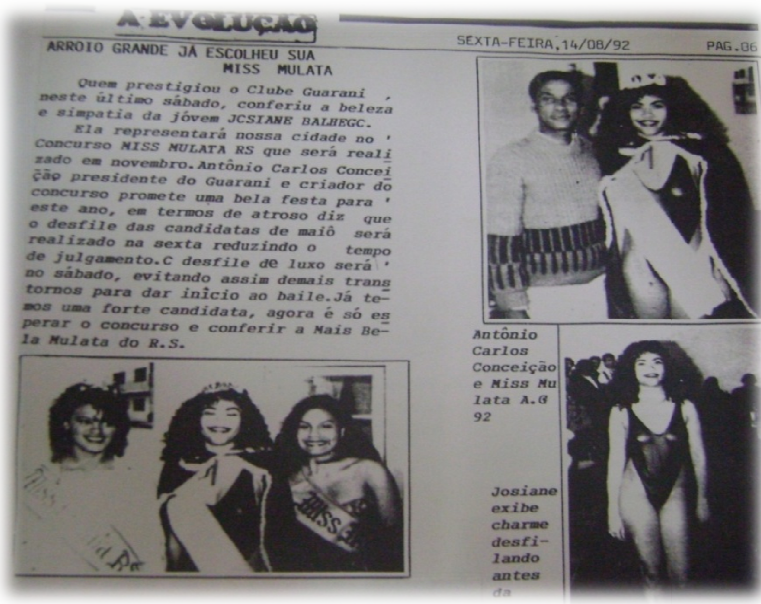
Pra gente era uma maravilha, era o auge. Era um status amais. Para uma menina de 17 anos era show, era tudo.¹⁶

Era o meu sonho, tem gente que tem o sonho de casar, de ser mãe, o meu era de ser “Miss Mulata”. E eu realizei.¹⁷

¹⁵ Entrevista realizada com “L” em 07 de julho de 2013, na residência da entrevistada, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.

¹⁶ Entrevista realizada com “K” em 04 de julho de 2013, no trabalho da entrevistada, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.

¹⁷ Entrevista realizada com “JB” em 04 de julho de 2013, em um salão de beleza, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado.



Miss Mulata de 1992 (Anexo do projeto “Reconstruindo a História do Clube Guarani”, feito especialmente por Gizelaine Diogo da Conceição, atual Vice-presidente do Clube Guarani, no ano de 1999.



Concurso Miss Mulata 1992 (acervo pessoal)

Todos os entrevistados enfatizaram a diferença do Guarani sobre os outros clubes, como aquele que realizava as

melhores festas, mais alegres e animadas. Para a presidente Gizelaine: “Lá tinha diferença de classe, no clube deles. E aqui não, aqui todo mundo era igual. Independente da raça, mas todo mundo era igual. Tu tinha dinheiro, tu não tinha dinheiro [...]”¹⁸. O reconhecimento sobre as melhores festas na verdade, “essas considerações representam, do ponto de vista dos sócios do Clube, muito mais do que simples elogios: era o reconhecimento [...] de tudo aquilo que haviam [...] se empenhado em conquistar” (GIACOMINI, 2006, p. 113). Essa conquista pode ser referenciada pelo espaço obtido como seu, um lugar próprio para suas festas.

Percebe-se, também, que a diferença colocada pelas pessoas entrevistadas é uma forma de reafirmação de grupo, pois se identificam em seu clube (colocado, no caso, como mais animado e sem preconceitos) e se diferenciam das outras entidades. Foi visível em todos frequentadores procurados a necessidade desta afirmação e definição enquanto grupo. Segundo Giacomini, “estar entre os seus era, também, necessariamente, diferenciar-se de outros. Assumir e ostentar as marcas de distinção constitui, assim, um elemento central da prática, mas também do projeto do grupo” (2006, p. 34).

Nos anos 60, o Clube passou por uma reforma em sua sede, na presidência do senhor Laureci Lima Pires, sendo construído um segundo piso para sua ampliação. Para isso, obteve ajuda de sócios, ou seja, o prédio foi reconstruído pelos próprios frequentadores, o que ocasionou grandes gastos para a instituição. Para suprir as despesas realizadas, foram feitas festas no chamado “Salão Metálico”, alugado para tal fim. A partir do ano de 1997, o Clube começou a viver uma grande crise devido a dívidas, como as do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). A entidade seguia com algumas festas nas sextas-feiras, as chamadas

18Entrevista realizada com Gizelaine Diogo Conceição (Giza), em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília Floôr Kosby. Acervo do Laboratório de História Oral, UFpel.

Boates “Nova Geração”.

Em 1998, mais especificamente na presidência de Afrânio Ávila da Silva, houve algumas mudanças na instituição. O propósito estava além das festas, e, segundo ele, houve uma preocupação maior com a realidade negra na cidade. Foi criado um movimento negro no clube, do qual, segundo o próprio Afrânio, a associação foi um instrumento para o objetivo que era trabalhar com o preconceito; havia discussões sobre a presença negra no trabalho e o negro na sociedade. Mas as festas seguiam junto a estas novidades, segundo o presidente da associação: “[...] com os pés no chão dos mais velhos, com a vontade de fazer dos mais novos”¹⁹. Por volta de 2000 este movimento criou a “Semana da Consciência Negra” em Arroio Grande.

Em 2001, o Clube fechou suas portas devido às dívidas e à estrutura precária do prédio. Este foi levado a leilão, mas não houve compradores. O Clube ficou abandonado até 2004, quando se têm na presidência duas mulheres: Gizelaine Diogo Conceição e Maria Geni Lemos. Com elas, o Clube conseguiu resgatar, em média, 150 sócios, pagar o ECAD e outras dívidas que vinham se acumulando, como a CEEE e a Corsan. Em novembro de 2005, foi inaugurado o novo salão de festas, chamado José Inácio Balhego.

Em 2006, o clube Guarani é definitivamente fechado, encerram-se as festas. Segundo frequentadores, devido a reclamações relacionadas ao barulho por parte dos vizinhos. Nesse período, a diretoria, pela primeira vez, era composta somente por duas mulheres, fortemente dispostas a salvar a Instituição. Entretanto, diante desta dificuldade, foram tratadas como responsáveis únicas pelo fechamento, associando o fim do Clube à administração feminina. Segundo as presidentes, foi um período muito difícil, para Maria Geni Lemos: “pelo fato de ser mulher né? ‘Ah vocês fecharam o Clube. Vocês no

¹⁹Entrevista coletiva realizada também com Afrânio Ávila da Silva, em 02 de julho de 2013, na sede do Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado e Marília Kosby, através da oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes.

mínimo roubavam”²⁰

Foram feitos abaixo-assinados para fechar a associação, sendo que boa parte das assinaturas foram de habitantes moradores de bairros distantes das dependências do Guarani. A insatisfação dos “vizinhos” justificava-se pelo barulho dos carros que trafegavam na frente do Clube, como também pela conversa e pelas risadas de pessoas sentadas nas beiras das calçadas, que os incomodavam, não permitindo o descanso noturno. Segundo Gizelaine, ela, como Presidente da Entidade, só tomou conhecimento das reclamações por intermédio do processo já tramitando na Justiça.

A questão central a ser analisada é o motivo que levou moradores de tão longe a reclamar. A Presidente lamenta a falta de movimentação e de interesse da Cidade em relação à história e significação da Associação para as famílias negras de Arroio Grande. Os entrevistados colocaram que antigos vizinhos nunca reclamaram de barulho ou do movimento popular na rua. As demais agremiações existentes na Cidade não possuem qualquer planejamento em relação ao sistema de som. E, ainda, o Clube do Comércio é localizado a uma quadra do Guarani. Hoje, a única possibilidade de reativar o Clube é colocando um sistema de isolamento acústico, o que, na época, era inviável em termos financeiros, ainda mais sem poder fazer festas e eventos, sob pena de multa. O Clube teve um prazo de cinco meses para resolver a sua situação; mas, sem dinheiro, a maneira encontrada por ela foi buscar ajuda da Prefeitura Municipal. Relatou que foi até a uma sessão da Câmara de Vereadores pedir socorro pelo Clube Guarani, mas não obteve êxito.

²⁰Entrevista realizada com Maria Geni Lemos (Ziza), em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília FloôrKosby. Acervo do Laboratório de História oral, UFPel.

“Cultura também é festa”: Ponto de Cultura Axé Raízes

A história do Guarani se transforma a partir da seleção para o projeto “Pontos de Cultura” da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), junto ao Ministério da Cultura. A Cidade de Arroio Grande concorreu com as seguintes propostas: “Axé Raízes do Clube Guarani e o Samba”; e “Cultura e Arte da Escola de Samba Unidos do Promorar”.

O Clube Guarani foi o escolhido, sendo inaugurado como “Ponto de Cultura Axé Raízes” em 2011, na própria sede, então reformada. O Projeto tem como objetivo reconstruir culturas e resgatar a cidadania, através de oficinas como as de dança, capoeira, patrimônio, artes, literatura, entre outras. Antes de iniciar essa nova etapa do Clube, houve uma reunião para expor tal projeto aos antigos sócios. Mas foi visível e inegável o desejo de antigos frequentadores pela reabertura do Clube. O mesmo desejo de ter o Clube como um centro social foi destaque na inauguração do Ponto de Cultura, tanto que entre os presentes surgiu a seguinte frase de um antigo frequentador: “Ta, e que horas que começa a festa?”.²¹

²¹ Diário de Campo da autora, no dia 19 de março de 2011, na sede do Ponto de Cultura Axé Raízes (Arroio Grande).



A oficina de Capoeira é um grande destaque do Ponto de Cultura Axé Raízes (Blog do Ponto de Cultura Axé Raízes)



Slogan do Ponto de Cultura associado ao Clube Guarani
(Blog do Ponto de Cultura Axé Raízes)

As mudanças ocorridas com o Clube, ou seja, um local de festas para se transformar em Ponto de Cultura, foi narrado por Gizelaine, como a única maneira de mantê-lo “vivo”, sem deixar o Guarani no esquecimento.

A ideia era que bah eu não posso deixar fechar um prédio que eu vivi. Eu me lembro que eu corri aqui dentro quando o meu Dindo era presidente. Sem ideia de nunca ter debutado, de nunca ser Rainha. Brinca aqui com todo mundo entendesse? [...] Então a ideia era antes assim ó, não podia deixar morrer a história do clube. Hoje o... a minha idéia é diferente, entendesse?! Essa parte, essa parte cultural que a gente tá tendo oportunidade, por causa que...ele teve cinco anos fechado, e machucou muito o que eu pensava antes. Então agora é assim renascer das cinzas, mas com um outro...uma nova ideia. Uma Ideia que tinha antes de manter o clube social e cultural, antigamente. Hoje a minha ideia [?] com as gurias, claro nós não vamos deixar de fazer um evento, mas como tem essa parte de promotoria, de vizinhos, hoje a minha ideia, junto com a diretoria né, que a gente vai trabalhar essa ideia futuramente, hoje eu to vivendo totalmente pro projeto, mas é simplesmente manter ele cultural. [...]. Então... e a parte cultural, eu acho que vai fazer o clube se manter por mais tempo, não ter tantos problemas. Antigamente a gente nunca tinha passado na cabeça que um grupo de vizinhos fecha uma sociedade.²²

O prédio caracteriza um patrimônio cultural, material e imaterial, pois é um símbolo de identidade, interação e expressões coletivas, sendo também um estímulo de memória em que se reconstroem histórias de resistência, ou seja, ponto de referência da raça negra. Por isso, tantas histórias e lembranças se manifestaram naquele momento de retorno da Entidade, agora com outro enfoque.

E é esta relação do passado com o presente que o Ponto de Cultura representa, ou seja, uma reapropriação do lugar e de histórias para um sentimento de continuidade, além de pertencimento e representatividade negra em Arroio Grande.

²²Entrevista realizada com Gizelaine Diogo Conceição (Giza), em 26 de fevereiro de 2011, no Ponto de Cultura Axé Raízes, Arroio Grande. Entrevistadora: Beatriz Floôr Quadrado; Marília FloôrKosby. Acervo do Laboratório de História Oral, UFPel.

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metarmofose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22)

Assim, o ponto Axé Raízes é o chamado “cordão umbilical” deste grupo, “[...] é o que chamamos de ‘tradição’, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’.” (HALL, 2013, p. 32). O patrimônio se torna uma referência para não esquecer e, com isso, contribui para manter uma identificação com o passado junto às histórias de famílias negras em Arroio Grande.

Considerações Finais

O Clube Guarani é um ponto de referência da comunidade negra de Arroio Grande, isto é inegável. Um lugar de protagonismo negro diante da repressão que viveu durante muito tempo. Não é apenas a história de um passado, mas de um presente, de mudanças, de patrimônio que alimenta memórias e dá origens às histórias de luta pela dignidade.

A História Oral foi de extrema importância para a pesquisa, pois o contato com as memórias e narrações de pessoas que festejaram e lutaram no Clube Guarani foi essencial para a reconstrução da história da associação.

É relevante destacar que muitos acontecimentos não vividos pelos entrevistados foram relatados com detalhes e sentimentos. Fatos que foram vividos por familiares, amigos, conhecidos, mas lembrados, chamados por Pollack de “acontecimentos vividos por tabela”, ou seja, a pessoa pode não ter vivido tal momento, mas ela se sente pertencente a ele, muitas vezes por ser um fato coletivo.

No Clube não se têm mais as festas, o Carnaval, o Miss

Mulata, os bailes de Debutantes, as boates na sexta-feira, ainda tão desejados por antigos sócios e frequentadores do Clube. Entretanto, agora resiste, em sua antiga sede – agora com outro nome (“Axé Raízes”), mas não exatamente com outra finalidade (antes festa, agora, pela nomenclatura de cultura) – uma valorização da cultura afro, uma política de reconhecimento e ampliação de seus espaços.

Uma ex-sócia do Clube, sobre o Ponto de Cultura, afirma que “[...] acho bom, já que não tem mais, não é mais a sociedade assim de... de baile, de festa, mas cultura também é... Cultura também é festa!”²³. Com isso, se percebe a capacidade do patrimônio e de seu valor simbólico despertar memórias, visto que a Instituição, mesmo renovada, ainda é lembrada como Clube Guarani.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em Movimento*. Estudos avançados 17(45), 2003.

CORRÊA, Mariza. *Sobre a invenção da Mulata*. Cadernos Pagu (6-7). 1996. Disponível em: <http://www.nacaomestica.org/invencao_da_mulata.pdf> Acesso em: 3 Set. 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: Memória, Tempos, Identidades*. 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. *Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil*. Cadernos Pagu (28), Janeiro-Junho de 2007: 345-374.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural de 2010.

FREIRE, Beatriz Muniz. *O inventário e o Registro do Patrimônio Imaterial: Novos Instrumentos de preservação*. Cadernos do LEPAARQ. Vol. II, nº 3, Pelotas, RS, Editora da UFPel. Jan/Jul 2005.

FRY, Peter. Feijoada e “Soul Food”: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Zahar editores: Rio de Janeiro, 1977.

²³ Entrevista realizada com Eva Nair, em 24 de setembro de 2011, na residência do entrevistado, Arroio Grande. Entrevistador: Oficina de Patrimônio do Ponto de Cultura Axé Raízes.

GERMANO, Íris. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930-1940*. 1999. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GIACOMINI, Sonia Maria. *A Alma da Festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro*. O Renascença Clube. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. 5.ed., Campinas: Unicamp, 2003.

GOFF, Jacques Le. A História Nova. IN: _____. (org.) *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMES, Fabrício Romani. *Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1938)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação de 2008.

GOMES, Nilma Nilo. *Sem Perder a Raíz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Cor, Classes e Status nos estudos de relações raciais*. IN: _____. *Racismo e anti- racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HALBAWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós- modernidade*. DP& A editoras: Rio de Janeiro: 2006.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (Org.) *Representation: Cultural representation and cultural signifying practices*. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997. Pág. 15-64

KOSBY, M. F. *Cultura e Patrimônio: Breves considerações sobre a presença negra na região de Arroio Grande/RS*. Revista Viva Cultura. , v.1, p. 12 -14, 2010.

LONER, Beatriz Ana, GILL, Lorena Almeida. *Clubes Carnavalescos Negros na cidade de Pelotas*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

MAESTRI, Mário. *Pampa Negro- Quilombos no Rio Grande do Sul*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um Fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 291-331.

MARQUESES, Rafael de Bivar. *História, Antropologia e a cultura afro-americana: o legado da escravidão*. Estudos Avançados, n. 18, v. 50. São Paulo, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História Oral: como fazer, como pensar*.

São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-59.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro- Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas; Universidade Candido Mendes, 2003.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos Lugares*. IN: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós- Graduados em História e do Departamento de História da PUC- SP*. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP: Brasil, 1981.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. *Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

PINHO, Osmundo de Araújo. *O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação*. *Cadernos Pagu* (23), Julho- Dezembro de 2004, p.89-119.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol.5. n.10, 1992, p.200-212.

PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Rio de Janeiro: Tempo, 1996. Vol.1, nº2, p.59-72.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando Aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na história Oral*. São Paulo: Projeto História, 1997.

SANSONE, Lívio. *Um paradoxo Afro- Latino? Marcadores étnicos "ambíguos", divisões nítidas de classe e uma cultura negra vivaz*. IN: _____. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Rio de Janeiro: Edufba, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade*. IN: Novais, Fernando A. *História da Vida Privada do Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Lélia Gonzales e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo*. *Revista da ABPN*. V.1, n.1- Mar.- Jun. de 2010.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

“SOMOS O SUCO DO CARNAVAL” O CLUBE NEGRO 24 DE AGOSTO NO CARNAVAL JAGUARENSE

Juliana dos Santos Nunes*

[...] Mas é carnaval não me diga mais quem é você amanhã tudo volta ao normal deixe a festa acabar deixe o barco correr deixe o dia raiar que hoje eu sou da maneira que você me quer o que você pedir eu lhe dou, seja você quem for, seja o que Deus quiser.

(Chico Buarque)

1. O Presente do Cordão Carnavalesco União da Classe: A inserção em Campo e a Observação Participante.

Em 2009, recebi do Senhor Nergipe Machado um documento, redigido de forma simples, contendo parte da história de um cordão carnavalesco do Clube 24: O Cordão União da Classe. Quando o li pela primeira vez, o que mais me interessou foi a composição da orquestra do folguedo, pois trazia o nome de cada músico e o instrumento musical que cada um tocava durante os desfiles.

Ao entrevistar Mestre Vado e Tio Paulo, ambos fizeram referências apenas a um cordão carnavalesco do Clube 24, pois não lembravam o nome da agremiação. Questionando Nergipe sobre esse cordão, ele logo disse se tratar do União da Classe, fundado para pular o carnaval no ano de 1928, com Vado aparecendo como um dos componentes daquela orquestra.

* Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente cursando o Programa de Posgrado en Ciências Humanas, opción Antropología de la Cuenca del Plata, da Universidad de la República, Uruguai.

Neste instante, lembrei-me da tarde em que Vado contou sobre sua trajetória musical e participação no cordão do Clube 24, quando ainda era menino de calça curta:

[...] Com 13 anos eu já tocava um pouquinho, então vivia por dentro do 24. Quando Theodoro veio falar com meu pai para sair num cordão do 24, eu estava até jogando bola ali de calça curta. Quando vieram me chamar, e fiquei louco de contente porque ia sair no cordão do 24 e todo mundo ia ver o cordão do 24, porque tinha um guri que tocava.(entrevista concedida por MESTRE VADO)

Agora, sabia que se tratava do Cordão União da Classe e quem era Theodoro Rodrigues, que, além de ter fundado o Clube 24, também fundou uma forma de divertimento, no âmbito do carnaval, para sócios e membros daquela instituição.

Aguçada a curiosidade, resolvi investigar mais sobre o Cordão União da Classe no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, pesquisando no Jornal “A Situação”, tendo por referência o documento de Nergipe, que indicava 1928 como ano de fundação do folguedo. Ao folhar os jornais daquele ano, percebi que o cordão já era considerado popular, assim, recuei quatro anos, chegando ao ano de 1924, quando encontrei o anúncio da sua fundação e inúmeras reportagens sobre a agremiação do Clube 24 de Agosto.

Ao levantar essas notícias a respeito do cordão União da Classe, fui levando-as aos membros sócios e diretores do Clube 24, e, para minha surpresa, poucos conheciam aquele folguedo e desconheciam a história de fundação da própria instituição que o abrigava, ou seja, o Clube. Comecei, então, a apresentar parte dessa pesquisa em eventos da própria Universidade Federal de Pelotas e em dois eventos locais, na cidade Jaguarão – Seminário Internacional Bioma Pampa e I Semana da consciência Negra de Jaguarão –, que deram boa visibilidade para o Clube e para a pesquisa. Nestes eventos, houve a oportunidade dos próprios integrantes do Clube e simpatizantes conhecerem um pouco dessa história.

Foi desta e de outras maneiras, como nas conversas informais com os colaboradores deste trabalho, que ressurgiu parte da história do 24 de Agosto – aqui devo esclarecer que essa pesquisa não se deve a um esforço puramente solitário do pesquisador e seu campo/objeto de estudos, mas a uma gama de pessoas que, de maneira direta ou indireta, são parte integrante e deram andamento ao estudo sobre o cordão União da Classe e fundação do Clube 24.

Sendo assim, o diálogo entre passado e presente foi uma constante durante o processo de levantamento dos dados nos arquivos da cidade e a entrega dessas informações para dentro da comunidade, de modo a estabelecer um contato entre uma “etnografia do passado” ou dos arquivos, que “pode iluminar outra temporalidade dos documentos, para além daquela que remete ao evento ou à atividade que registram” (Heymann, 2008, p. 8) e à “etnografia do presente”. Enquanto a primeira estava sendo realizada de maneira solitária entre os jornais, a segunda me permitia uma partilha de informações com meus colaboradores, a respeito das reportagens encontradas sobre o cordão carnavalesco do Clube.

Entretanto, essa etnografia não se deu de forma tão intensa de acordo com os ensinamentos de Malinowski, que exaltava a necessidade de: “[...] permanecer em contato tão estreito quanto possível com os nativos, o que na realidade só pode ser alcançado pela residência efetiva em suas aldeias” (Malinowski, 1978, p. 43), – devido à distância espacial existente entre a cidade que resido atualmente e aquela onde está situado o campo de atuação e os colaboradores da pesquisa. Mas se não estive presente de maneira intensa, em termos de convivência contínua no mesmo espaço físico, pude fazer uma “observação participante” (Foote-Whyte, 1975), sem prejudicar a continuidade da pesquisa e sem prejudicar minha relação com os colaboradores. Essa observação participante foi se dando na medida em que trazia alguns dados da pesquisa documental, facilitando, assim, minha aceitação dentro do grupo, que me considerava da família por causa do meu avô paterno.

Porém, a relação que se estabeleceu sempre foi de

alteridade, ou seja, sempre fui o diferente naquele grupo, o que não significou um distanciamento brutal nas relações. Assim, mesmo tentando ser membro da comunidade pesquisada, dando um mergulho total no campo, isso não ocorreu e não ocorrerá, pois, de acordo com Foote-Whyte: “aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas. Na realidade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total” (Foote-Whyte *apud* Valladares, 2007, p. 154).

Portanto, a metodologia baseada na observação participante, no contexto presente, foi o caminho encontrado para as conversas paralelas, trazendo a subjetividade dos interlocutores, seus sentimentos, etc; como, por exemplo, no dia em que encontrei, por acaso, o Senhor Nergipe e a Senhora Aldaci numa esquina e começaram a lembrar dos tempos em que a sede do Clube 24 ficava situada atrás da Matriz do Divino Espírito Santo, rememorando os antigos carnavais e festas do Clube a partir de algumas fotos que a Senhora Aldaci havia me emprestado; neste dia, a emoção daquelas pessoas era evidente ao se sentirem projetadas naquele tempo passado novamente, suas histórias de juventude e suas trajetórias individuais carregaram aquele encontro de nostalgia e passei a denominar aquele lugar de a esquina da saudade, pois todo encontro se deu entre as ruas Barbosa Neto e Quinze de Novembro, na cidade de Jaguarão.

Por vezes, pensei que estava virando membro da comunidade, como se fosse parte efetiva do quadro de sócios do Clube, chegando a pensar que deveria fazer algo mais pela instituição no que concerne à questão patrimonial (através da mobilização de um número suficiente de pessoas para manter intacta a sede do Clube), assim como à questão financeira. Mas percebi que meus colaboradores já haviam determinado qual seria a minha tarefa: mostrar para a sociedade jaguareense, de certa forma, mesmo que simples, que alguém se importava com a história daquela instituição e com a história de parte da comunidade negra da cidade. E foi assim, “nos limites de passar da observação participante [...]

para uma participação observante” (Prass, 2004, p. 28) que dei continuidade à pesquisa jornalística sobre o cordão União da Classe, mantendo atualizada a comunidade *agostiniana*, mesmo correndo o risco de “se perder enquanto sujeito teórico.” (Prass, 2008).

Foi desta forma que consegui me inserir dentro do Clube, conquistando a amizade e a confiança necessárias para seguir com meu trabalho; essa inserção se deu quando, em um churrasco, fui convidada para falar, expondo minha pesquisa e meus estudos para os diretores do 24 de Agosto. Desde então, fiquei conhecida como “a Jú” ou simplesmente “a guria que pesquisa o 24”.

2. Cordas, Cordões e Comparsas: O Cordão Carnavalesco do Clube 24 de Agosto no Carnaval Jaguareense.

O carnaval jaguareense do início do século XX teve inúmeras agremiações em estilo bloco, cordão ou ranchos carnavalescos, com destaque para o Troveja Mas Não Chove, que alegrou os carnavais da cidade até meados da década de 1940. Outro bloco, de nome muito interessante, tido pelo jornal “A Situação” como impagável, foi o Bloco da Ignácia ou Família Carrapatoza, que desfilou no carnaval de 1928 – sobre essa agremiação não foi encontrada nenhuma outra referência nos anos pesquisados, mas, pela descrição, parece ser um bloco humorístico (com encenação de pequenas peças teatrais cômicas ao longo do desfile) e não burlesco (evolução na avenida sem encenação teatral) –, assim como o cordão dos Sempre Vivas. Além desses grupos, animou as ruas da cidade um bloco chamado de Minas, que aparece na narrativa de Mestre Vado como um bloco formado por negras vestidas com indumentárias africanas, com turbantes e roupas brancas. O interessante desse grupo de Minas é o nome que mostra sua pertença à determinada etnia em um período fortemente “branqueador”¹ da cultura africana e afro-brasileira.

Tem-se, ainda, a notícia de que saía às ruas de

¹ Ver Domingues (2004).

Jaguarão o “alegre Zé Pereira”, referendado pelo mesmo periódico supracitado, assaltando diversos clubes do centro da cidade. Cabe dar destaque ao cordão dos Misturados e ao Cordão Bando da Lua, fundado em 1936, talvez sob a influência do famoso conjunto vocal, de mesmo nome, que tanto fez sucesso ao lado de diversos artistas brasileiros, em especial Carmem Miranda.

A tradicional Batalha das Flores (similar ao corso, só que os componentes que desfilam em cima dos carros são tomados por uma chuva de flores, daí o nome batalha das flores) não foi mencionada pelo jornal nos anos pesquisados. Já as festividades do Corso (pessoas fantasiadas em cima de carros de passeio) possuem notícias vinculadas à imprensa. Há que se dizer que havia um cordão carnavalesco chamado Fica Ahí, de designação igual ao Clube Carnavalesco pelotense; entretanto, nada foi encontrado para que se pudesse confirmar uma ligação de compadrio entre ambas as instituições.

No meio dessas inúmeras manifestações carnavalescas, a que mais ganhou destaque, através da imprensa, no carnaval jaguareense, foi o Cordão União da Classe. Diferente de outras agremiações, o Cordão União da Classe foi fundado dentro do Clube 24 de Agosto, para o carnaval de 1924. Embora haja indícios de que o cordão carnavalesco possuía atas de sua fundação e de doações, até o presente nada foi encontrado. O que se tem sobre essa manifestação diz respeito às reportagens veiculadas no jornal “A Situação” e às narrativas dos colaboradores da pesquisa. É interessante o termo *comparsa*, formada por militares – a maioria dos negros que fundaram tanto o Clube 24 como o cordão faziam parte do exército, pois a entrada de negros nessa instituição era comum para o início do século XX² – antes do tríduo momesco, como contou D. Tereza de Los Angeles.

O Cordão União da Classe surgiu, ao que tudo indica, a partir de uma *comparsa* organizada pelo Clube 24, que percorreu as ruas anunciando uma novidade para o carnaval de 1924. Essa passeata foi noticiada e recebida com alegria

² Sobre esse assunto ver Loner (1996).

pelos transeuntes que se encontravam no trajeto. Abaixo, trecho da reportagem: “Uma comparsa do Club 24 de Agosto percorreu ontem algumas ruas da cidade, puchada por excelente orchestra que mereceu elogios de quantos ouviram.” (A Situação, 22 de Fevereiro de 1924).

Esse termo *comparsa* não é recorrente em outros estudos sobre cordões carnavalescos. Para o presente, foram consultados os trabalhos de Germano (1999), Rosa (2008) e Loner & Gill (2007) e, ainda, a pesquisa de Simson (2007) sobre o carnaval paulistano, e nenhum faz menção à formação de comparsas antes do desfile oficial do folguedo. A performance em formato de passeata aparece para os estudos de cordões no Rio Grande do Sul, com o nome de *muamba* (uma grande “bagunça” que consiste em sair às ruas da cidade, sem organização e sem fantasias, com intuito de arrecadar dinheiro para o carnaval) .

Entretanto, a proximidade com o Uruguai, proporcionada pela intensa transítividade de pessoas na região de fronteira, em especial, a transítividade de músicos de ambos os países, leva a pensar que a *comparsa* seja influência do país vizinho. Esse termo designa a forma de desfile do Candombe, manifestação carnavalesca afro-uruguaia que se desenvolve ao som percussivo de três tambores, percorrendo as avenidas principais da cidade de Montevidéu, com a participação de personagens típicos. Esse termo *comparsa*, de acordo com Alfaro (2008), foi apropriado pelas *agrupaciones* de negros, ainda no século XIX, colocando, nesse modo de desfilar, a tradição dos tambores de Candombe.

Ao que tudo indica, essas *comparsas* uruguaias eram similares aos cordões carnavalescos brasileiros, pois possuíam nomes engraçados, estimulando o riso durante as festividades, e realizavam crítica social, como diz Alfaro: “la Comparsa Fomentista [...] em medio de las carcajadas generales, la comparsa parodiaba la fiebre especulativa de aquellos días al mejor postor cuanto caía em sus manos” (Alfaro, 2008, p. 17). O episódio narrado pela autora diz respeito à especulação imobiliária que ocorreu na segunda metade do século XIX, na cidade de Montevidéu, sendo

paródia da comparsa acima citada, realizada através de uma canção que ficou famosa naqueles dias de Momo. Outra semelhança existente entre essas manifestações carnavalescas é o repertório musical que, no final do século XIX e início do XX, era composto por polcas, mazurcas e valsas, notadamente influenciado pelo estilo europeu.

Além disso, essas comparsas uruguaias, à similaridade dos cordões jaguarenses, foram formadas a partir das Sociedades afro-uruguaias e “tais sociedades, nos dias de carnaval, constituíam-se em comparsas. Em 1870, os jornais [...] apontavam para a existência de três comparsas [...] todas organizadas a partir de Sociedades Filarmônicas.” (Guterres, 2003, p. 81). Esse fato indica que a comparsa jaguarenses está mais voltada ao carnaval afro-uruguaio, do que ao carnaval brasileiro.

Depois do anúncio da comparsa, o Cordão União da Classe fez sua primeira aparição numa terça-feira gorda do carnaval de 1924:

O traço mais frisante de originalidade foi dado pelo **bem organizado** cordão União da Classe. Composto por elementos do club 24 de Agosto, nada deixou a desejar. Primou tanto pela **uniformidade de trajes como pelas composições vocalizadas com o melhor gosto de precisão**. A curiosidade que despertou em nosso público foi enorme, seguindo-o, através das ruas da cidade, uma grande multidão de phantasiados e curiosos. (Jornal A Situação, 5 de Março de 1924)

Nota-se que a expectativa quanto ao desfile do cordão foi superada ao mostrar na avenida o bom preparo, tanto de suas fantasias como de suas canções compostas especialmente para o carnaval daquele ano. O que chama atenção nesse texto é a exaltação que o jornal faz ao cordão “composto por *elementos* do club 24 de Agosto” (grifo meu), pois não se pode deixar de lado que esse veículo de comunicação pertencia à elite branca da cidade.

Porém, todos esses preparativos em torno das

fantasias, das músicas, da evolução e o primado pela uniformidade durante os desfiles eram para passar, através da imprensa, uma imagem positiva de sua comunidade para os “outros”. Isso também ocorreu com os cordões populares em Porto Alegre: “valores como ordem, disciplina, organização, associados aos blocos e cordões populares também eram exaltados pela imprensa, que funcionava como legitimadora e normatizadora de padrões de comportamento.” (Íris Germano, 1999, p. 141). Mestre Vado lembra:

Eram moças e rapazes, então era bem ensaiado e a gente saía a cantar nas casas, mandavam um ofício e a pessoa esperava e depois davam um envelope ali com um dinheiro e saía de um e ia a outro. Saía de tarde e voltava de noite e depois de noite tinha o baile que ia até um pedaço e naquele tempo era lindo. (entrevista concedida por Mestre Vado)

Ainda sobre essa questão, Marcus Rosa, em estudo recente sobre cordões carnavalescos populares da capital, diz que: “as preocupações [...] giravam em torno de dois elementos principais: os instrumentistas e os trajes festivos. Ambos denunciavam a importância que os próprios foliões atribuíam à sua auto-imagem pública e ao desempenho carnavalesco durante os desfiles.” (Rosa, 2008, p. 62).

Isso implica um desfile altamente organizado e com impecável precisão nas “composições vocalizadas com melhor gosto”, pois desta forma estariam evitando as “caracterizações depreciativas que sobre eles pesavam em suas vidas cotidianas.” (Rosa, 2008, p. 54). O contexto prova essa depreciação a partir do escamoteamento do negro na nova sociedade de classe. Portanto, o cotidiano carnavalesco aparece aqui não só como um momento de suspensão dos papéis sociais, mas como um legitimador da “boa imagem” para o período pós-carnaval, objetivo que os negros almejavam ao se apresentarem de maneira organizada, com fantasias impecáveis e um bom gosto musical impresso nas suas orquestras.

Para ilustração desse tipo de agremiação carnavalesca, abaixo reproduzo uma fotografia do Cordão Carnavalesco União da Classe, que, apesar de não estar datado, permite afirmar que se tratava do início do século XX, pelo estilo de disposição dos seus integrantes, pelas fantasias iguais a todos e pela orquestra com ausência de instrumentação percussiva.



Cordão Carnavalesco União da Classe.

Essa imagem é muito significativa e só vem ratificar a ideia de que a comunidade negra aproveitava o momento liminar (Turner *apud* Dawsey), ou seja, de inversões e suspensão dos papéis sociais, do carnaval para produzir uma imagem diversa daquela que lhe era imposta no restante do ano.

Isso pode ser percebido, dentre outras coisas, pelo estilo de fantasia utilizado pelos integrantes do Cordão União da Classe que: “revela mais que oculta, já que uma fantasia, representando um desejo escondido, faz uma síntese entre o fantasiado, os papéis que representa e os que gostariam de desempenhar.” (DaMatta, 1997, p. 61).

Por isso que, ao se encontrarem em dificuldades financeiras – como ocorreu com o União da Classe no

carnaval de 1930 –, os cordões carnavalescos ligados à comunidade negra não desfilavam, já que o carnaval não era visto como um folguedo só para o divertimento, mas como uma forma de tentar construir uma boa imagem diante de uma sociedade que os excluía, tentando ficar distantes dos estigmas do cotidiano. Daí, o sentido da uniformização dos trajes, correção de postura durante os desfiles e principalmente: vocalidades impecáveis, instrumentistas bem ensaiados e, preferencialmente, canções feitas pelo próprio grupo.

Há que se dizer, ainda, que o carnaval representa uma quebra na estrutura social, porquanto é um momento em que o tempo lógico é suspenso em favor de um tempo cósmico, é o “extraordinário construído pela e para a sociedade” (DaMatta, 1997, p. 47). A partir dessa quebra, desse extraordinário necessário, que os negros viram a oportunidade de retirar-lhes os elementos depreciativos, como, por exemplo, a malandragem. Portanto, pode-se afirmar que o festejo carnavalesco possuía um sentido político muito forte, pois, ao servir como construtor de um padrão social de conduta, deixa de lado, por alguns instantes, sua característica de “suspensão” para ser encarado com seriedade por parte da comunidade negra.

2.1 – Cordas, Cordões e o Hibridismo Cultural

São escassos os estudos sobre o surgimento desse tipo de organização carnavalesca, seja pelo formato peculiar como se apresentava às ruas, em fila indiana, representando uma espécie de corda, seja sobre o sentido de “profanação” dos ritos católicos do século XVIII, há muito estudado por pesquisadores do tema. Esses questionamentos são importantes, na medida em que se observa a questão da performance desses cordões (em estilo procissional com os integrantes de mãos dadas, ou em fila indiana) durante a evolução na avenida – seria reducionista afirmar que os cordões são um derivado das procissões católicas do Brasil colônia, dessa maneira, está-se excluindo uma gama de

trocas culturais vinculadas a esses folguedos.

A primeira notícia sobre os cordões carnavalescos remonta à segunda metade do século XIX, com a repressão ao entrudo, como visto anteriormente e, de acordo com Tinhorão:

O povo lembrou-se de paganizar a estrutura das procissões e no correr da segunda metade do século XIX apareceram os *cordões*. Os cordões [...] constituíam uma sobrevivência das alas de certas procissões, como a de Nossa Senhora do Rosário – em que se permitiam cantos e danças de caráter dramático. (Tinhorão, 1975, p. 113).

Como se vê, Tinhorão levantou a hipótese de profanação dos ritos católicos, ao passo que, fazendo isso, excluiu as mesclas (Néstor Canclini, 2003) culturais entre brancos e negros, comuns numa sociedade colonizada, como é o caso da brasileira. Levando em consideração que este tipo de manifestação carnavalesca, ocorreu em todo Brasil, não faz sentido concluir que os cordões carnavalescos surgiram de um ato de profanação de determinado culto religioso.

Para Olga Von Simson, o folgado carnavalesco em estilo corda teria sido originado a partir de outras festas afro-brasileiras: “destacam-se duas influências culturais. A primeira, mais antiga e negra, diz respeito às festas de caráter profano-religioso – como a congada, moçambique e o próprio samba de Pirapora.” (Simson, 2007, p. 115). Essa autora ainda coloca outras influências para o surgimento dessas organizações, como, por exemplo, a partir de outros folguedos, o cinema e o teatro de revista, dentre outros.

Tomando ainda como referência o contexto geográfico da cidade de Jaguarão, pode-se dizer que essas organizações também tiveram influências culturais do país vizinho, Uruguai. Desde os tempos coloniais, já se tem notícias dos primeiros folguedos afro-uruguayos, tendo o candombe – que possui uma forma procissional de desfile, podendo apresentar-se, também, parado, nos chamados tablados e em teatros, formando cordas

de tambores –, originado-se a partir das coroações de reis Congos, uma das vertentes culturais que compõem a estrutura dos cordões brasileiros:

Sin perjuicio de tales antecedentes, la década de 1890 marca un antes y un después en la articulación del carnaval montevideano com el candombe, cerimonia ritual de origen africano em la cual, desde los tiempos de la colônia, los negros recreaban la coronación de los reyes congos. (Alfaro, 2008, p. 18)

A autora supracitada, assim como Simson, abre outro caminho para o surgimento dos cordões carnavalescos, a partir, no caso da fronteira jaguareense, do candombe, substituindo os tambores pelas vozes femininas do União da Classe. Trata-se, portanto, de uma manifestação com várias estruturas, podendo ser considerada dentro das chamadas culturas híbridas. A hibridação “aparece hoy como el concepto que permite lecturas abiertas y plurales de las mezclas históricas [...] contribuye a identificar y explicar múltiples alianzas fecundas.” (Canclini, 2003, p. 3).

Mestre Vado traz outra possível vertente cultural de influência na formação dessas cordas de carnaval, ao se lembrar dos cordões funerários africanos, realizados pelos antigos escravos jaguareenses, radicados à rua do cordão, após o fim da escravidão – apontando, também, para a fundação da umbanda na cidade –, conhecidos por cordão da mão dada, que consistia em:

Tinha um costume, lá da terra deles, a África, que batiam tambor e choravam nos enterros, faziam preces e aquelas tradições deles, na volta de uma mesa de mão dada, uma espécie de um cordão assim e rodavam e giravam e rezavam e daí tiraram a umbanda [...] era costume lá da África, que eles traziam tradição, de chorar nos enterros e tudo. (entrevista concedida por Mestre Vado)

Portanto, esse ritual funerário também aparece como referência para a formação dos cordões carnavalescos. Trajano Filho, numa pesquisa realizada sobre carnaval de São Tomé e Príncipe, ratifica essa ideia e ainda faz a seguinte proposição: “carnaval em formato de cordão pode ser resultante de uma fusão do antigo teatro medieval português com práticas funerárias africanas, onde se homenageava o falecido visitando a casa dos parentes, para contar histórias de forma cantada” (Trajano Filho, 1992, p. 9).

Neste sentido, percebe-se que existem três estruturas na formação das cordas carnavalescas: as antigas festas de coroação dos reis congos, as procissões religiosas do século XVIII e os cordões funerários africanos. Dessa banda, os cordões carnavalescos são um híbrido, pois “a mera qualificação de uma forma estética como híbrida implica a existência de outras que certamente não são híbridas.” (José Jorge de Carvalho, 2000, p. 6), e essas outras formas estéticas foram identificadas, estando presentes em três estruturas.

Essa manifestação carnavalesca, com um jeito de desfilar regrado, de mãos dadas ou até mesmo em fila indiana (como ocorreu nos cordões da década de 1950), de forma procissional, como se estivessem levando um corpo já morto, remetendo às visitas que realizavam na residência de pessoas mais próximas, pode ser considerada um híbrido proveniente das mais variadas culturas, tanto portuguesas, à época do Brasil colonial, como africanas e, para Jaguarão, uruguaias.

Esse fato mostra que existiram múltiplos processos de trocas e até mesmo negociações culturais, entre brancos e negros, criando organizações, que, ao mesmo tempo pertenciam à ordem moralista da sociedade branca – que condenava os folguedos africanos – e à ordem social dos afro-brasileiros, que, por utilizar a estrutura performática das procissões, puderam manter alguns resquícios da sua cultura de origem.

3. “Somos o Suco do Carnaval!” O Cordão União da Classe e a Marchinha Carnavalesca

O cordão União da Classe; O cordão da mocidade; Vem hoje mostrar-se alegre; Ao povo desta cidade. Nesta cidade querida; Não tem, nem teve rival; É o sucesso do dia; O suco do carnaval. (Jornal “A Situação” 5 de Março de 1924)

Quando pensamos em carnaval, atualmente, logo vem à mente os grandes desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, suas grandes alegorias, fantasias enormes, ornadas com plumas e lantejoulas e, principalmente, na sua grande bateria, o chamado coração de cada escola. A música de carnaval que hoje toma conta dos bailes, festividades e desfiles são de dois tipos: samba enredo e *axé music*, sendo que esta última vem ocupando um espaço significativo nos últimos vinte anos.

O que não passa pela nossa cabeça é que, até chegar ao tipo de música que escutamos hoje, seja em festividades distintas do período carnavalesco, seja nos dias dedicados a Momo, passaram-se vários séculos de trocas culturais, recebendo influências diversificadas que deram origem a esse caldeirão de ritmos característicos do Brasil.

Esse trabalho, evidentemente, não tratará de todos os gêneros musicais que existiram no Brasil, desde a sua descoberta até o período recente de nossa história. Fará, entretanto, um recorte sobre os sons produzidos pelos negros, desde os tempos da colonização até o apogeu das músicas feitas para carnaval, com ênfase às marchinhas carnavalescas que tanto sucesso fizeram.

Apesar de escassas as notícias sobre os primeiros sons produzidos pelos negros no Brasil, há indícios, desde o século XVII, quando um senhor de engenho chamado Baltazar de Aragão ostentava “uma banda integrada por 20 ou 30 escravos, dirigidos por um vizinho de Marselha.” (Tinhorão, 2008, p. 32). Não se pode pensar, entretanto, que o Brasil

passou mais de cem anos em silêncio, os primeiros sons reproduzidos em terras brasileiras vinham de dentro das igrejas, como relatado pelo padre José de Anchieta em 1584, quando meninos indígenas “fizeram suas danças à portuguesa, com tamboris e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses.” (Tinhorão, 2008, p. 32). Existem os registros de pintores, que retratam o cotidiano da colônia portuguesa, nos quais podem ser encontrados escravos com seus instrumentos ou ainda em posição de dança.

Em 1645, escravos pernambucanos entoavam cânticos de guerra na luta contra a expulsão dos holandeses: “levantaram logo todos os circunstantes as vozes... e banhados de alegria, aclamaram por três vezes a vitória, e a celebraram ao som de charamelas, caixas e trombetas.” (Frei Manuel Calado *apud* Tinhorão, 2008, p. 34).

Os sons que ficaram marcados como tipicamente africanos dizem respeito aos “batuques”, descritos de forma genérica pelos colonizadores, como provenientes dos cultos afro-religiosos, executados pelos escravos nas fazendas. Porém, deve-se olhar com desconfiança essas generalizações, pois nem todos os toques de tambor são de origem religiosa, embora os mais significativos para o período e que mereceram algumas páginas nos relatos dos viajantes fossem os sons dos *calundus* ou *calundu*, que Tinhorão descreve como uma “cerimônia religiosa de escravos”.

Os registros mais antigos dessas manifestações dos escravos ficaram a cargo do famoso e debochado poeta Gregório de Matos Guerra. Em seus poemas, ele traz representações de escravas possuídas por algumas divindades, as quais davam o nome de *calundus*. De acordo com Tinhorão, tratava-se de “cerimônias religiosas que, por incluírem a invocação das entidades chamadas *calundus* [...] acabariam passando esse nome aos sons de seus batuques.” (Tinhorão, 2008, p. 37)

Sobre as composições de Gregório, o autor supracitado diz se tratar de dois poemas “da sua fase na Bahia”: a primeira, um romance, sempre trazendo a mulher negra como

sedutora e possuidora dos *calundus*; a segunda narra um relacionamento sexual entre um frei franciscano e uma escrava que estava possuída pelos *lundus* durante o ato sexual.³

O importante de reter sobre essas manifestações religiosas e sua musicalidade, ocorridas no tempo da colonização, é que a partir delas, possivelmente, originaram-se dois gêneros musicais brasileiros – os quais são, na verdade, uma mescla de ritmos portugueses, afro-brasileiros e africanos – o lundu (umbigada) e o samba.

O surgimento do samba ainda é um mistério, pois há, em sua estrutura rítmica, inúmeras vertentes culturais, e autores como José Bittencourt, apontam para os tambores do jongo como uma dessas vertentes. Já José Tinhorão aponta para o lundu, que virou canção em meados do século XIX, mesclando-se com outros gêneros musicais, como a polca, na virada de um século para outro, como outra vertente para o surgimento do samba. Essa discussão é longa, e ainda não se tem uma definição concluída de quais estruturas originaram o samba; o que se percebe é que se trata, novamente, de uma estrutura híbrida, pois possui mais de duas influências culturais não mescladas.

É sobre esse gênero musical que se sustentará o carnaval a partir da década de 1940, com o aparecimento dos primeiros sambas-enredo para as escolas de samba. Entretanto, antes do samba tornar-se música, digamos “oficial” do carnaval, outros gêneros tomaram conta das ruas e dos salões. Cabe ainda destacar que o entrudo, considerado o ancestral do carnaval, não possuía animação através de sons, mas apenas constituía-se numa grande loucura de jogos de limões de cheiro e água suja.

Os primeiros gêneros musicais para o carnaval apareceram com o surgimento dos bailes públicos de salão à moda europeia, promovidos por uma trupe de teatro italiana radicada na corte, introduzindo artigos carnavalescos como o confete, a serpentina e a polca. Para Tinhorão, esse foi o

³ Sobre esse assunto ver Tinhorão (2008).

primeiro ritmo musical vinculado ao carnaval. A polca surgiu em 1844 e consistia em: “dança de par enlaçado europeia” (Tinhorão, 1975, p. 112).

Além da polca, existiam outros dois gêneros musicais ligados ao carnaval: as valsas e as mazurcas. Embora esses últimos ritmos tenham feito sucesso no Brasil, a polca, para o carnaval, fazia mais sucesso devido ao seu andamento acelerado em compasso binário. Essas primeiras músicas incorporadas ao carnaval podem ser consideradas *carnavalizadas*, ou seja, gêneros musicais que fizeram parte dos festejos carnavalescos, na segunda metade do século XIX, mas que não foram compostas para aquele tipo de festividade. O sentido de *carnavalizado* diz respeito à simbologia carnavalesca que amplia o conceito do carnaval, dando características carnavalescas para músicas não carnavalescas.⁴

Entretanto, as primeiras músicas dedicadas ao carnaval não demoraram a surgir. Dentre essas, destacamos as marchinhas carnavalescas que, segundo Tinhorão, apareceram com os primeiros cordões carnavalescos, sendo a primeira marcha – composta em 1899 - a pedido do cordão Rosa de Ouro – intitulada “Ó Abre Alas”, da maestrina Chiquinha Gonzaga, fazendo “sucesso entre os foliões na primeira década do século XX e até hoje símbolo de referência do carnaval carioca” (Dicionário Houaiss Ilustrado da Música Popular Brasileira, 2006, p. 326). Antes da marchinha, tem-se uma canção feita especialmente para carnaval, do cordão Flor de São Lourenço, de 1885.

As marchinhas carnavalescas, de compasso binário, com letras jocosas, por vezes críticas, possuíam uma cadência que Tinhorão afirma ser:

“[...] típica de compositores da classe média da década de 20, a marcha carnavalesca representava mais o resultado do impacto de marchas portuguesas divulgadas no Brasil por companhias de teatro

⁴ Para melhor compreender o conceito de *carnavalizado* em outros contextos, ver Bakhtin (2008).

musicado nos primeiros anos do século.” (Tinhorão, 1975, p. 126).

Além dessa influência portuguesa, as marchinhas carnavalescas têm muito do ritmo da marcha militar com “andamento acelerado, melodias simples e comunicativas” (André Diniz, 2006, p. 93). Esse andamento acelerado é considerado por Tinhorão como facilitador do andamento na avenida e, lembrando as estruturas dos cordões carnavalescos e sua performance na avenida, pode-se constatar que essa afirmação faz sentido ao pensar que o andamento daquela forma de organização carnavalesca deveria ser mais embalada pela sua característica procissional.

Essas canções não foram um gênero musical somente dos grandes centros do Brasil. No Rio Grande do Sul, figuraram muitos compositores desse estilo musical, dando destaque aqui a Lupicínio Rodrigues, que começou sua carreira musical como compositor de marchas carnavalescas para ranchos de Porto Alegre. Neste sentido, esse tipo de música se espalhou pelo País, chegando, dessa forma, ao carnaval jaguarense e ao Cordão União da Classe.

Mestre Vado, com sua lembrança musical, relata que algumas dessas marchinhas carnavalescas eram compradas pelo Quartel Militar da cidade (3º Regimento de Cavalaria General Osório) e vinham pelo correio. Essas canções eram de compositores famosos como Lamartine Babo, Noel Rosa e Ari Barroso e, de acordo com Vado, eram executadas de surpresa pelos componentes da orquestra do Cordão União da Classe:

Então naquele tempo não havia rádio, ninguém conhecia essas músicas, então quando o cordão entrava numa casa ele apresentava de surpresa; então eles não davam nem o nome das músicas, apitava ali, o apitador era o Teodoro Rodrigues, e diziam, samba número um, e a orquestra tocava e entrava cantando [...] só que os sambas de antes não eram uns sambas enfezados como os de hoje, eram tudo de mão dada, com aqueles passos certos, não requebravam, e faziam uma roda assim, e a orquestra no centro tocando. (entrevista concedida por Mestre Vado)

Esse samba a que se refere Vado, com andar mais lento, diferente dos sambas enredo de hoje, em tom mais acelerado, são as marchas carnavalescas, genericamente chamadas de samba – que serviam para a performance de mãos dadas do cordão, sem as danças requebradas das passistas da atualidade. O interessante dessa narrativa de Mestre Vado é o fato de a orquestra ocupar o centro da performance musical, rodeada por pessoas de mãos dadas, lembrando as celebrações funerárias dos antigos escravos jaguarenses, que levavam o falecido, no centro da roda, até o sepultamento. Na imagem do cordão, fica evidente o estilo performático narrado por Vado.



Cordão União da Classe em desfile na avenida 27 de Janeiro.
Ao fundo, a orquestra.

Essa performance em cortejo é facilitada pelo andamento rítmico das marchas carnavalescas, como bem refere Tinhorão. O Cordão União da Classe compôs, para o carnaval de 1924, seus primeiros sambas e marchinhas carnavalescas. Essas composições (trata-se de dois sambas

e duas marchas) foram publicadas pelo jornal “A Situação”. Entretanto, o que se possui dessas canções são apenas os textos poético-carnavalescos; os sons são baseados em audições e análises de marchinhas carnavalescas produzidas à época das marchas do União da Classe.

Nessas músicas, percebe-se elementos étnicos, de coletividade e unidade, da uniformidade e maestria do cordão, vitorioso em suas competições carnavalescas. A marchinha escolhida para análise nesse estudo foi a de número 2, publicada em 5 de março de 1924, causando surpresa aos transeuntes que acompanhavam a peregrinação carnavalesca do União da Classe

Marcha 2

Avante oh **companheiros**, vamos
brincar;
Com alegria, **unidos**, vamos
saudar;

Nosso rei da folia sejamos bem
unidos;

Para nosso **cordão honrar**;
Pela entrada do carnaval;

Saudando o povo em geral;

CORO

Ao **nobre povo agradecemos**;
Do fundo d’alma e do coração;
Os applausos que são tributados;
A este modesto cordão;

2

Sigamos para frente
Despreocupados e **sem temor**;
Que este bloco no mundo;
Não encontra competidor;

Dizem, eu não afirmo;
Mas aqui a voz é geral;
Se não sahisse esse cordão;
Não haveria carnaval;

CORO

Ao nobre povo agradecemos;

Grupo há por toda parte;

É fácil coisa de fazer;

Mas como o nosso não há, não há;

Inda é preciso nascer;

Nosso cordão é batuta;

Rapaziada destemida;

Quem não goza o carnaval;

Não tem prazer nesta vida.

As palavras em destaque são apenas ilustrativas do discurso que os integrantes do cordão desejavam passar. Longe de se propor uma análise de discurso, a marchinha aqui é vista como um modo legitimador do comportamento da comunidade negra jaguareense, como afirma Germano. Ou seja, mostravam-se humildes e organizados, comprometidos com aquele mundo inverso do carnaval, como explicitado

antes, sendo o carnaval uma oportunidade de retirada dos estigmas negativos que recaíam sobre os recém-libertos.

Dessa canção, nos restou esse texto. O sentimento durante a audição dessa música, a performance durante a execução e a emoção que causava no público somente se pode imaginar. Entretanto, além do descrito acima, é possível perceber elementos que indicam como se apresentavam na avenida, suas reverências ao povo e o gosto deste por suas canções. Como afirma Ruth Finnegan: “tomar a canção e a poesia [...] não como texto, mas como performance” (Finnegan, 2008, p. 18).

Assim, essa marcha carnavalesca faz parte da performance que ela integra: o texto poético carnavalesco, a evolução na avenida e o som que outrora foi produzido durante as apresentações. Essa proposta que Finnegan traz, se deu por conta da importância que os primeiros estudos sobre música davam à palavra escrita. O sentido da canção pode ser encontrado muitas vezes em uma conjunção entre o texto, a música e a execução da performance.

Não se pode deixar de lado o contexto da produção desse som e do texto carnavalesco, por quem ele foi produzido e para quem. A marcha, enquanto ritmo carnavalesco, mal havia se consolidado no cenário musical, e o samba ainda era incipiente criação – o primeiro samba gravado data de 1917. Portanto, as letras dessas canções do União da Classe tinham um público em específico e serviam para um determinado fim. Lembre-se novamente que essas composições datam do início do século XX, numa cidade de fronteira, recém-saída da escravidão, assim como o resto do País, motivo pelo qual suas letras têm o peso de conseguir transmitir a boa conduta desses novos cidadãos, incorporados à sociedade por uma simples assinatura de libertação.

O primeiro verso da canção interpela os “companheiros”, convidando os membros do cordão União da Classe para

brincar⁵ no carnaval. A ideia dessa expressão é a de coesão dentro de sua classe, ratificada pela palavra “unidos” do próximo verso. De acordo com Alejandro Frigerio, essa unidade demonstra a coletividade do grupo, reiterada pela nomenclatura do cordão, o que, desde o princípio, transmite a ideia de unidade dos seus integrantes, não só enquanto organização carnavalesca, mas também enquanto organização clubística.

Ser de uma classe, para o caso dos afro-uruguayos e afro-argentinos pesquisados por Frigerio, significava ser negro e pertencente a uma classe, também no sentido de coletividade: “a expressão classe quer dizer negro, de cor, e a *classe* implica a coletividade em seu conjunto” (Carmona *apud* Frigerio, 1993, p. 4). Pode-se dizer que esse mesmo sentido ocorre com o Cordão União da Classe, pois não somente nessa canção transparece a ideia da unidade e da coletividade, mas também numa reportagem sobre o batismo de seu estandarte, em que o cordão: “concitou os seus companheiros a serem sempre unidos, fazendo da denominação desse cordão um verdadeiro lema.” (Jornal “A Situação”, Fevereiro de 1933).

Logo a seguir, a canção pede para saudar o “nosso rei da folia”. Essa frase parece remeter à identidade étnica do grupo, isso porque, no começo do século XX, era costume invocar ao Deus Momo, ou ao Deus Fanfarrão para fazer parte dos préstitos carnavalescos, e não saudar a um rei. Como já referendado, uma das vertentes estruturais de formação das cordas carnavalescas provém da cultura afro-brasileira e africana, mais especificamente das coroações dos reis congos, podendo-se pensar que a prática de saudar ao rei da folia seria influência dessa estrutura longínqua.

As palavras neste contexto constituem “unidades mínimas ideológicas [...] de análise e a partir delas, de suas combinações e sistematizações que é possível reconstruir não

⁵ Brincar ou ser brincante no carnaval diz respeito à forma lúdica que cada pessoa incorpora seu personagem. Sobre esse assunto, ver Leão e Freitas (2008).

só um sistema de classificação [...] mas formulações de caráter ideológico do universo estudado.” (Gilberto Velho, 1982, p 66). As unidades mínimas ideológicas - como unidade, classe, companheiros e rei da folia - servem para mostrar a coesão de um grupo étnico e construir uma boa imagem, em oposição àquela produzida pela sociedade branca que os vigiava e ditava padrões morais, pois os dias dedicados a Momo tinham um significado político para os integrantes do cordão e para os associados e frequentadores do Clube 24 de Agosto.

Portanto, o carnaval, como um fenômeno liminar, capaz de suspender as atividades do mundo lógico e racional, propício para construção ideológica da boa imagem dos negros na sociedade jaguareense, serve também para: “revitalizar estruturas sociais e contribuir para o bom funcionamento dos sistemas, reduzindo as tensões e ruídos” (Dawsey, 2005, p. 168). Neste caso, a música serve como um agenciador e até mesmo facilitador dessa construção, ao trazer em suas estrofes elementos que valorizam a comunidade negra de Jaguarão, em especial aqueles ligados ao Clube 24. Como bem afirma Nettl: “em cada cultura a música funcionará para expressar, de forma particular, uma série de valores” (Nettl *apud* Seeger, 1992, p. 17).

“Agradecer ao nobre povo”, ser “batuta” e “rapaziada destemida” só corrobora a ideia de que a música é agenciadora desse processo de integração do negro e de construção de sua nova ética social, de trabalhador honesto, livre dos vícios e da malandragem. Claro que não se pode pensar que a letra dessa canção tenha a força de apagar estigmas perpetuados sobre os negros durante séculos, mas que contribua para a legitimação do processo e dos componentes envolvidos na composição e representação da marchinha, da música e de seus elementos, tais como: o ritmo, a melodia, a harmonia das vozes, a letra e a performance uniformes na avenida, além do público (audiência, como refere Anthony Seeger (1992), que possuía certa expectativa.

Portanto, a canção carnavalesca do União da Classe,

além de ajudá-lo em sua evolução e performance ao longo do desfile nas ruas jaguarenses, também transmitia, a partir da letra, o sentido que possuía o carnaval para os negros daquelas organizações, ou seja, de que defendiam o caráter da identidade do grupo em “forma musical” (Seeger, 1992). Se o som executado pelo Cordão União da Classe pudesse ser reproduzido em conjunto com sua performance e letra, teríamos o panorama completo, tanto musical, como das técnicas corporais de seus integrantes; mas, para o presente estudo, a imaginação deixará que esse “modesto cordão” desperte, em outros carnavais, sua performance e sonoridade, há tempos adormecida.

Fragmento de Samba em Homenagem ao Cordão União da Classe.

União da Classe é luta!
União da Classe, batuta!
União da Classe, alegria geral
*O suco do Carnaval!*⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBIN, Ricardo Cravo. *Dicionário Houaiss Ilustrado da Música Popular Brasileira*. Editora Paracatu, Rio de Janeiro, 2006.
- ALFARO, Milita. *Memórias de La Bacanal*. Vida y milagros Del carnaval montevidiano (1850-1950). Ediciones de La banda oriental, Montevideo, 2008.
- BAKHITIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Hucitec, São Paulo, 2008.
- BARTH, Frederik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT & STREIFF-FENART. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- BARRETO, Álvaro. *Dias de Folia: o carnaval pelotense de 1890 a 1937*. Pelotas: Educat, 2003.
- BITTENCOURT, José. *Jongo o avô do samba*. *Caderno Virtual de Turismo*, vol. 2, Rio de Janeiro, 2002.

⁶ Samba composto pela autora do presente artigo, em parceria com Josete Vignolle.

CANCLINI, Nestor García. *Noticias recientes sobre la hibridación. Universidad Autónoma Metropolitana, México: Revista Transcultural de Música, 2003.*

CARVALHO, A. P. C. O "Planeta": apontamentos sobre a invisibilidade dos negros no RS e seus reflexos no campo da cidadania. *Humanas* (Porto Alegre), v. 26/27, p. 179-191, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. *Um panorama da música afro-brasileira, parte I dos gêneros tradicionais aos primórdios do samba. Série Antropologia, 275, Brasília, 2000.*

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Editora Unicamp, São Paulo, 2001.

COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça no Brasil. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, p. 35-61, 2002.*

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1997.

DAWSEY, John. Turner, Benjamim e a antropologia da performance. *Campos 7 (2): 17-25, 2006.*

_____. *Victor Turner e antropologia da experiência. Cadernos de Campo, nº 13: 163-176, 2005.*

DINIZ, André. *O Almanaque do Samba*. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Almanaque do Carnaval*. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma História não Contada*, cap. 5: O ideal de Branqueamento, p. 253-300, SENAC, São Paulo, 2004.

ESCOBAR, Giane. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em patrimônio cultural da Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FILHO, Wilson Trajano; *O Auto de Carnaval em São Tomé e Príncipe: Fato e Texto. Série Antropologia 124, Brasília, 1992.*

FINNEGAN, Ruth. *O que vem primeiro: O texto, a música ou a performance? Palavra cantada: ensaios sobre a poesia, música e voz*. MATOS, Cláudia N.; TRAVASSOS, Elizabeth; MEDEIROS, Fernanda (org.). Rio de Janeiro, Viveiros de Castro Editora, 2008.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e Coisas da Fronteira Sul. Ensaios Históricos*. Editora Sulina, Porto Alegre, 2001.

FRIGERIO, Alejandro. *El Candombe Argentino: Crónica de una morte anunciada. Revista de Investigaciones Folklóricas*, facultade de Filosofia y Letras – Universidade de Buenos Aires, 1993.

FRY, Peter. *A persistência da raça*. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

- FOOTE-WHYTE, Willian. "Treinando a observação participante." In: A. Zaluar (org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1975.
- GERMANO, I. G. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 1999.
- GILL, Lorena; LONER, B. A. *Os clubes carnavalescos negros de Pelotas*. In: *3º encontro escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2007.
- GOMES, Fabrício. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Unisinos, São Leopoldo, 2008.
- GONÇALVES, Renata de Sá. *Ranchos Carnavalescos e o Prestígio das Ruas: territorialidades e sociabilidades no carnaval carioca da primeira metade do século XX. Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, n. 1. p. 71-80, 2006.
- GUTERRES, Lilliane. *La gente de Ansina. Performance, tradição e modernidade no carnaval da "comparsa de Negros e Lubolos Sinfonia de Ansina" em Montevideo/Uruguay*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia social da UFRGS, Porto Alegre, 2003.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *Arquivos e a interdisciplinaridade: algumas reflexões. Seminário CPDOC 35 anos: a interdisciplinaridade nos estudos históricos*. Rio de Janeiro, 2008.
- LANGDOM, Esther. *Performance e sua diversidade como paradigma analítico: a contribuição da abordagem de Bauman e Briggs. Ilha Revista de Antropologia*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006
- LEAL, Caroline. *Vozes carnavalescas: Construções identitárias através das escritas de si. Revista Litteris*, São Paulo, 2009.
- LEÃO, José. FREITAS, Joseania. *Brincantes do carnaval: marcas de africanidade em trânsito no Brasil – Caribe – Brasil. Anais do V simpósio internacional do centro de estudos do Caribe no Brasil*. Salvador, 2008.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Capítulo I: Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Editora Abril, São Paulo, 1978.
- NUNES, Juliana dos Santos. *Entre comparsas e cordões: o caso do União da Classe. II Encontro Internacional de Ciências Sociais, Pelotas*, 2010.
- _____. *Músicos e operários dividindo o mesmo coreto: banda do círculo operário e cordão União da Classe numa possível relação. Seminário Internacional Bioma Pampa, Jaguarão*, 2009.
- OLIVEIRA, Fernanda. *Raça, sociabilidade e identidade num clube*

pelotense: Clube carnavalesco negro Fica Ahí Pra ir Dizendo (1938-1943). Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Ufpel, Pelotas, 2008.

ORTIZ, Renato. *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX*. Cadernos CERU nº 17, 1982.

PARANHOS, Adalberto. *A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo*. Revista *Artcultura*, Uberlândia, 2006.

PRASS, Luciana. Saberes musicais em uma bateria de escola de samba. Uma etnografia entre os Bambas da Orgia, cap. I Entre os Bambas da Orgia, p. 23-53. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Editora UNESP, São Paulo, 1998

ROCHA, Ana Luiza. ECKERT, Cornélia. *Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração*. Revista *Iluminuras*, UFRGS, Porto Alegre, 2000.

ROSA, Marcus. *Quando Vargas Caiu no Samba; Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da UFRGS*, Porto Alegre, 2008.

SEEGER, Anthony. "Etnografia da Música". In: *Myers, Helen. Ethnomusicology. An Introduction*. Londres, 1992.

SIMSON, Olga Von. *Carnaval em Branco e Negro*. Carnaval popular paulistano 1914-1988. Campinas: Editora Unicamp, São Paulo, 2007.

SHUCH, Patrice. *Etnia e classe social: uma análise comparativa*, Porto Alegre, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. *Pequena História da Música Popular*. Editora: Círculo do Livro, São Paulo, 1975.

_____. *Os sons dos negros no Brasil*. Cantos, danças, folguedos: origens. Editora 34, São Paulo, 2008.

VALLADARES, Licia. *Os dez mandamentos da observação participante*. Revista *Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, nº 63, São Paulo, 2007.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana. In: *estudo de antropologia social*, Rio de Janeiro, 1982.

ZANINI, Maria Catarina. *Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil)*. REDES, V. 13, nº 3, p. 140-163, Santa Cruz do Sul, 2008.

FONTES CONSULTADAS

Atas do Círculo Operário Jaguarense de 1911 – 1922

Jornal "A Situação" de 1918 – 1939

Entrevista com Mestre Vado – realizada em 2008

Entrevista com Nergipe Machado – realizada em 2009

Entrevista com D. Cibele – realizada em 2010

Entrevista com D. Tereza de Los Angeles – realizada em 2010

Estatutos do Clube Social 24 de Agosto de 1964

Estatutos do Círculo Operário Jaguareense de 1948

Fotos do Cordão União da Classe – acervo de D. Aldaci, D. Tereza e ex-presidente do Clube Getúlio (*in Memoriam*)

Site sobre candombe – www.candombe.com – visitado em janeiro e outubro de 2010.

Diários de Campo de 2009 e 2010.

PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO: O CLUBE NEGRO FICA AÍ PRA IR DIZENDO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PRÓ-MEMÓRIA SOCIAL

Tony Willian Boita^{*}

*Dedico este trabalho à memória
Rubnei Silva Machado*

1. Considerações Gerais

O presente artigo visa apresentar a concepção e o processo de consultoria realizado, por mim, ao Clube Cultural Fica Aí Pra Ir Dizendo, por intermédio do convite realizado pelo tesoureiro e responsável técnico do presente projeto, Rubnei Silva Machado, a quem dedico este trabalho. Tais atividades se realizaram durante o primeiro semestre de 2013, nas dependências do Fica Aí, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, durante a gestão do presidente Raul Borges Ferreira. Tal projeto conquistou o título de Ponto de Cultura, através do edital de chamamento e seleção de entidades para o desenvolvimento do projeto “Rede RS de Pontos de Cultura”.

Em virtude do seu conjunto de ações no campo da cultura, a iniciativa de inscrever o projeto se deu por desejo do grupo de frequentadores que, tanto em reuniões quanto em eventos distintos, manifestou o interesse em se integrar à Rede dos Pontos de Cultura, tendo em vista o caráter afirmativo do programa, tão familiar a ações do clube. No

^{*} Consultor do Projeto Ponto de Cultura Fica Pra Aí Dizendo; Graduando em Museologia da UFG; Agente Jovem de Cultural SCDC/Minc (2012-2014)

entanto, cabe ressaltar que Pelotas ainda não possuía nenhum Ponto de Cultura ou iniciativa similar.

Por fim, e para a melhor compreensão deste trabalho, apresentaremos alguns conceitos em processo, ou seja, aspectos que ainda estão em construção e que não necessariamente poderão ser aplicados em outro estudo de caso. Tal problemática define-se pelos diversos conceitos de diferentes áreas que abarcam as iniciativas de memória, museologia social e patrimônio cultural. Compreendemos como comunidades o conceito construído coletivamente pelos membros e membras da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias de Memória e Museologia Social do Rio Grande do Sul – REPIM – RS, em 2013, na cidade de São Miguel das Missões, que define:

Grupos ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social unidas por vínculos históricos relacionados a aspectos territoriais, étnicos, culturais e/ou de gênero, em especial quando movidas ou organizadas em prol da defesa humana e promoção do Direito à Memória e à História, assim como a outros tópicos dos Direitos Humanos e Culturais.(Carta das Missões, 2013, p. 2)

Compreende-se como Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (Decreto nº 6.040, 2007, 01). Por fim, entende-se como patrimônio imaterial;

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos, e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades

e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

2. Apresentação

Fundado em 1921, na cidade de Pelotas, o Clube Social Negro Fica Aí tornou-se um espaço de memória, resistência, política e confraternização para a população afro-brasileira. A presente proposta voltada ao Ponto de Cultura Fica Aí objetiva problematizar o racismo, a vulnerabilidade social, o preconceito de gênero, bem como promover e fomentar a cultura da realização de um mapeamento das organizações lúdicas e religiosas, manifestações expressivas e /ou agentes culturais e portadores de saberes relacionados aos valores culturais de matriz africana da região. Para tal, fortalecerá as ações já desenvolvidas pelo Clube Social Negro Fica Aí desde 2009, com a criação do departamento de Cultura Afro, que oferece, semanalmente, oficinas de capoeira e dança afro, anualmente promove os encontros e cortejos com Mestres Griôs, além de jornadas, formações e debates. Outra expressiva ação de reflexão e produção é a Biblioteca Negra de Pelotas – BINEPEL –, aberta para pesquisa e leitura. Semestralmente, a BINAPEL promove o Ciclo de Leituras com debates a partir das reflexões dos autores(as) negros(as).

Para tal, o projeto prevê novas estratégias e metas na difusão cultural. Inicialmente, pretendemos ampliar e incluir novas oficinas como a de pintura, contação de história, artesanato, desenho, confecção de máscaras africanas, multimídia, edição de vídeos, fotografias, percussão, construção de Sopapo, economia criativa, sustentabilidade e captação de recursos.

O Clube Social Negro Fica Aí está localizado na Rua Marechal Deodoro n° 368, no centro histórico da cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. As atividades do Clube Negro serão desenvolvidas em seu edifício devido aos

amplios espaços disponíveis. Trata-se de um sobrado do início do século XX, tombado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul – IPHAE – RS, em 2012. Suas instalações possuem metragem de 1.280,00m², mas em área construída é de 880m². O Clube tem dois andares, sendo o andar térreo com quatro salas, três banheiros, uma cozinha e churrasqueira. No andar superior, há o salão principal, dois banheiros, uma cozinha e uma churrasqueira. Tal sede conta com uma biblioteca e dois amplos salões, destinado para os eventos e seminários educativos e oficinas.

Ao contrário de outros clubes, o Clube Social Negro Fica Aí manteve sua estrutura impecável, graças ao apoio da comunidade e seus sócios. Destaca-se, também, os outros departamentos do Clube Social Negro Fica Aí; I) Departamento Social, que tem como premissas promover atividades de sociabilidade e integração através de eventos de afirmação da identidade negra para sócios e comunidade em geral; II) Departamento de Futebol, tem, como público alvo, homens na faixa de 55 a 65 anos. Anualmente, este departamento realiza o Torneio de Futebol em homenagem à Liga de Futebol Independente José do Patrocínio, que ocorre no Mês da Consciência Negra. Esta Liga foi criada em 1919 e manteve suas atividades até meados de 1930, encerrando suas atividades devido à segregação do esporte na cidade de Pelotas. Tendo entre seus fundadores Joaquim Rollo Sobrinho e Dário Nunes, ambos tiveram papel de relevância no Clube Chove Não Molha e Clube Fica Ahí entre os anos 1930 a 1943, como oradores.

2.1 Objetivos

O presente projeto possibilitará que se fortaleça nossas ações culturais já existentes no Clube Social Negro Fica Aí, aprimorando a infraestrutura, bem como dará novas ações, agregando mais pessoas, o que beneficiará nossa comunidade, ao contribuir com o empoderamento de cultura afro-brasileira de Pelotas bem como reinterpretar a memória e a cultura afro-brasileira na cidade. Dando, assim, condições

para o trabalho contínuo de oficinas culturais e projetos sociais, possibilitando que este espaço de sociabilidade negra, de quase um século de existência, torne-se uma referência na salvaguarda do Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro. Para tanto, O Ponto de Cultura Fica Aí tem o objetivo de problematizar o racismo, a vulnerabilidade social, o preconceito de gênero, bem como promover e fomentar a cultura da realização de um mapeamento das organizações lúdicas e religiosas, manifestações expressivas e /ou agentes culturais e portadores de saberes relacionados aos valores culturais de matriz africana da região, promovendo a aproximação destes (as) com a comunidade. Numa perspectiva afirmativa, as ações do Ponto de Cultura Fica Aí fortalecerão a identidade negra em espaços públicos, escolas e movimentos sociais; Clubistas, Negro, LGBT, Indígena, Quilombola, bem como, promover o combate à discriminação social, racial e de gênero. Tem como objetivos específicos:

- Criar um espaço de compartilhamento e difusão de conhecimentos e manifestações culturais que esteja à disposição de toda a comunidade pelotense, especialmente as instituições educativas, movimentos sociais e grupos sociais vulneráveis.

- Problematizar o racismo, a discriminação e exclusão racial e de gênero, tendo em vista a busca de superação dessas mazelas e suas resultantes.

- Realizar atividades educativas e culturais que integrem os vários grupos e atores sociais afrodescendentes no espaço do Clube, contribuindo para a construção e valorização da identidade negra;

- Reconstituir a memória social do Clube Fica Ahi e demais clubes sociais da região, assim como outras formas de resistência e estratégias de inserção dos grupos afrodescendentes na sociedade regional;

- Contribuir na reconstituição e divulgação da história da resistência da escravidão de africanos(as) e afrodescendentes de Pelotas e região, identificando as diversas “nações” africanas que compuseram os grupos negros, formados no transcórre desse processo histórico;

- Incentivar pesquisas sobre as formas de sociabilidade (irmandades, clubes sociais, associações lúdicas e musicais, ligas esportivas, etc.), de religiosidade, de comunicação dos grupos afro-descendentes durante e após a escravidão;
- Realizar um mapeamento das manifestações culturais, dos locais de referência e itinerários da presença negra na cidade de Pelotas e região e dos portadores de saberes relacionados aos valores culturais afro-brasileiros;
- Criar site para divulgar e possibilitar divulgação do ponto de cultura

Por fim, tem-se como eixos prioritários para o desenvolvimento das atividades, respeitando o objetivo geral, específico e as ações desenvolvidas pelo Clube: a) Artístico-cultural; b) Sociais; c) Econômicos; d) Ambiental.

Atividades artístico-cultural

O Ponto de Cultura Fica Aí desenvolverá atividades artísticas culturais que promovam a memória, arte, cultura e identidade afro-brasileira no município de Pelotas. Isso se dará por intermédio de oficinas de capoeira, pintura, música e dança que ocorrerão semanalmente, bem como encontro semestrais com mestres griôs, além de cortejos afros, debates, fóruns e palestras, oficinas de percussão, tendo como base o tambor de Sopapo. Ressalta-se, também, a importância da Biblioteca Negra de Pelotas que desenvolverá de forma acessível ciclos de leitura e leitura e pesquisa para os membros da comunidade. Ao reunir essas ações afirmativas, o Ponto atenderá o interesse da comunidade em atender nossa cultura, memória e história.

Atividades sociais

O Ponto de Cultura Fica Aí pretende combater todo o tipo de discriminação racial e preconceito correlato, com atividades permanentes que permitam a democratização da informação e do conhecimento. Tornando a público, às comunidades, os atuais debates sobre as ações afirmativas,

as cotas raciais, bem como o permanente diálogo com os professores, através da lei 10.639 de obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, é importante ressaltar que, atualmente, o Clube Fica Aí – que participa ativamente na implementação das cotas na instituição – abriga as principais reuniões junto com os estudantes negros(as) da Universidade Federal de Pelotas.

Econômicos

O Ponto de Cultura Fica Aí pretende estimular a economia das comunidades atendidas, por meio da sustentabilidade do seu patrimônio material e imaterial, utilizando, para isso, a metodologia aplicada tanto para a Economia Solidária quanto para a Economia Criativa. Pretende-se, também, fomentar, com mostras de artistas negros(as), feira do livro negro(a), festas e mostras artísticas. No entanto, cabe ressaltar que este Ponto auxiliará e contribuirá em formações para líderes do movimento social, associações, coletivos para captação de recursos públicos e privados através dos editais vigentes.

Ambientais

O Ponto de Cultura Fica Aí pretende desenvolver ações voltadas à reciclagem, como forma de diminuir o impacto ambiental. Neste sentido, colocará lixeiras apropriadas para reciclagem do lixo oriundo dos eventos do Clube, bem como realizará parcerias com associações de catadores de lixo, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais para promoção de debates sobre os impactos e direitos à terra.

3. Histórico: O Clube Social Negro Fica Aí

Os espaços do Clube Social Negro Fica Aí foram construídos coletivamente pelos sócios em 1921, marco importante, uma vez que é um dos últimos ainda em funcionamento no Brasil. Hoje, o Fica Ahí possui

aproximadamente 200 associados titulares, que usufruem das atividades do Clube, bem como seus familiares, o que perfaz um público de aproximadamente 1000 pessoas circulando pelas atividades. É importante frisar que, não só associados do Clube participam de suas atividades, mas também toda a comunidade Pelotense e suas diferentes interfaces, como o movimento organizado através dos estudantes, movimento negro, movimento *hip hop*, universidades e organizações não governamentais. Tal sede, também oferece, além de serviço de copa e bar, dois amplos salões, destinado para os eventos sociais, educativos e para as oficinas. Suas instalações com metragem de 1.280,00, mas em área construída é de 880m². O Clube tem dois andares, na andar térreo, há quatro salas, três banheiros, uma cozinha e churrasqueira. No andar superior, o salão principal, dois banheiros, uma cozinha e uma churrasqueira. Ressalta-se que até o momento não foi possível desenvolver o plano de acessibilidade, devido à falta de recurso; atualmente, a direção monitora seus visitantes e, conforme a necessidade, desenvolvem-se ações no andar térreo, como já ocorrem nas oficinas.

Visando potencializar e ampliar as trocas culturais articuladas na sua sede, ao final do ano de 2009, o Clube passou a acolher dois Projetos de Extensão, por meio dos quais vem recebendo assessoria de profissionais e estagiários voluntários das áreas de Antropologia, História, Literatura, Arqueologia, Ciências Sociais, Biblioteconomia, Museologia, dentre outros, da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal de Rio Grande. Esses projetos têm por premissa viabilizar a criação de um espaço dedicado à cultura afro-brasileira, nos marcos das recentes legislações e paradigmas, internacional e nacional, de reconhecimento das manifestações expressivas da diáspora africana. Ademais, um espaço de inclusão social por meio de intercâmbios qualitativos entre centros educacionais e grupos identitários e/ou de sociabilidade, de reconstituição e valorização das memórias e experiências de resistência ao preconceito racial e de preservação do patrimônio cultural dos segmentos afro-brasileiros de Pelotas e região.

4. Um Clube Social Negro... Um Ponto de Cultura

Nos últimos anos, as lutas das comunidades afro-brasileiras no estado do Rio Grande do Sul vêm conquistando o reconhecimento pleno de sua cidadania, cultura e religião – graças a sua organização e articulação juntamente com os segmentos da sociedade –, aos equipamentos culturais e ao poder público, que se somaram aos negros na luta contra a discriminação e a qualquer forma de preconceito.

Como resultado deste trabalho, podemos destacar as políticas públicas nos campos de educação, cultura e saúde, a criminalização do racismo na Constituição de 1988, a geração do Estatuto da Igualdade Racial Estadual (Lei nº 13.694) e Federal (Lei nº 12.288), a lei 10.639 (obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana), o Programa Integrado de Ações Afirmativas para negros e o reconhecimento de comunidades Quilombolas (Decreto Lei 4887/2003). No campo cultural, destaca-se o Artigo 215 e 216 da Constituição Federal, garantindo a proteção do estado às manifestações afro-brasileiras, a Portaria Nº 58/2012 IPHAE-RS que tomba o a sede do Clube Social Negro Fica Aí, a Lei nº 12.343/2010 que cria o Plano Nacional de Cultura, bem como a Política Nacional Griô ainda em debate no congresso através da PL 1.786/2011. Na área patrimonial, destaca-se a Convenção sobre Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada, no Brasil, pelo Decreto 485/2006. Desde o ano 2000, um conjunto de práticas da cultura afro-brasileira vem conquistando espaço nos registros dos livros do Patrimônio Imaterial do Brasil como: Festa de Santa Bárbara, ofício de Baiana de Acarajé, do Ofício dos Mestres de Capoeira, da Roda de Capoeira, o Samba de Roda do Recôncavo da Baiano, o Jongo do Sudeste, o Tambor de Crioula do Maranhão, as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba Enredo e Tambor de Sopa¹.

¹Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

4.1 O Fica Aí e a Promoção da Memória Afro-Brasileira

Impulsionados por um grande número de ações e políticas públicas governamentais que fortalecem e reconhecem a identidade, memória e cultura da população negra, tornou este Clube Social Negro, desde sua construção, um lugar de resistência, de memória, de cultura, de cidadania, de transformação e de apropriação, mas, acima de tudo, um espaço de direitos compartilhados. O Clube Cultural Fica Aí Pra ir Dizendo, fundado em 1921, vem, desde o ano de 2006, desenvolvendo atividades em complemento à legislação vigente para a implementação do Departamento de Cultura afro-brasileiro que tenha, como premissas, fomentar e promover a cultura, a cidadania e as manifestações culturais dos negros. Tendo como atividades permanentes deste departamento do Clube a livre consulta à Biblioteca Negra de Pelotas, que também desenvolve o ciclos de conversas, onde professores, estudantes, pesquisadores e ativistas do Movimento Negro expõem temas de interesse em uma linguagem acessível a todos; atualmente, esta atividade já desenvolve sua nona edição. Este departamento também promove atividades como as oficinas populares de capoeira, música, dança, atendendo cerca de 200 pessoas.

Outra ação que merece destaque é a aproximação do Clube com os Mestres Griôs. Tal atividades iniciaram-se no ano de 2011, com a primeira edição do Cortejo Griô, que teve, em sua proposta, exposições das vivências dos(as) Mestres Sirlei Amaro, Mestre Batista e Dilermando, bem como o Samba de Roda, com a participação do tambor de Sopapo, um instrumento afro-sulino, criado por escravos e, atualmente, produzido em baixa quantidade, somente no extremo sul do Brasil. O II Cortejo de Griô que teve a participação de Griôs do Estado RS, com a anfitriã a Mestre Griô Sirley Amaro, celebrou a ancestralidade negra em Pelotas.

Além da sala de administração e da sala para reuniões, a sede possui a Biblioteca Negra de Pelotas (BINEPEL). Esta biblioteca conta com um significativo acervo – constituído para subsidiar a implementação da Lei 10.639 – de obras

(aproximadamente 500 obras) em vários idiomas, sobre história, etnologia e cultura africana e afro-americana; filosofia africana; pensadores negros, etc. A BINEPEL foi fundada pelo Grupo Sangoma (Grupo de Estudos Negros), sob coordenação do Prof. Dr. Uruguay Cortazzo, detentor do Acervo. Integravam o grupo vários estudantes universitários haitianos, configurando um interessante processo de intercâmbio cultural. A BINIPEL é responsável, ainda, pela organização de um evento cultural semestral denominado “Ciclo de Conversas”. Constitui-se em encontros previamente planejados e divulgados nos meios de comunicação da cidade, nos quais algum membro do grupo ou convidado expõe sobre um tema relacionado às sucessivas diásporas negras; reflexões teóricas sobre negritude, racismo e culturas de matriz africana; compartilhamento de pesquisas, etc. Participam destes Ciclos de Conversa não somente associados do Clube, mas estudantes, representantes de outras organizações e Movimento Negro e demais integrante da comunidade em geral.

Outras iniciativas propostas pelo Departamento de Cultura afro-brasileiro do Clube Social Negro Fica Aí vêm sendo desenvolvidas através do voluntariado. Tais atividades são propostas pelos sócios para atender as demandas da comunidade. Entre elas, as oficinas de Capoeira e Dança Afro, que atendem em média 200 (duzentas) pessoas, as oficinas de Música, que já produzem resultados, como a criação do Grupo Vocal – que canta músicas afro brasileiras e é composto por mais de 30 (trinta) pessoas, em especial, mulheres.

5. Uma comunidade negra empoderada

O Ponto de Cultura Fica Aí pretende fortalecer e ampliar as práticas democráticas que o Clube Social Negro Fica Aí já desenvolve, tal proposta, propõe a participação da comunidade pelotense, com ênfase para a comunidade negra, tanto na participação das oficinas de Capoeira, dança, música, artes plástica, vídeo, esporte, quanto por meio da pesquisa e da reflexão sobre sua própria história na cidade de

Pelotas. Contribui, por conseguinte, com a construção de uma identidade negra, a fim de desconstruir o racismo existente e apontar para real dimensão de seres humanos, problematizando nossa existência, questionando de onde viemos e para onde vamos, interagindo, de igual pra igual, com todos os outros seres humanos, em busca de um futuro de força, paz, estabilidade e desenvolvimento. No entanto, é importante frisar que o Clube de Cultura Fica Aí já vem praticando essas ações no seu espaço e conta com a parceria da UFPel, por meio de projetos de extensão que desenvolvem trabalhos de pesquisa sobre as manifestações Negra de Pelotas e região, sobre a preservação e restauro do acervo do Clube. E a FURG também, por meio de projetos de extensão, desenvolve atividades de adequação da Biblioteca Negra existente no Clube, bem como ações voltadas para a sustentabilidade do patrimônio cultural, com o apoio Programa de Extensão em Defesa do Patrimônio Comunitário Comunidades FURG.

O Ponto de Cultura Fica Aí possibilitará desenvolver ações de educação para o patrimônio com os educandos da instituição de ensino e/ou como fonte de pesquisa, consulta ou leitura na Biblioteca Negra de Pelotas, que também está aberta a toda a sociedade pelotense. O Clube também promove oficinas de capoeira, dança e música, bem como rodas de conversa, debates, encontros e ações griô. Todavia, tenciona-se ampliar os espaços para a democratização da cultura e da memória. Para tal, pretende-se estender todas as ações já desenvolvidas, através da promoção e fomento à cultura, à cidadania, e às manifestações culturais da cidade de Pelotas. Ademais, estreitar uma relação com as escolas públicas e universidades, no sentido de troca experiências e aprendizado, disponibilizar todas as ações culturais para este público, apostar na continuidade dos Ciclos de Conversas como de empoderamento e conhecimento da cultura afro-brasileira. No campo diretivo, ampliará o Conselho Comunitário, com representantes de escolas públicas, ONG's, Movimentos Sociais e artísticos. Este processo de conselho comunitário reunirá as ações já de caráter participativo, que já

vem sendo organizados a partir das ações do Departamento de Cultura afro-brasileira do Clube Social Negro Fica Aí desde 2009.

BIBLIOGRAFIA

Memorial Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo. Fernanda Oliveira da Silva. Pelotas, 2012. Monografia

BAPTISTA, Jean; FEIJÓ, Claudia. *Práticas Comunitárias e Educativas em Memória e Museologia Social*. Rio Grande. Editora da FURG, 2013. 176 p.

Brasil. Decreto 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso 10 de maio de 2013.

GILL, Lorena & LONER, Beatriz Ana. *Clubes Carnavalescos Negros de Pelotas*. In: *III Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2007, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social. Carta das Missões. Disponível em www.redepointors.blogspot.com/p/carta-das-missoes.html. Acesso em 10 de maio de 2013.

VARINE, Hugues. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre. Editora Medianiz, 2012. 256 p.

UNESCO. *Textos base da Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*. Brasília. UNESCO, 2003.

CLUBES SOCIAIS NEGROS NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE (RS): UM PERÍODO DE “FESTAS” E “LIBERDADE”

Cassiane de Freitas Paixão^{*}
Marcus Vinicius Spolle^{**}

O presente trabalho faz parte de uma proposta mais abrangente, que visa contribuir para um diálogo entre a comunidade universitária, clubes sociais negros da região sul, comunidade escolar e movimentos sociais regionais, propiciando a formulação de um espaço concreto na comunidade para a construção de questões relacionadas à cultura negra na região sul do Rio Grande do Sul.

Os municípios de Rio Grande e Pelotas permanecem hoje, conjuntamente com Porto Alegre, como as cidades que proporcionalmente têm o maior contingente de população negra no Estado.

Inversamente esse contingente populacional não está presente nas manifestações culturais do Rio Grande do Sul. Na cidade do Rio Grande, berço histórico do Estado, as manifestações culturais da população afro-brasileira não são valorizadas pela sociedade. Nos últimos tempos, as agremiações negras acabaram se desmobilizando e isso se reflete na invisibilidade do negro na sua participação social.

A importância da cultura negra na formação da sociedade rio-grandense foi pouco estudada e até mesmo negada pelos historiadores mais tradicionais gaúchos. A discussão sobre a participação do negro na construção da sociedade gaúcha pela historiografia se fez através de

^{*} Socióloga, Doutora em Educação.

^{**} Sociólogo, Doutor em Sociologia.

diferentes perspectivas teóricas. Assim, é necessário retomá-la para ressignificar a importância do negro desde a indústria do charque no século XIX, que utilizava a mão de obra escrava, até a introdução do trabalho assalariado na região e, principalmente, em sua expressão cultural como forma de valorizar a participação desta etnia na formação da sociedade rio-grandense. (SPOLLE, 2010)

No Rio Grande do Sul, a questão racial e a participação do negro na formação da população gaúcha é polêmica. Mario Mestri Filho (1979) identificou, nas idéias dos primeiros historiadores gaúchos, um discurso “embranquecedor”, que negava a participação do negro na formação do povoamento gaúcho e fortalecia o mito de um estado formado pela etnia branca. Um exemplo disso é o caso de Manuelito de Ornelas:

“O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas nos seus propósitos, mas semelhantes nas suas origens raciais. E o lastro, em que se fundiam as correstes alienígenas, era o índio – o tape, no litoral, o guarani, nas missões e o charrua, nos plainos da Banda Oriental. Pelo oeste e sul, ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos jesuítas. Pelo nordeste, os mamelucos de Piratininga e Laguna, impelidos, não pelo sonho do ouro e das esmeraldas mas à procura dos rebanhos espanhóis e do índio traficável. Pelo litoral, os ilhéus, simples arroteadores da terra” (ORNELAS, 1976, p. 5)

Com esse discurso, é possível observar que os negros não aparecem na formação da população gaúcha. Quando finalmente o negro aparece na historiografia gaúcha, a situação da sua condição de escravo é atenuada pela “democracia racial”.

Antes de Maestri, na década de 60, Fernando Henrique Cardoso, em seu estudo sobre Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (2003), analisou a economia escravista das charqueadas e a sua transformação, a partir da abolição da escravatura, em 1888. Cardoso expôs a questão ideológica da participação do negro na produção gaúcha, através da

“democracia gaúcha” (CARDOSO).

O autor, ainda, segue afirmando que o discurso da sociedade tradicional gaúcha caracterizava-se como uma construção ideológica, porque era uma tentativa de tornar homogêneo o comportamento social – que estava desvinculado da sociedade real, sem qualquer preocupação com os negros recém-saídos de uma sociedade escravista. Depois da abolição, essa construção ideológica, além de esconder a relação patrimonial e de violência entre escravo e senhor, iria encobrir as relações desiguais entre brancos e negros.

Se, historicamente, a região sul registrou um grande número de negros, utilizados pela indústria do charque, durante a escravidão, estudos como os de Fernando Henrique Cardoso e de Beatriz Loner mostram que um grande contingente de trabalhadores permaneceu na região e vai se incorporar ao operariado e às categorias de profissionais ligadas ao porto. Essa particularidade torna este estudo um laboratório inédito no Brasil. Aqui, o negro, no pós-abolição, não ficou necessariamente excluído do mundo do trabalho.

No caso do município de Pelotas, a resistência da incorporação do negro à sociedade de classes e a permanência da marca étnica, que dificulta a sua incorporação no mercado de trabalho, não se efetivaram, na sua plenitude, depois da abolição. Isso pode ser observado no trabalho de Beatriz Loner (1999), quando analisa a formação da classe operária em Pelotas, no período da República Velha. Loner verificou que grande parte da população negra do extremo sul do Estado, advinda das charqueadas, encontrou problemas para garantir a sua inserção na sociedade competitiva, confirmando a permanência da marca em determinados tipos de trabalho.

Assim, na visão de Loner, apesar das dificuldades, os negros não aceitaram passivamente a discriminação, uma vez que eles foram capazes de imprimir dinâmica à própria vida e buscar estratégias para se afirmarem enquanto grupo social, mesmo que esse esforço e luta não tivesse tanta visibilidade.

Nas últimas décadas do Império, uma forma utilizada

pelos trabalhadores negros para conseguir integrar-se na sociedade, tais como artesãos e operários qualificados, era feita através de entidades de amparo e apoio mútuo, criadas para facilitar o acesso a essas profissões.

Nesse período, as principais entidades da sociedade – que apresentavam uma forte presença dos grupos negros – eram as associações mutualistas, que podiam ser vinculadas a categorias profissionais, tais como, em Pelotas, a Fraternidade Artística, formada por artesãos negros, ou de cunho social, como a Feliz Esperança. Essas e outras foram criadas por volta da década de 1870, período inicial da campanha abolicionista no país. Por fim, havia, ainda, entidades de cunho religioso, católicas, como a Irmandade da Santíssima Virgem do Rosário. Em Rio Grande, as sociedades envolvidas eram os Clubes Carnavalescos do Congo e Mina, a sociedade Recreio Operário (de negros), Saca Rolhas, Diógenes e Amazonas. Por volta de 1890, surge a Cooperativa Filhos do trabalho, exclusivamente de negros e pardos.

Mais tarde, com a abolição e a República, irão surgir entidades mistas, com participação de brancos e negros, ligadas às organizações profissionais, tais como a Harmonia dos Artistas, entre outras. As associações beneficentes diminuem em 1910 e passam a nascer instituições mais de cunho recreativo e carnavalesco.

Segundo Lorena Gil e Beatriz Loner (2007), as entidades mutualistas continuaram ainda nesse período a expandir-se, principalmente devido ao seu caráter previdenciário. Aos poucos, ocorreu um deslocamento no sentido do fortalecimento das entidades recreativas, que começaram a ampliar suas atividades e formas, surgindo, assim, ao final da primeira década, as primeiras associações esportivas negras, motivadas pelo segregacionismo no esporte, que as levará, no final da década de 10, a criarem uma federação de futebol: a Liga José do Patrocínio, fundada em 10.06.1919, o que também ocorreu em Porto Alegre e Rio Grande. Em Pelotas, ainda foram criadas as associações culturais e carnavalescas, a maioria em 1917, tais como: Depois da Chuva, o Fica Aí pra Ir Dizendo, o Chove Não

Molha, Está tudo Certo e o Quem ri de nós tem paixão. Havia ainda o Clube negro Fica Aí pra Ir Dizendo que era considerado da elite negra, no qual era obrigatório o uso de trajes adequados para frequentá-lo.

Assim, no início do século XX, pode-se observar o auge da organização negra, através de clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos, entidades mutualistas, de assistência às crianças e de representação étnica (LONER, 1999). A rede associativa formada por essa etnia auxiliava a integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento, além da preocupação com a questão educacional, em que algumas entidades ofereciam cursos noturnos para os filhos de seus associados. Nesse sentido, a rede propiciou as oportunidades de reconversão dos capitais sociais, econômicos e, principalmente, simbólicos, para a garantia da mobilidade social dos negros livres, na pós-abolição. Em Rio Grande, esses clubes foram o Clube Cultural Braço e Braço e a Sociedade Estrela do Oriente.

Lonner (2001) aponta, em seus estudos, uma estreita relação entre sindicatos e agremiações carnavalescas. Nos sindicatos, fundaram os primeiros grupos e associações carnavalescas, unindo negros e brancos das camadas mais pobres. Resultando, assim, nos primeiros clubes sociais negros, nos moldes da classe dominante branca.

Os clubes também representavam a consagração de um ritual de passagem social, marcado pela mudança de status.

Os clubes de negros organizam freqüentemente bailes e festas em homenagem aqueles que obtêm o diploma de normalista, o grau de bacharel ou uma nomeação de destaque. Mesmo que nem sempre seja assim, a aprovação e o estímulo do grupo à ascensão transpareceu nas rodas de jovens, onde as pessoas que ingressaram numa faculdade ou que conseguiram boa colocação num concurso para ingresso do funcionalismo são sempre muito festejados. (CARDOSO, 1960, p. 585)

No entanto, observamos que os estudos referentes à valorização de espaços sociais da negritude sobre o município de Rio Grande, com características sociais muito semelhantes a Pelotas, ainda eram incipientes. Além disso, a participação em Foruns comunitários, eventos educacionais e sociais indicaram que a sociedade riograndina ainda busca consolidar sua visibilidade étnica.

Sendo esse um dos motivos que nos indicou a necessidade de realizar um estudo sobre os clubes sociais negros do município de Rio Grande, objetivando analisar a constituição histórica e social dos clubes sociais negros de Rio Grande e região sul do Rio Grande do Sul, como potencial de constituição de espaços locais para fortalecimento da cultura negra no Estado.

A procura e o encontro do material para pesquisa

Esses referenciais nos apontaram para a necessidade de compreender a história dos clubes sociais negros no município de Rio Grande, berço da história do Estado do Rio Grande do Sul, visando recuperar a articulação desses lugares como espaços de inserção social. Desse modo, esse artigo tem como objetivo demonstrar a constituição dos clubes em Rio Grande, os grupos que participaram e constituíram esse momento e a formação de um espaço simbólico de negritude no município.

Ao realizarmos a identificação dos clubes sociais negros no município de Rio Grande, deparamo-nos com um quadro um tanto “decadente”. Nenhum dos clubes sociais negros está em funcionamento na cidade. Um deles encontra-se fechado por problemas jurídicos; outro, por não possuir estrutura (física) para ter suas portas abertas.

Tivemos contato com os presidentes da Sociedade Recreativa Estrela do Oriente e do Clube Cultural Braço é Braço – ambos relataram os problemas que possuem e que se agravaram em meados dos anos de 1990. No entanto, ainda são realizados encontros organizados pela associação de clubes sociais negros, reuniões da “sociedade clubista” do

sul do Estado.

Nesses encontros, são discutidas as situações dos clubes, propostas para reativá-los e como sanar preocupações jurídicas e econômicas que se espalham pela conjuntura dos clubes sociais negros do sul do Estado.

Na primeira parte da pesquisa, estamos buscando e analisando as atas dos clubes nos anos de 1960 e 1970, bem como entrevistas semiestruturadas com participantes dos clubes nesse período. O primeiro clube a ser investigado foi o Clube Cultural Braço é Braço.

Os clubes sociais de Rio Grande: construções de espaços sociais de poder e negritude

O estudo do livro de atas do clube trouxe questões referentes à criação e à denominação do clube:

Foi exatamente no dia 1º de janeiro longínquo ano de 1920 nesta cidade do Rio Grande, RS, na então Rua: Uruguaiana (hoje Av. Silva Paes) nº 270 (local na caixa Econômica Estadual) naquele tempo havia vários casebres que ocorreu a fundação de um bloco carnavalesco, na ocasião foi denominado de Braço é Braço, seu nome deriva do fato de que um dos que se encontravam presentes ao ato, estava carregando um braço esculpido de madeira. [...] Ao chegar um jornalista, este perguntou como era o nome do bloco que se estava fundando [...] Todos olharam então para o cidadão que levava o braço de madeira e disseram: o nome é Braço é Braço! [...] A nova entidade carnavalesca, fora fundada por foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante[...].

No entanto, na análise de atas referentes aos anos de 1970, a denominação do clube refere-se à presença de pessoas da Marinha Mercante que passavam o carnaval na cidade de Rio Grande e que eram, na sua maioria, foguistas, trabalhadores braçais, criando um bloco de Carnaval, que, posteriormente, resultou numa associação recreativa.

Relatos do atual presidente do clube indicam que o Clube Cultural Braço é Braço foi uma construção de uma comunidade negra riograndina, que buscava um espaço para comunicar-se, tanto por meio de festas, bailes de debutantes, carnavais, musica e oralidade. Mas, principalmente, um espaço social da comunidade negra, sem conotação política (segundo fala do presidente do Clube).

No Estatuto do Clube, primeira página, podemos observar as finalidades do clube.

Dos fins da sociedade:

Art. 2º – Os fins da sociedade são os seguintes:

- a) – Congregar os seus associados em um grêmio de fraternidade e proteção recíproca.
- b) – Manter aulas para sócios e seus filhos: curso de alfabetização, primário, admissão ao ginásio, datilografia, corte e costura, bordados, arte culinária, trabalhos manuais, etc.
- c) – Promover diversões para recreio dos seus associados e famílias, como: reuniões dançantes, conferências, quermesses em benefício dos cofres sociais, concertos, grupos cênico e tudo quanto possa contribuir para o aprimoramento cultural, social e moral dos associados.

Entendemos que esse fora um espaço de construção da própria comunidade negra, visando preencher suas próprias lacunas, como as aulas, os cursos de alfabetização, compreendidos como demandas particulares desse grupo.

O caminho estabelecido pela associação demonstra um espaço do grupo, como a participação predominantemente masculina.

No pequeno histórico produzido pela diretoria do clube:

Bem o bloco carnavalesco Braço é Braço, que fora fundado por um grupo de foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante do Brasil, trazia o cunho de apenas, brincar no carnaval, com uma condição: – Só poderiam dele participar, elemento do sexo masculino.

No que se refere à participação de homens, essa pode ser explicada pela relação com a Marinha e pela preponderância dos homens nessa organização. Mas com o tempo e com a busca da concretização de um espaço social, as mulheres também passaram a frequentar o Braço. Nas atas dos anos de 1960, já podemos observar uma comissão de senhoras que participava das reuniões da diretoria. E nos anos de 1980, as atas já faziam referência à participação de um grupo de jovens.

É possível interpretarmos a criação e manutenção desses espaços de negritude como a busca por uma identidade negra, que não nasce do simples fato de tomar consciência da diferença de pigmentação entre brancos e negros ou negros e amarelos. A negritude e/ou identidade negra se referem à história comum que liga, de uma maneira ou de outra, todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental "branco" reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. (MUNANGA, 2009).

Com essa referência, é possível explicar porque os clubes sociais negros eram originários de blocos carnavalescos e porque, no município de Rio Grande, estavam relacionados às associações mutualistas, indo além da cor da pele. A relação pode ser observada se atrelada a questões culturais da negritude, que encontraram, no carnaval e nos grupos de trabalho, a posição social para obter maior acesso e integração à sociedade da época. (SPOLLE, 2010).

As entrevistas com pessoas que participaram desse período tem ido além do livro de atas, pois nem todos ali citados têm sido encontrados, alguns não estão mais na cidade, outros já falecerem. No entanto, o grupo de pesquisadores tem procurado contatos junto ao movimento negro e outros movimentos sociais no Município de Rio Grande.

Considerações finais

Nas entrevistas realizadas junto aos antigos frequentadores dos clubes, observamos um sentimento de nostalgia relacionada à idéia de “festa” e de “liberdade” (principalmente ao se refere a meados de 1940), com músicos e um grupo que ia além da população local, mas que circulavam pelos bairros da cidade onde a população negra concentrava-se. A frase que finalizou uma das entrevistas de participante e membro do clube indica exatamente o sentimento que sinalizava esse período: “*Pra mim foi um período de ouro. Eu era o Rei*”.

Nessa primeira parte da pesquisa, nossos estudos têm demonstrado que as associações mutualistas, além de estarem vinculadas a categorias profissionais, expressaram um sentimento de liberdade, de acesso e integração à comunidade. No entanto, atualmente, essa visibilidade trazida pelas associações acabou se esvaindo, as formas de organização da comunidade negra perderam seu vínculo com o movimento clubista.

Compreendemos os clubes sociais negros como um espaço social onde grupos e instituições estiveram situados, com propriedades de agentes sociais que representaram seu papel no espaço real (BOURDIEU, 2004). Tanto nas atas quanto nas entrevistas, observamos o destaque atribuído pelos membros do clube a figuras relacionadas ao poder econômico, político e social local, e que, em determinado momento, eram participantes e sócios, estando presentes nos discursos referenciados pelas atas e na memória dos entrevistados.

Desse modo, discutir a representação simbólica de membros “beneméritos” do clube é também pensar a sociologia como uma “sociologia da percepção do mundo social, da construção de visões e mundo (BOURDIEU, 2004). Essa construção da visão social pelos integrantes do clube, até mesmo com seu sistema de classificações, como a relação do clube às festas, liberdade, integração social e econômica, nos permite pensar na concretização de um

movimento negro clubista no sul do Rio Grande do Sul, que , em determinado período da história, funcionou como um condicionante social, para que os agentes adquirissem posições dentro de um espaço social que se estende além do conceito de negritude de Munanga (2009), mas que sinaliza para a idéia, criação e moral de um “outro grupo”(CARDOSO,1997)¹



Clube Braço é Braço atualmente (foto interna do prédio em 02/06/2012)

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. SP: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil*

¹ A concepção de um “outro grupo” é trazida por Cardoso (1997) para explicar que para tornarem-se iguais aos brancos, quem sabe sentirem-se como componentes de um grupo nacional, era preciso primeiro que os negros se afirmassem como um “outro grupo”. O ponto de partida era um grupo de referência que “não era o nosso”, mas de um grupo de brancos, diante do qual os negros eram “os outros”. (p. 259)

meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre*. *Ahembí*, ano X, n 17, vol XXX, ago. 1960.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930". In: *Afro-Ásia*, no 24, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: Cia editora Nacional, vol. I e II, 1965.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana. *Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS)*. In: *3º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil meridional*. Florianópolis, 2007. Endereço eletrônico: www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf.

LONER, Beatriz Ana. *Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. Tese de Doutorado em sociologia*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MAESTRI FILHO, Mário J. "O escravo africano no Rio Grande do Sul". In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MARTINS, José de Souza. *Cativeiro da Terra*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009

ORNELAS, Manoelito de, Gaúchos e Beduínos. *A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Ed. José Olímpio MEC, 1976.

SPOLE, Marcus V. *A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia UFRGS), 2010.

DOCUMENTOS

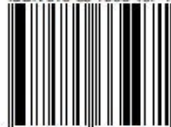
Livro de Atas do Clube Cultural Braço é Braço. Anos de 1960-1980.

Estatuto do Rancho Carnavalesco Braço é Braço. S.d.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br



ISBN 978-95-7566-497-1



9 788575 664971